



Mnemosine Revista

Volume 9, nº. 2, Jul / Dez 2018

ISSN - 2237-3217



Dossiê

*História e Meio Ambiente:
Interdisciplinaridades*

MNEMOSINE REVISTA
VOLUME 9, Nº 2, JUL/DEZ 2018

DOSSIÊ: HISTÓRIA E MEIO AMBIENTE:
INTERDISCIPLINARIDADE

COORDENAÇÃO DO DOSSIÊ:
JOSÉ OTÁVIO AGUIAR
HELDER MORAIS MENDES BARROS

MNEMOSINE REVISTA / Programa de Pós-Graduação em
História. Centro de Humanidades
Universidade Federal de Campina Grande. V. 9 N. 2 (2018).
Campina Grande: CH / UFCG, 2018 - Semestral
ISSN 2237-3217

1. História I. Universidade Federal de Campina Grande.
Centro de Humanidades. Programa de Pós-Graduação em
História

CDD 900

Rua Aprígio Veloso, 822, Bodocongó
58.439-900 – Campina Grande – PB – Brasil
e-mail: menmosinerevista@gmail.com

Edição de Texto e Arte:
Helder Moraes Mendes Barros



Mnemosine Revista

Volume 9, nº. 2, Jul / Dez 2018 ISSN - 2237-3217

EXPEDIENTE

Equipe Editorial

Editor Chefe

Juciene Ricarte Cardoso

Sub-Editor

José Otávio Aguiar

Equipe técnica

Helder Moraes Mendes Barros (Campina Grande – PB – Brasil)

Mara Karinne Lopes Veriato Barros (UFCG, Campina Grande – PB – Brasil)

Conselho Editorial

Antônio Gomes Ferreira (Universidade de Coimbra)

Cristian Wick (University of the West Indies)

Elizeth Payne Iglesias (Universidad de Costa Rica)

Iranilson Oliveira Buriti (UFCG)

Jean-Frédéric Schaub (L'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales)

Joanildo Albuquerque Burity (Fundação Joaquim Nabuco)

José Otávio Aguiar (UFCG)

Juciene Ricarte Apolinário (UFCG)

Martin Norberto Dreher (UNISINOS)

Paulo Donizeti Siepierski (UFRPE)

Regina Coelli Gomes Nascimento (UFCG)

Ronald P. Morgan (Abilene Christian University)



Mnemosine Revista

Volume 9, nº. 2, Jul / Dez 2018 ISSN - 2237-3217

Conselho Científico

André Figueiredo Rodrigues (UNESP)
Ângela Maria Vieira Domingues (Universidade Nova de Lisboa)
Antônio Carlos Jucá de Sampaio (UFRJ)
Antônio Torres Montenegro (UFPE)
Brigitte Thierion (Universidade da Sorbonne)
Carla Mary S. Oliveira (UFPB)
Carmem Margarida Oliveira Alveal (UFRN)
Dilton Cândido Santos Maynard (UFSE)
Durval Muniz de A. Junior (UFRN)
Edson Hely Silva (UFPE)
Eduardo França Paiva (UFMG)
Elizabeth Christina de Andrade Lima (UFCEG)
Geraldo Silva Filho (UFT)
Iris Kantor (USP)
João Marcos Leitão (UFCEG)
Juan Marchena (Universidad Pablo Olavide)
Marcos F. F. Montysuma (UFSC)
Maria Adelina Amirim (Universidade Nova de Lisboa)
Maria Adelina Amorim (Universidade Nova de Lisboa)
Mary Catherine Karasch (Oakland University)
Patrícia Cristina Aragão Araújo (UEPB)
Pedro Cardim (Universidade Nova de Lisboa)
Regina Celestino de Almeida (UFF)
Regina Célia Gonçalves (UFPB)
Regina Coelli Gomes Nascimento (UFCEG)
Silvia Hunold Lara (UNICAMP)
Valdei Lopes de Araujo (UFOP)



SUMÁRIO

CONTEÚDO	PÁGINAS
APRESENTAÇÃO	
Apresentação ao Dossiê – Histórias e Meio Ambiente: Interdisciplinaridade José Otávio Aguiar	06 – 08
DOSSIÊ: HISTÓRIAS E MEIO AMBIENTE: INTERDISCIPLINARIDADE	
Sistemas Agroflorestais Agroecológicos Sustentáveis: Um Marco Na História Da Agricultura Do Sertão Do Pajeú Bárbara Denise Ferreira Gonçalves Sérgio Murilo Santos de Araújo	09 – 26
A Essência Liberal: Considerações Teórico- Metodológicas Sobre O Estudo Da Ideologia Liberal Para Os Políticos Liberais Cearenses No Segundo Reinado Pedro Henrique Dantas Monteiro José Otávio Aguiar	27 – 45
Conflitos Socioambientais Decorrentes Da Implantação De Empreendimentos Eólicos: Análise E Simulação Em Parque Eólico No Litoral Do Estado Da Paraíba Joyce Aristercia Siqueira Soares Gesinaldo Ataíde Candido	46 – 67
Análise De Acessibilidade Do Centro Histórico De Areia Pb- 2019. Ademar Cassio Ferreira Neto Mara Karinne Lopes Veriato Barros	68 – 87



<p>Narrativas Sobre Um Patrimônio Esquecido: O Caso Da Antiga Igreja Matriz De São Boaventura No Jornal "Monitor Do Sul" De Canavieiras-Bahia (1903-1913) Oslan Costa Ribeiro José Pereira De Sousa Júnior</p>	<p>88 – 102</p>
<p>Percepção Ambiental: Um Olhar Peculiar Das Loiçeirias De Chã Da Pia/Areia - PB Laís Da Silva Barros Márcia Adelino Da Silva Dias</p>	<p>103 – 115</p>
<p>A Natureza Na Ficção-Histórica: As Representações Do Rio Amazonas Filme <i>Aguirre, A Cólera Dos Deuses</i> (1972) Éverton Alves Aragão Celso Gestermeier Do Nascimento</p>	<p>116 – 128</p>
<p>Discurso E Representação Sobre As Manifestações De Origens Africanas Na Cidade Do Salvador, 1930-1950. André Luiz Rosa Ribeiro Janete Ruiz De Macêdo</p>	<p>129 - 145</p>
<p>Vida E Trabalho: Os Africanos Livres Do Arsenal Da Marinha De Pernambuco Na Década De 1850 Tássia Fernandes Carvalho Paris De Lima Leandro Nascimento De Souza</p>	<p>146 - 172</p>



APRESENTAÇÃO AO DOSSIÊ: HISTÓRIAS E MEIO AMBIENTE: INTERDISCIPLINARIDADE

Presentation to the Dossier: Stories and Environment: Interdisciplinarity

José Otávio Aguiar¹

A Mnemosine Revista, publicação do Programa de pós-Graduação em História da UFCG, é uma revista aberta à múltiplas áreas do conhecimento, em sintonia com a emergência de novos temas, questões e acontecimentos que desafiam a análise dos historiadores. Assim, o presente Dossiê reúne artigos variados selecionados por nossos pareceristas para o volume 2018.2.

Entre os diversos artigos, temos reflexões interdisciplinares que apresentam um entrecruzamento entre a História Ambiental e a área de Ciências Ambientais da Capes, mas, também, resultados de pesquisas sobre escravidão, patrimônio cultural, história Social e História do Pensamento Político e Econômico, apresentados à livre concorrência da chamada da Mnemosine por meio de fluxo contínuo.

Abrindo o volume de forma interdisciplinar, temos o geógrafo Sérgio Murilo Santos Araújo e a doutoranda em Ciências Ambientais Bárbara Denise Ferreira Gonçalves, analisando as tentativas de implementação de sistemas agroflorestais “sustentáveis”, num esforço de escrever uma história ambiental da agricultura nos Sertões do Rio Pajeú. Na sequência, segue o ensaio que escrevi com o historiador Pedro Henrique Dantas Monteiro sobre a compreensão da natureza e as nuances das apropriações do pensamento liberal clássico pelos deputados estaduais cearenses no Segundo Reinado. Continuando, temos os Pesquisadores de Ciências Ambientais Gesinaldo Ataíde Cândido e Joyce Aristercia Siqueira Soares discutindo sobre os projetos e a implementação de um parque eólico para a produção de energia elétrica no litoral da Paraíba na última década.

O Jurista Ademar Cássio Ferreira Neto e a historiadora Mara Karinne Lopes Veriato Barros discutem a trajetória histórica dos planos de acessibilidade turística do centro histórico do município de Areia-PB.

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais na UFCG E-mail: otavio.j.aguiar@gmail.com.



Mnemosine Revista

Volume 9, nº. 2, Jul / Dez 2018 ISSN - 2237-3217

Os historiadores José Pereira de Souza Júnior e Oslan Costa Ribeiro enfocam as narrativas sobre a Igreja Matriz do Município de Canavieiras, narrativas essas históricas veiculadas pelo jornal “Monitor do Sul” que pretendia reforçar seu caráter de patrimônio histórico e arquitetônico.

As biólogas e Cientistas Ambientais Márcia Adelino da Silva Dias e Lais da Silva Barros discutem em caráter histórico e ambiental, a peculiaridade da produção artesanal da comunidade Tradicional Quilombola de Chã da Pia-PB.

Em continuidade, ainda em paradigma de História Ambiental, contribuem os historiadores Celso Gestmeier do Nascimento e Éverton Alves Aragão que estudam as representações do Rio Amazonas no filme “Aguirre, a cólera dos deuses”, produção cinematográfica de 1972.

Em mais uma contribuição historiográfica, André Luiz Rosa Ribeiro e Janete Ruiz de Macedo reflexionam em caráter etno-histórico sobre as manifestações de origem africana na cidade de Salvador-BA, entre 1930 e 1950.

Fechando o dossiê, Leandro Nascimento de Souza e Tássia Fernandes Carvalho Paris de Lima apresentam uma fina discussão documental sobre os africanos livres do Arsenal da Marinha de Pernambuco na década de 1850.



SISTEMAS AGROFLORESTAIS AGROECOLÓGICOS SUSTENTÁVEIS: UM MARCO NA HISTÓRIA DA AGRICULTURA DO SERTÃO DO PAJEÚ

Sustainable Agricultural Agricultural Systems: a Mark in The History of Agriculture in the Hinterland

Bárbara Denise Ferreira Gonçalves

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais na UFCG

E-mail: goncalvesbdf@gmail.com.

Sérgio Murilo Santos de Araújo

Professor Doutor da Unidade Acadêmica de Geografia (UAG) – UFCG

sergiomurilosa.ufcg@gmail.com

RESUMO

Ao longo dos dois últimos séculos o uso desmedido dos recursos naturais tem se intensificado e, no semiárido brasileiro, onde a ocupação principal da força de trabalho da população rural é a agropecuária, os desafios impostos pelas características intrínsecas da região, atrelados à ação antrópica, nos levam à reflexão sobre as relações que mantemos com a natureza. Inserido nesta região, o Sertão do Pajeú é historicamente marcado por atividades agrícolas inapropriadas e pelo uso insustentável dos recursos naturais tendo, apenas nos últimos 25 anos, redirecionado as ações de manejo das atividades da agricultura e da pecuária, antes exclusivamente predatórias, para novas ações de caráter sustentável. Diante disso, o presente trabalho teve por objetivo abordar aspectos que marcam a história da agricultura no Sertão do Pajeú, com proeminência à agroecologia, um marco dessa história que está transformando o modo de realizar a agropecuária nesta região a partir de ações coerentes e de uso eficiente dos recursos naturais. Destarte, a pesquisa foi subsidiada por registros que descrevem aspectos da transição da agricultura convencional para a agricultura agroecológica viabilizados por Organizações Não Governamentais e Pesquisadores que atuam há 25 anos no Sertão do Pajeú.

Palavras-chave

Agricultura sustentável, Saberes tradicionais, Desenvolvimento equilibrado.

ABSTRACT

Over the past two centuries, the excessive use of natural resources has intensified and, in the Brazilian semi-arid region, where the main occupation of the rural population's workforce is agriculture, the challenges imposed by the intrinsic characteristics of the region, linked to anthropic action, lead us to reflect on the relationships we have with nature. Inserted in this region, the Sertão do Pajeú is historically marked by



inappropriate agricultural activities and by the unsustainable use of natural resources, having redirected the management actions of agriculture and livestock activities, previously exclusively predatory, to new actions sustainable character. In light of this, the present work aimed to address aspects that mark the history of agriculture in the Sertão do Pajeú, with prominence to agroecology, a landmark of this history that is transforming the way of carrying out agriculture in this region through coherent actions and use efficient use of natural resources. Thus, the research was supported by records that describe aspects of the transition from conventional agriculture to agroecological agriculture made possible by Non-Governmental Organizations that have been operating for 25 years in the Sertão do Pajeú.

Keywords

Sustainable agriculture, Traditional knowledge, Balanced development.

1. INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da história as sociedades vêm se desenvolvendo por meio da alteração do espaço natural. De acordo com Gomes (2011), o homem se utilizou dos recursos naturais sem qualquer preocupação ou critério, de forma que grande parte da humanidade vem utilizando os recursos naturais de forma predatória sem a preocupação com a conservação desses e com a diversidade biológica como um todo, caracterizando a relação do homem com a natureza como uma relação de dominação.

Segundo Weber (1997), quando o que se aborda é a superexploração dos recursos naturais e do meio ambiente, podemos considerar que as incertezas e as irreversibilidades nas dinâmicas dos sistemas nos fazem repensar sobre um novo desenvolvimento, um desenvolvimento que seja viável, que respeite a natureza e que proporcione um caráter diferenciado no que diz respeito à relação de convivência com os ecossistemas, ao invés de uma relação de agressão aos mesmos.

Apesar de tais circunstâncias, com o passar do tempo o homem passou a perceber as consequências drásticas de um modo de produção que não prioriza o meio ambiente e, diante disso, passou a mudar o seu modo de pensar e de agir. Com esse novo posicionamento podemos constituir nossa compreensão sobre o meio ambiente e os recursos naturais dentro de uma perspectiva das relações nas sociedades, acima de tudo quando o desenvolvimento é um dos valores centrais nas sociedades contemporâneas e coloca o futuro do meio ambiente no domínio das modalidades de gestão desses recursos, conforme evidenciou Godard (1997).



É nessa conjuntura que, particularmente às formas de realização da agricultura, surge a necessidade emergente de um sistema de produção que assegure a boa integração entre o homem e a natureza. Aqui, é fundamental questionar que toda forma de agricultura praticada em um tempo e em um lugar surge com um objetivo primeiro de caráter ecológico e econômico, bem como, possui relação com a exploração de tipos de solos e diversas espécies de plantas e de animais (MAZOYER e ROUDART, 2010).

A este ponto, em conformidade com Caporal (2009), ressalta-se a agroecologia como sendo muito mais do que um modo de realizar um manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais. Ela busca integrar os conhecimentos empíricos dos agricultores, aprendidos por gerações, juntá-los com os demais conhecimentos de diferentes ciências e promover uma melhor compreensão sobre o modelo de agricultura atual que o agricultor está envolvido, almejando, enfim, impulsionar novas ideias para uma agricultura prudente.

Por tudo isso, a menção feita por Mazoyer e Roudart (2011, p.44), sendo ela a seguinte “as formas de agriculturas mudam, toda agricultura se transforma”, motivou o objetivo do presente trabalho o qual consiste em abordar aspectos que marcam a história da agricultura no Sertão do Pajeú, com proeminência à agroecologia e, notadamente, à produção de cultivos através de Sistemas Agroflorestais Agroecológicos sustentáveis, um marco dessa história que está transformando o modo de realizar a agricultura na região a partir de ações coerentes e de uso eficiente dos recursos naturais, com respeito ao meio ambiente e a todas as formas de vida, incluindo as futuras gerações.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A relação do homem com a natureza nos primórdios

Em conformidade com Franco, et al. (2012), os termos que estão associados à natureza são construídos historicamente e, ao mesmo tempo refletindo e constituindo a mudança social. Por essa razão, os fatos históricos são primordiais para entendermos a relação do homem com a natureza, bem como a habilidade humana de acelerar ou alterar o meio ambiente.

À vista disso, até a chegada do *Homo sapiens*, o gênero homo, entre eles o *Homo erectus* e o *Homo de neandertal* e outros, viviam como caçadores coletores para atender à necessidade primária, a comida, e sua relação com a natureza era harmoniosa. Entretanto, ainda que inicialmente a busca de alimento sempre tenha



sido a prioridade, outras necessidades essenciais surgiram, como a cultura e o conhecimento, com a chamada revolução cognitiva, uma etapa imprescindível na evolução do homem. A partir daí, com o surgimento da agricultura há 10 mil anos, o *Homo sapiens* começou a manipular a vida de plantas e espécimes animais (FELDENS, 2018).

À medida que os anos passaram, a humanidade tornou-se mais numerosa e seu espaço ambiental não atendia mais a necessidade de alimentos de pequenos grupos, de modo que a providência para esse problema consistiu na migração para outras regiões onde a natureza pudesse suprir às necessidades básicas. Conforme Feldens (2018, p.19), este momento em que o homem abandonou o seu habitat antigo, também foi o momento em que aconteceu a primeira ruptura entre “aquele homem e o nicho ecológico”. Este é o marco histórico do primeiro desequilíbrio ecológico provocado pelo homem.

De acordo com Mazoyer e Roudart (2010), desde o primeiro período de sua história, no paleolítico recente (ou superior) que se estende de 40.000 a 11.000 anos antes de nossa Era, o *Homo sapiens sapiens* é o autor de progressos técnicos, os quais permitiram aos homens colher produtos vegetais com eficácia, caçar novas espécies, desenvolver a pesca e, portanto, ocupar-se em explorar novos meios.

Assim, entende-se que a busca do homem por condições favoráveis que atendam às suas necessidades é um fato histórico. O autor Ferri (2017), sintetiza tal questão mencionando que as pessoas se organizam e reorganizam suas vidas relacionando-se com o meio natural e é nessa conjuntura que se torna necessário repensar as interações entre os sistemas sociais e naturais, considerando as consequências dessas interações ao longo do tempo.

Exclusivamente à interpretação dos sistemas naturais a partir de um ecossistema cultivado, este constitui uma organização a qual possui vários subsistemas que além de se complementarem são organizados, cuidados e explorados de uma forma particular, e dentre eles destacam-se as hortas e as terras cultiváveis, os campos de ceifa, as pastagens e as florestas. Tal exploração é direcionada à satisfação das necessidades dos animais domésticos e dos homens e utiliza-se de progressos técnicos e variados realizados pelo homem (MAZOYER E ROUDART, 2010).

Segundo Feldens (2018), enquanto que inicialmente havia um perfeito equilíbrio ecológico, foi com a transformação do produto agrícola em mercadoria que surgiu um novo momento na humanidade, o qual ocasionou ao homem uma mudança de comportamento em relação à natureza, ao meio ambiente e aos ecossistemas.



Aspectos históricos do modelo de desenvolvimento implementado na agricultura brasileira

No Brasil, desde a década de 40, a forma como a agricultura é realizada foi fortemente influenciada pelo processo de consolidação do extensionismo no país, o qual se deu através das relações entre Brasil e Estados Unidos a partir de 1945, quando internacionalmente, o Grupo Rockefeller viu o Brasil como um país provido de excelentes condições para a ampliação das atividades agropecuárias existentes na época (PINTO, 2008).

Desta forma, a extensão rural no Brasil buscava superar o atraso tecnológico na agricultura e, para tanto, exercia a função de assistência técnica e financeira com a finalidade de lançar e difundir as inovações tecnológicas produzidas em centros de pesquisa e experimentação, atuando como principal interlocutora entre os produtores rurais e as instituições de pesquisa agropecuária (DINIZ E HESPANHOL, 2013).

Entretanto, segundo Lima et al., (2007), um problema grave encontrado no modelo norte americano adotado no Brasil é que a extensão tratava o meio rural como um todo e não contava com o conhecimento do agricultor, ou seja, o processo de assessoria e assistência no campo era caracterizado pela fraca interação entre os difusores e os agricultores.

No transcorrer do tempo, o modelo de desenvolvimento implementado na agricultura baseou-se no uso de venenos, em função de produzir rápido e em maior quantidade, o que só dava lucro aos grandes produtores, empresários do agronegócio, aos atravessadores de produtos e ao comércio de agroquímicos. Ainda, sem preocupação com a saúde das pessoas e sem ajudar a melhorar a qualidade de vida das famílias de pequenos produtores. Esse modelo, além de poluir as águas, agride a natureza e empobrece a terra, acabando com as condições de produção e deixando as famílias em situação de insegurança alimentar e econômica (LIMA, et al., 2006).

Somente no início do século XXI, a extensão rural no país propôs como eixo orientador, da prática extensionista, o desenvolvimento sustentável centrado no uso de metodologias participativas e voltado à agricultura familiar e à transição agroecológica. Iniciou-se, a partir deste momento, uma nova fase de realizar a agricultura no Brasil (MDA, 2015).

Assim, na contemporaneidade, a assistência técnica e a extensão rural no Brasil continuam a influenciar o modo como as famílias agricultoras realizam a agricultura, porém diferentemente do que foi instituído inicialmente. Hoje, notadamente no nordeste brasileiro, experiências agroecológicas vêm



umentando e tornando possível a transição de uma agricultura convencional para uma agricultura agroecológica (PARANHOS et al, 2007).

Aqui, menciona-se o princípio da agroecologia em propiciar o uso coerente dos recursos naturais, com o potencial de realizar uma agricultura de baixa degradação ambiental além de promover as relações sociais e a melhoria da qualidade de vida. Segundo Caporal (2009, p.4), a agroecologia trata de um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas mais diferentes inter-relações e mútua influência.

Quando o que se discute são as relações entre o homem e a natureza, ou as relações entre os sistemas sociais e os sistemas naturais, as quais são moldadas no espaço e no tempo, percebe-se que a prática da agroecologia não somente diz respeito à uma forma coerente de realizar a agricultura mas, antes de tudo, reporta a um modo de viver conduzido por valores e, segundo indicou Weber (1997), os valores presentes nos sistemas sociais e no interior dos grupos que o integram, produzem e resultam em uma representação da natureza.

No que se refere à agricultura, é possível definir a combinação de atividades produtivas e de seus meios de produção, os quais são renovados ano a ano. Para assegurar essa renovação, cada estabelecimento pode produzir ele próprio suas sementes, seus animais, sua forragem, o que conceitua-se como autofornecimento e, também, ele pode produzir uma parte dos bens consumidos na propriedade pelos produtores e suas famílias, o que é chamado de autoconsumo (MAZOYER e ROUDART, 2010). Salienta-se que a agroecologia propicia essa renovação de forma equilibrada, evitando alterar o meio ambiente e mantendo uma relação harmoniosa com a natureza.

O modelo de desenvolvimento implementado no Semiárido brasileiro e no bioma Caatinga

Segundo Barros Júnior et al. (2015), o modelo de agricultura implementado no semiárido brasileiro, além de fazer o uso excessivo de agrotóxicos, é conduzido por práticas degradantes, com ênfase aos desmatamentos e às queimadas e, dentre os principais impactos enfrentados em função de um modelo que não se preocupa com a sustentabilidade estão: I) degradação implacável do Bioma Caatinga; II) erosões hídricas e de camadas aráveis do solo; e III) a destruição e morte de matas ciliares e de rios; todos estes aspectos negativos estão diretamente atrelados aos desmatamentos e às queimadas descontroladas, ocupação e uso



indiscriminado dos solos; sistemas agrícolas incompatíveis com os ecossistemas locais introduzidos ao longo dos anos; a má gestão dos recursos naturais e o uso massivo de agrotóxicos que reduzem drasticamente a capacidade produtiva da terra e a qualidade da água, por conseguinte, promovem danos às populações locais e à perda da biodiversidade.

É notório que a destruição gradual e permanente dos recursos naturais no bioma tem agravado a degradação e levado a situações críticas como é o caso da escassez dos recursos hídricos, questão que ainda é mais seria quando atrelada à insistente implantação progressiva de atividades incompatíveis com o meio. Neste sentido, a introdução (ou reintrodução) de métodos sustentáveis de agricultura a serem adotados pela grande maioria dos pequenos produtores irá ajudá-los a criar alternativas aos atuais padrões ambientais da utilização dos recursos, podendo aumentar significativamente os rendimentos de terras cultivadas e caminhar em definitivo para a autossuficiência alimentar (TODARO e SMITH, 2012).

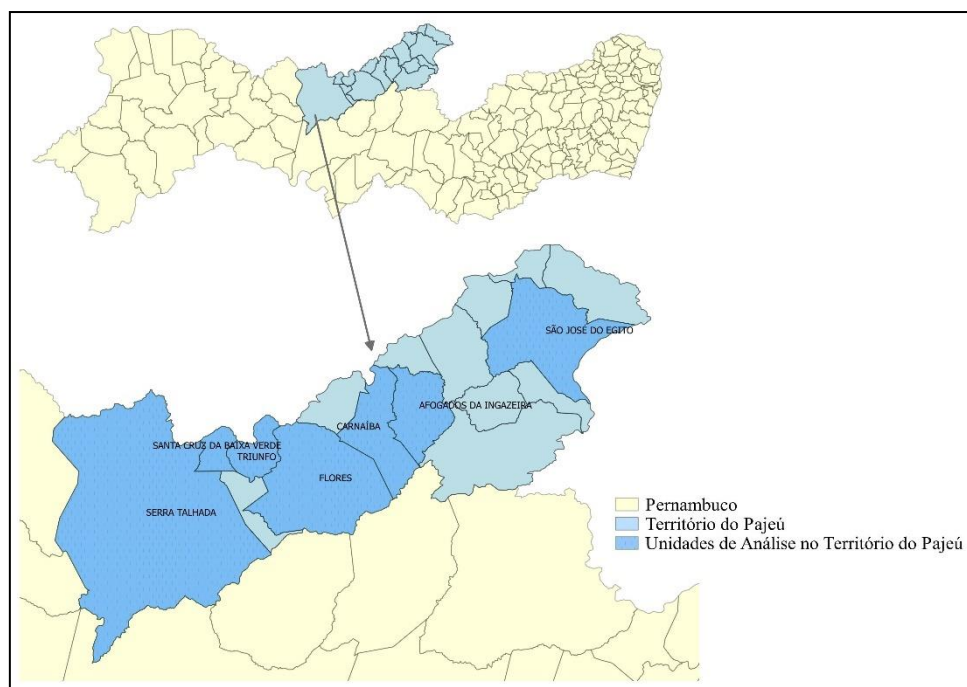
3. MATERIAIS E MÉTODOS

A unidade de análise que o estudo contemplou é o Sertão do Pajeú, localizado no centro-norte do estado de Pernambuco e inserido na mesorregião do Sertão de Pernambuco. A pesquisa abrangeu aspectos históricos da agropecuária de sete municípios da microrregião, sendo eles Afogados da Ingazeira, Carnaíba, Flores, Santa Cruz da Baixa Verde, São José do Egito, Serra Talhada e Triunfo.

Este espaço foi cenário de atividades agrícolas inapropriadas realizadas na região, com o uso intensivo de agrotóxicos e, há cerca de 25 anos, o mesmo é tido como uma referência no que condiz à transição da atividade agrícola tradicional para uma nova forma de realizar a agricultura, através dos princípios da agroecologia, os quais respeitam o meio ambiente usando eficientemente os recursos naturais. A Figura 1 ilustra o recorte territorial da mesorregião do Sertão de Pernambuco, bem como as cidades do Sertão do Pajeú que subsidiaram a pesquisa:



Figura 01. Localização da Microrregião do Pajeú - Sertão Central de Pernambuco



Fonte: elaborado pela autora.

A pesquisa configura-se como descritiva, a qual, segundo Gil (2008), descreve ou estabelece as relações entre variáveis (aqui tratada a relação entre o segmento da agroecologia e a proteção e preservação do meio ambiente) e, concomitantemente a isso, está relacionada ao uso de técnicas padronizadas de coleta de dados (aqui concretizada na obtenção de dados primários e dados secundários advindos de pesquisa documental como base em relatórios, estudos e diagnósticos de experiências no Sertão do Pajeú), subsidiados por Pesquisadores que atuam com projetos de extensão no Sertão do Pajeú, como também Organizações Não Governamentais que atuam na região e acompanham as famílias agricultoras no manejo agroflorestral em torno de 25 anos, sendo elas a Associação de Desenvolvimento Rural Sustentável da Serra da Baixa Verde - ADESSU, o Centro de Educação Comunitária Rural – CECOR, o Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá - Centro SÁBIA, e a DIACONIA, uma organização social brasileira comprometida com a promoção da justiça e do desenvolvimento social.

Em conformidade com o objetivo da pesquisa, posteriormente à coleta dos dados, iniciou-se a organização do material a fim de identificar o acervo que viria a subsidiar dois quadros de pesquisa: (i) uma caracterização dos aspectos históricos que marcaram a atividade agropecuária no Sertão do Pajeú; (ii) e uma caracterização dos aspectos que definiram a transição para a agricultura agroecológica.



A considerar a natureza da pesquisa, aplicou-se a análise do conteúdo a qual consiste em permitir ao pesquisador uma gama mais ampla de informações sobre o que está sendo pesquisado, complementando assim, o conjunto de dados levantados para o embasamento técnico científico da pesquisa (GIL, 2008).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em conformidade com o Serviço Geológico do Brasil – CPRM (2005), o Sertão do Pajeú está inserido na unidade geoambiental da Depressão Sertaneja, a qual representa a paisagem típica do semiárido nordestino, com relevo suavemente ondulado e, em sua maior extensão, os solos são pedregosos e sujeitos à erosão, também são rasos e às vezes até inexistentes, haja vista a existência de grandes afloramentos rochosos. Mas, também constitui em sua formação superfícies que apresentam maiores elevações ao norte, na serra da Baixa Verde, onde o ponto mais alto do estado, Triunfo, com mil duzentos e sessenta metros, o qual apresenta um microclima diferenciado e que contrasta com as condições climáticas do contexto do Semiárido.

No sertão brasileiro a atividade mais desenvolvida é a agropecuária e, particularmente na microrregião do Pajeú, a atividade agropecuária se destaca pela criação de caprinos e bovinos e por uma alta variedade de produção de culturas agrícolas, dentre elas o cultivo do milho, feijão, batata-doce, cana-de-açúcar, mandioca, mamona, tomate, fava, sorgo, castanha de caju, goiaba, sisal, banana, café, manga, laranja, algodão arbóreo e algodão herbáceo. Na zona rural dos municípios pernambucanos do Sertão do Pajeú, que contemplaram esta pesquisa, Afogados da Ingazeira, Carnaíba, Flores, Santa Cruz da Baixa Verde, São José do Egito, Serra Talhada e Triunfo, os cultivos agrícolas e a criação de animais que se destacam são os seguintes:

Quadro 01. Destaques da produção agropecuária no Sertão do Pajeú.

Municípios	Culturas agrícolas e pecuária
AFOGADOS DA INGAZEIRA	Feijão, milho, batata doce, cebola, tomate, arroz, banana, goiaba, manga, coco-da-baía, castanha de caju, algodão. Também se destaca a criação de bovinos, caprinos, suínos, ovinos e avicultura.
CARNAÍBA	Milho, feijão, mandioca, batata-doce, cana-de-açúcar, banana, manga, goiaba, limão, laranja e castanha de caju. As atividades da pecuária também estão presentes.
FLORES	Feijão, milho, mamona, mandioca, tomate, castanha de caju, banana, goiaba e algodão herbáceo. As atividades da pecuária também estão presentes.
SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	Goiaba, café e banana. E, na pecuária, destaca-se a criação de bovinos, equinos, bubalinos, asininos, suínos, caprinos, ovinos e avicultura.



Mnemosine Revista

Volume 9, nº. 2, Jul / Dez 2018 ISSN - 2237-3217

SÃO JOSÉ DO EGITO	Batata-doce, cana-de-açúcar, feijão, mandioca, milho, tomate, algodão herbáceo, castanha de caju, sisal, banana, goiaba, laranja e a manga.
SERRA TALHADA	Feijão, milho, tomate, mamona, melancia, mandioca, algodão herbáceo, laranja, banana e o coco-da-baía, algodão herbáceo, laranja e banana. As atividades da pecuária e da silvicultura também estão presentes.
TRIUNFO	Café, cana-de-açúcar, feijão, milho, macaxeira, arroz, banana, goiaba, laranja, manga e maracujá. A atividade da pecuária se destaca pela criação de caprinos.

Fonte: Acervo de registros de extensão rural, Barros (2015-2018).

Em entrevista realizada com o Pesquisador e Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Genival Barros Júnior, o qual atua com projetos de extensão no Sertão do Pajeú desde o ano 2007, o Território do Sertão do Pajeú é assim chamado devido a menção ao Rio Pajeú o qual, em uma das características intrínsecas à sua geografia, atravessa parte dos municípios que compõem o Território desvelando, assim, uma relevância expressiva para a população dessa parte do semiárido brasileiro. Historicamente, as áreas próximas da capitania de Pernambuco, o litoral (Zona da Mata), foram destinadas, por parte da coroa portuguesa, ao cultivo da cana-de-açúcar. Tal acontecimento incorreu no início da exploração econômica do Sertão Pernambucano através da atividade pecuária uma vez que, estando a Zona da Mata reservada para tal atividade exclusiva, restou conduzir o deslocamento do gado para outro caminho, tendo o Rio Pajeú como um deles. Isso foi o suficiente para trazer à região do Pajeú, juntamente com o gado, o povoamento dessas terras e a formação de latifúndios, ocupando extensas áreas e variadas formas de convivência.

Relações entre o homem e a natureza no Sertão do Pajeú

É evidente a diversidade da produção agrícola e pecuária no Sertão do Pajeú, apesar das circunstâncias peculiares às características da região as quais impõem dificuldades. Ainda assim, a ação humana sobrepõe-se a estas características e impulsiona o uso desmedido e exploratório dos recursos naturais do bioma Caatinga, de modo que, quando o que se aborda são as dificuldades de produção agrícola e pecuária no Sertão do Pajeú, a ação antrópica é um fator que prepondera e que, maiormente, pesa sobre as dificuldades de produção.

No cenário Regional, fortemente questionado por Bacha (2001), em que a ocupação principal da força de trabalho da população rural é a agropecuária, existe um embate muito poderoso: de um lado a luta pelas práticas de sustentabilidade que promovem a conservação dos recursos naturais e evitam a degradação



ambiental, do outro lado, as queimadas que são a mais antiga forma de preparação de áreas para a implantação de cultivos.

Diante disso, segundo dados levantados à pesquisa, a vegetação predominante do Sertão do Pajeú é a Caatinga, com a supremacia de espécies cujas peculiaridades enfatizam a capacidade de adaptação às adversidades climáticas, de sobrevivência à falta de água e de rápida regeneração com a presença das chuvas. Mas, este mesmo espaço é historicamente cicatrizado pela exploração excessiva dos recursos naturais em que as causas das ações humanas permeiam a atividade agropecuária e, na área que abrange o Pajeú, especialmente a vegetação de mata ciliar, constata-se um alto grau de devastação. Além disso, ainda existe a omissão de diversos segmentos do mercado que agem com o desmatamento de forma indiscriminada para a exploração da madeira ou a implantação de empreendimentos.

A considerar que um sistema de produção busca promover a produtividade agrícola, ou seja, aumentar a produção do trabalhador rural e, em decorrência disso, diminuir as diferenças sociais e propiciar uma melhoria da qualidade de vida da população rural, a começar pela capacidade de produção do alimento para a própria subsistência, no cenário do Sertão do Pajeú, os procedimentos realizados pela agricultura convencional ainda impedem famílias de pequenos produtores rurais a se desenvolverem.

De acordo com Barros (2015), especialmente sobre a ação humana, a ocupação das áreas agricultáveis do Pajeú é marcada historicamente pela ocupação das áreas férteis, principalmente os cursos d'água ao longo do Rio Pajeú, utilizadas para a criação de animais, a construção de currais e o erguimento de grandes latifúndios. Além disso, imensas áreas de terra foram ocupadas, dizimando milhares de hectares de matas ciliares, matas de encosta e tabuleiros de mata de Caatinga, com o duplo objetivo de abrir espaço para o pasto herbáceo e para afugentar o nativo. Ainda, conforme o autor e pesquisador, com o passar do tempo houve a introdução massiva de monocultivos cujo sistema de produção exigiu a derrubada de novas áreas da mata de Caatinga.

Ademais, o desmatamento da vegetação Caatinga, na área que abrange todo o rio Pajeú, ocasionou o empobrecimento dos solos levando a consequências drásticas como a perda ou diminuição da capacidade de retenção de água, de modo que a bacia hidrográfica do rio deixou de verter água no ano de 1986 e teve os poços comuns, localizados na área de abrangência de seu lençol freático, totalmente esvaziados no final do ano de 2013.

Segundo Rodrigues e Almeida (2013), apenas 7,5 % das Áreas de Proteção Permanente – APP's são legalmente protegidas ao longo da Bacia do Pajeú. Acrescenta-se à essa discussão as ações antrópicas que



impactam sobre os cursos d'água ao longo da região e que, através de estudos de campo iniciados em 2006 pela Universidade Federal Rural de Pernambuco em duas pequenas microbacias do Pajeú, o riacho Jacú (Zona Rural de Serra Talhada – sentido Floresta) e o riacho Exu (Zona Rural de Serra Talhada – Sentido São José do Belmonte), constataam os reais impactos sobre o meio ambiente.

Destarte, em 2008 foi constatada uma perda de 4,56 toneladas de solo por ha/ano no riacho Jacú, o qual possui uma extensão de apenas 440 metros e uma área física de 0,619 km² na margem esquerda do Pajeú, e uma perda de 115,59 toneladas por ha/ano no riacho Exu, cuja extensão é de 40 km e tem uma área física de 537,37 km², situando-se por sua vez na margem direita do Pajeú.

Este quadro fomentou a destruição da cobertura vegetal e incorreu, aos dias atuais, em uma extrema degradação. Apesar de tais ações de irracionalidade controversas à preservação do meio ambiente e, inclusive à sustentabilidade, destaca-se aqui uma menção crucial, citada por Franco, et al. (2012), e que direciona a atenção à construção de uma mudança social associada à natureza e que se dá historicamente.

Nesta perspectiva, mesmo o Sertão do Pajeú sendo um espaço marcado pela ação antrópica associada às dificuldades impostas pelas condições naturais da região, nos últimos 25 anos a região vivenciou um processo de transição da agricultura convencional para a agricultura familiar agroecológica, sendo isso propulsionado pelo apoio e atuação de instituições como organizações não-governamentais e atores sociais, com destaque a pesquisadores e pesquisadoras que dirigem suas pesquisas, com ênfase e segmento na agricultura sustentável, para regiões semiáridas do Brasil.

A partir deste novo cenário, nessa região onde a principal da força de trabalho é a agropecuária, a produção agroecológica passou a incorrer mais em uma relação direta com as práticas realizadas pela população rural. Quando o que se aborda é a superexploração dos recursos naturais e as problemáticas que incidem sobre o meio ambiente, pode-se considerar através da agricultura agroecológica uma nova dinâmica passou a existir nos sistemas de produção agropecuária e, acima de tudo, fundamentando a construção de um novo desenvolvimento viável e equilibrado.

Uma nova história, no Sertão do Pajeú, marcada pelos sistemas de cultivos Agroflorestais Agroecológicos sustentáveis

Para além da ação antrópica associada às dificuldades impostas pelas condições naturais da região, segundo Ferreira (2016), o Sertão do Pajeú tem sido palco de grandes lutas dos movimentos sociais, face à



negligencia histórica dos governos diante da necessidade dos agricultores e agricultoras de base familiar. Nessa conjuntura, aspectos como o fortalecimento da sociedade civil, da mobilização, envolvimento e capacitação das famílias, com uma proposta de educação processual, são visualizados com a capacidade de transformar a realidade dessa região, tanto no que se refere ao ambiente natural do território, quanto no que condiz à qualidade de vida da população que vive da agropecuária.

Os aspectos históricos que definem o modo como a agropecuária aconteceu no Sertão do Pajeú permitem compreender que, com o passar do tempo, em vista da necessidade de uma mudança de paradigma relacionada ao modo de uso dos recursos naturais, aqui tratado na atividade específica da agropecuária, surgiu uma maior preocupação com a implantação de sistemas de cultivos sustentáveis e com a produção limpa de alimentos, quando do fomento à melhoria da qualidade de vida dos pequenos produtores rurais através da soberania alimentar instigada pela produção agroecológica.

Apesar de todas as ações indiscriminadas contra o meio ambiente, numa outra perspectiva, nos últimos 25 anos a região vivenciou um processo de melhoria de suas vidas, estando parte desta melhoria relacionada à atuação de instituições, como organizações não-governamentais, e atores sociais como pesquisadores, dentre outros da sociedade civil organizada, que ajudam a desenvolver a agricultura familiar agroecológica através de ações de articulação e de convivência sustentável com o ecossistema do Semiárido através do uso eficiente e sustentável dos recursos naturais.

Este último aspecto confirma a comparação feita por Leão (2010), a respeito da agricultura convencional que busca uma produtividade máxima com a utilização intensa de insumos, para se obter grande retorno econômico em curto prazo através do aumento da produtividade e de eficiência, e a agroecologia que visa um novo estilo de produção limpa de alimentos concomitantemente ao respeito e equilíbrio ambiental e à justiça social.

Diante disso, a atuação das ONG's ADESSU, CECOR, Centro SÁBIA e DIACONIA nos municípios de Afogados da Ingazeira, Carnaíba, Flores, Santa Cruz da Baixa Verde, São José do Egito, Serra Talhada e Triunfo, concretizado no acompanhamento às famílias agricultoras, revela que a busca de um modo de produção alternativo e mais eficiente para os produtores rurais tornou-se primordial para a aplicação de práticas menos degradantes e com potencial de promover a preservação máxima dos recursos naturais, conjuntamente a melhores condições de produção agrícola e pecuária na região do Pajeú.

Segundo Barros (2010), as práticas agroecológicas apresentam bases científicas de transição da agricultura convencional para uma agricultura sustentável, como também são fundamentadas em uma série de



princípios e metodologias que propõem alternativas para minimizar a artificialização do ambiente natural pela agricultura. Não obstante, tendo como princípio prioritário a conservação e a ampliação da biodiversidade dos sistemas agrícolas como base para produzir sustentabilidade.

Acerca destes aspectos, identificou-se que processo de transição agroecológica da região pesquisada contemplou, além da atuação e do acompanhamento de ONGs, também as seguintes particularidades:

i. Conhecimentos e saberes tradicionais e locais: o acompanhamento às famílias agricultoras permite confirmar que a produção agroecológica é uma prática de produção sustentável que promove condições das famílias viverem no semiárido brasileiro e se desenvolverem, inclusive voltar novamente à uma forma autônoma da comunidade, como também incita o uso eficiente dos recursos naturais e favorece a proteção ao meio ambiente. Todavia, o processo de implantação, desenvolvimento, gestão e monitoramento desta produção, notadamente os SAFs sustentáveis, além de ser construído com base na assessoria técnica, sendo esta norteada pelos aspectos científicos, também necessita ser construído com base nos saberes locais, os quais, indicam o melhor aproveitamento do uso dos recursos naturais e o uso mínimo de insumos externos a depender das distintas realidades, cada qual, com suas particularidades.

ii. Uso prudente dos recursos: a história da agropecuária no Sertão do Pajeú é marcada por ações de uso imprudente e dos recursos naturais, dentre as quais foram identificadas as *queimadas, derrubadas de árvores, destruição de matas ciliares, destruição de rios, destruição de camadas aráveis do solo, uso massivo de agrotóxicos, excessivo pastoreio em terrenos íngremes, e o uso excessivo de máquinas agrícolas pesadas*, que provocam perdas anuais da cobertura vegetal e de centenas de milhões de toneladas de terra fértil. O autor Ferri (2017) sintetiza tal questão mencionando que o ser humano se organiza e reorganiza sua vida relacionando-se com o meio natural, haja vista que a busca do homem por condições favoráveis que atendam às suas necessidades é um fato histórico, logo, é nessa conjuntura que se torna necessário repensar as interações entre os sistemas sociais e naturais, considerando as consequências dessas interações ao longo do tempo. Aqui, evidencia-se que através de ações prudentes, os sistemas de cultivos agroflorestais agroecológicos têm como função primordial a produção diversificada e saudável de alimentos e, à medida em que envolvem ações de conservação e uso sustentável/prudente dos recursos naturais, também constitui um novo marco da história dessa região, além de apontar caminhos para um desenvolvimento equilibrado e sustentável.

iii. Auto-suficiência e soberania alimentar: de acordo com as ONGs que atuam na região, a agricultura agroecológica produz mais alimentos e em maior diversidade que a agricultura não agroecológica.



Este aspecto, em nível mundial, é avaliado pela Agência de Cooperação Misereor, que atua há mais de 50 anos, com a luta contra a pobreza na África, Ásia e América Latina, e informa que as famílias agroecológicas chegam a produzir até 1,5 toneladas de alimento por ha/ano enquanto as não agroecológicas não chegam a 1 tonelada/ha/ano. Isso significa que, por ano, as famílias agroecológicas consomem 600 kg a mais de sua própria produção de alimentos, o que garante a sua segurança alimentar a um menor custo e com muito mais qualidade. A complementar, quando o que se busca são práticas sustentáveis na agricultura que utilizam pouco ou nenhum insumo externo, que respeitam o meio ambiente e que proporcionam melhoria da qualidade de vida, outro aspecto que ressalta os benefícios desse modo de produção, refere-se à diversidade, quando o número de espécies existentes nas áreas das famílias agroecológicas é o dobro das não agroecológicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modelo de agricultura implementado no Sertão do Pajeú, conjuntamente à intensa ocupação humana, a formação de latifúndios, e ao intensivo pastoreio em áreas férteis e junto aos cursos d'água, gradualmente destruiu o meio ambiente e os recursos providos pelo bioma Caatinga. Todavia, com um olhar fundamentado na vivência de pesquisadores e das ONGs que atuam na região e que foram as pioneiras no processo de disseminação da agroecologia e de implantação dos sistemas de cultivos agroecológicos, foi possível assimilar que apesar da região do Sertão do Pajeú possuir uma contextualização histórica marcada pela feroz ação antrópica, mas, quando existe o apoio para viabilizar uma produção sustentável na agricultura e adaptada à realidade local, é possível conceber um novo caminho que garanta a preservação da biodiversidade concomitantemente à melhoria da qualidade de vida.

Um ponto pretendido à discussão considera que, no tocante ao uso prudente dos recursos naturais, deve-se associá-lo ao elemento sociedade, o qual está relacionado à busca pela garantia de uma vida digna para a população humana, principalmente das populações que vivem em situações de injustiça e de desvantagem socioeconômica. Se por um lado a natureza apresenta problemas ambientais que recaem sobre ecossistemas e populações, por outro lado, já não se pode separar a problemática do atendimento das necessidades das populações da própria problemática ambiental e dos limites ecológicos, uma vez que não somente a pobreza é uma ameaça, mas também a degradação ambiental e ambas só potencializam a perda da capacidade organizacional e produtiva das populações que vivem da agropecuária.



O Sertão do Pajeú possui um histórico que comprova que o avanço exploratório dos recursos naturais teve uma forte influência da atividade agropecuária na região. Apesar disso, a transição para uma atividade norteadada pela agroecologia tem viabilizado dinâmicas e transformações capazes de: (a) contribuir para a sustentabilidade dos sistemas produção agroecológica da região, através manejos orientados para a agroecologia e para a convivência com o próprio Semiárido; (b) estimular a construção coletiva de um espaço de convivência, vivência, troca e produção de conhecimentos, na medida em que os produtores rurais participam com os conhecimentos tradicionais; (c) e, principalmente, contribuir para o combate aos processos de degradação e desertificação, e para a proteção da biodiversidade.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS JUNIOR, G. **Acervo de arquivos: implantação de Sistemas Agroflorestais Agroecológicos no Sertão do Pajeú, Semiárido.** Serra Talhada – PE, 2010.

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL - CPRM. **Diagnóstico dos municípios das microrregiões do Pajeú.** Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

FELDENS, L. **O homem, a agricultura e a história.** Lajeado : Ed. Univates, 2018. 171 p. ISBN 978-85-8167-241-0.

FRANCO, J. L. de A., et al. **História ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza.** 460 p. - Rio de Janeiro : Garamond, 2012. ISBN 978-85.

FERRI, G. K. **História Ambiental: historiografia comprometida com a vida.** Café história - divulgação científica de história desde 2008. Publicado em 5 de abril de 2017.

WEBER, J. Gestão de recursos naturais renováveis: fundamentos teóricos de um programa de pesquisas. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Org.) **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: Novos Desafios para a Pesquisa Ambiental.** São Paulo: Cortez, 1997.



Mnemosine Revista

Volume 9, nº. 2, Jul / Dez 2018 ISSN - 2237-3217

GODARD, O. A Gestão integrada de Recursos Naturais e Meio Ambiente: Conceitos, Instituições, Desafios de Legitimação. In: VIEIRA, P. F.; WEBER, J. (Org.) **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: Novos Desafios para a Pesquisa Ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997.

PINTO, E. de S. L. **A Extensão Rural no Brasil**, 2008. Anais da Academia Pernambucana de Ciência Agronômica, Recife, vols. 5 e 6, p.35-43, 2008-2009.

DINIZ, R. F.; HESPANHOL, A. N. **Da ABCAR à ANATER: Trajetória e Desafios da Extensão Rural para o Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil**, 2013. Presidente Prudente, SP, 2013/25725-8.

LIMA, M.; EVANGELISTA, J.; GAMARRA-ROJAS, C. **Produção agroecológica e acesso a mercados locais**. Diaconia, 2006. Recife – 56 p. : il.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Marcel Mazoyer, Laurence Roudart; [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010. 568p.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – MDA. **Assistência Técnica e Extensão Rural**, 2015.

PARANHOS, M. G. F. **A trajetória da Rede Ater Nordeste: construindo conhecimento agroecológico pelo Nordeste brasileiro**. Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia, julho 2007.

CAPORAL. F.R; **Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível**.– Brasília :2009.398 p.:il.

GOMES, D. V. **Algumas considerações sobre o desenvolvimento sustentável e a necessária preocupação com os recursos naturais**. Revista de Doutrina da 4ª Região, Porto Alegre, n.14, setembro 2006.



Mnemosine Revista

Volume 9, nº. 2, Jul / Dez 2018 ISSN - 2237-3217

LIMA, E. N.; DELGADO, N. G. MOREIRA, Roberto José (Orgs). Mundo Rural IV. **Configurações rural-urbanas: poderes e políticas**. Mauad:Rio deJaneiro,2007.

RODRIGUES, C. T. A.; ALMEIDA, A. Q. de. **Mapeamento dos remanescentes florestais e das áreas de preservação permanente na Bacia Hidrográfica do Rio Pajeú – PE. Relatório Técnico – UFRPE**. 15 pg. 2013.

TODARO, M. P.; SMITH, S. C. **Economic development**, 2012. Environment and Development: The Basic Issues. 11^a ed. - p. 470.



A ESSÊNCIA LIBERAL: CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE O ESTUDO DA IDEOLOGIA LIBERAL PARA OS POLÍTICOS LIBERAIS CEARENSES NO SEGUNDO REINADO

The Liberal Essence: Theoretical-Methodological Considerations About The Study Of Liberal Ideology For Cearan Liberal Policy In The Second Reign

Pedro Henrique Dantas Monteiro
Mestrando em História pelo UFCG.
E-mail: ph.mr.hahn@hotmail.com

José Otávio Aguiar
Professor do Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais na UFCG
E-mail: otavio.j.aguiar@gmail.com.

RESUMO

Neste ensaio, apresentam-se algumas reflexões teóricas sobre o estudo da compreensão da ideologia liberal para os políticos liberais cearenses no Segundo Reinado, entre os anos de 1866 e 1870. A fim de manter um diálogo crítico com algumas produções já consagradas sobre o tema, apresentamos uma proposta teórica que objetiva uma investigação histórica daquilo que era compreendido e praticado como liberalismo para esses políticos cearenses. O ensaio foi construído a partir de uma revisão bibliográfica de obras relacionadas ao tema, com a finalidade de fundamentar teoricamente a pesquisa histórica. Como aporte teórico-metodológico, fizemos uso de Marx, Lukács, Gramsci, entre outros.

Palavras-chave

Liberalismo, materialismo histórico-dialético, Segundo Reinado, Ceará.

ABSTRACT

In this essay, we present some theoretical reflections on the understanding of liberal ideology for liberal politicians from Ceará in the Brazilian “Segundo Reinado”, between the years 1866 and 1870. In order to maintain a critical dialogue with some of the already established productions on the subject, we present a theoretical proposal which aims at a historical investigation of what was understood and practiced as liberalism for these politicians in Ceará. The essay was built from a bibliographic review of works related to the theme, with the purpose of theoretically grounding historical research. As a theoretical-methodological contribution, we used Marx, Lukács, Gramsci, among others.

Keywords

Liberalism, historical-dialectical materialism, Segundo Reinado, Ceará.



INTRODUÇÃO

O liberalismo foi uma ideologia fundamental nas transformações substanciais da história política. Ele foi, por princípio, a filosofia de muitas revoluções burguesas na primeira metade do século XIX e, portanto, revelou-se como a base teórica que edificou a política moderna e o Estado moderno. Foi a ideologia que estabeleceu a democracia moderna como forma de governo elementar, fez-se responsável pela divisão dos poderes na estrutura das relações de equilíbrio administrativo do Estado e da lógica do direito positivo, que gestaram as leis e o direito vigentes até os dias atuais. Assim, o liberalismo representa uma doutrina política tão impactante nas transformações históricas que é indispensável como tema de análise e estudo das ciências humanas.

O liberalismo transpôs as ilhas britânicas e o continente europeu, chegando às Américas e ao Brasil ainda no século XVIII, quando teve uma larga disseminação no interior da política brasileira e tomou papel central em diversos acontecimentos da história do país, como em seu próprio processo de independência. Como partido político, o liberalismo construiu uma trajetória consistente em todo o século XIX, estando presente no quadro partidário do Império brasileiro até seus últimos dias.

Nessa trajetória, o fim da década de 1860 e o início da década de 1870 foram um período crucial para as transformações políticas no interior do Segundo Reinado, principalmente no que se refere à realidade política do liberalismo. Assim, com o fim do Gabinete Zacarias Góis (1866-1868) e a reaproximação do imperador com as representações conservadoras, os liberais intensificaram as críticas à centralização do poder e às limitações das ações políticas do próprio legislativo frente aos mecanismos de controle régio. Tal situação acarretou mudanças significativas no Partido Liberal, tanto na articulação política e jogos de poder quanto no arcabouço de suas ideias e dos princípios partidários do liberalismo no Brasil.

Foi nesse espaço de transformação que os liberais reforçaram os princípios ideológicos do liberalismo como elemento central de suas ações políticas. Tal ideologia tinha um significado próprio para aquele lugar, pois expressava os limites e possibilidades do conceito de liberalismo na realidade histórica e social brasileira dos fins do século XIX e início do XX. Por isso, não se pode empregar a compreensão nem a prática do liberalismo de outra realidade temporal ou espacial para se compreender o que esses homens entendiam por liberalismo – apesar das influências externas – em seus discursos e ações políticas.



Este artigo tem como objetivo expor a estrutura teórica e metodológica da pesquisa sobre o conceito de liberalismo no Segundo Reinado a partir dos projetos, votações e discursos dos políticos do Ceará no Senado Imperial e da Presidência de Província, entre os anos de 1866 a 1870. No início, apresentaremos a problemática e as discussões em torno dos estudos sobre a política no Segundo Reinado, o cenário partidário do liberalismo brasileiro nesse período e a realidade histórica do Ceará imperial, tendo o objetivo de situar nessa discussão os conceitos-chave para nosso trabalho de investigação. Na segunda parte do trabalho, discutiremos a metodologia usada na pesquisa, referente ao método dialético de análise da história, com o objetivo de expor as operações desse método no trabalho com as fontes e nas análises das categorias históricas do período. Também faremos uma breve exposição teórica sobre as formas de apresentação da dialética ao longo da história, partindo dos gregos antigos até as produções de Hegel e do materialismo histórico de Marx no século XIX.

Reflexões teóricas sobre o estudo da ideologia liberal no Segundo Reinado

Os estudos sobre a política partidária do Segundo Reinado quase sempre remetem à noção de não haver uma clara distinção político-ideológica entre liberais e conservadores; sugerem que, entre os partidos, não se demonstravam substanciais diferenças, podendo-se encontrar aproximações tão fortes entre eles que, em determinadas circunstâncias, tornava-se difícil diferenciá-los. Essa premissa, porém, cria implicações severas ao entendimento do arcabouço ideológico do Partido Liberal, pois, por muito tempo, o liberalismo brasileiro do Segundo Reinado ficou compreendido como uma ideologia política que existiu por mera conveniência de alguns setores da elite política imperial que necessitavam de uma identidade partidária para afirmar seus objetivos e projetos nas lutas de poder da monarquia. Se assim pensarmos, a ideologia liberal que estava na base do pensamento político brasileiro existia por mera conveniência nos discursos dos liberais, e a existência do Partido Liberal servia apenas para uma divisão caricata entre dois lados da elite nacional, tendo o liberalismo como um princípio morto ou uma casca vazia que serviria apenas como item alegórico.

Outro problema de análise, que também fortalece a ideia de princípio alegórico do liberalismo para o Partido Liberal, são as suas origens na história política do Brasil, que se deram mediante a importação da ideologia europeia ainda no período colonial (PAIM, 1998). Por este motivo, tomam-se os princípios liberais europeus como regra para se estabelecer o que, de fato, foi o liberalismo em suas práticas e premissas. Tal ideia também acaba colocando em suspensão a ideologia liberal praticada no Brasil, pois quanto mais



Mnemosine Revista

Volume 9, nº. 2, Jul / Dez 2018 ISSN - 2237-3217

diferenciadas fossem as práticas e as premissas brasileiras das europeias, menos puro e real seria o Partido Liberal brasileiro em sua essência. E o conceito de liberalismo existente nesse partido dependia igualmente do que estava estabelecido no pensamento europeu para que essa premissa basilar fosse legítima.

Notadamente, podemos citar dois pensadores clássicos da historiografia brasileira cujas análises sobre o liberalismo brasileiro tratam de problemas apontados acima: Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Holanda. O primeiro, em sua obra *A evolução política do Brasil: colônia e império*, apresenta os liberais como “detentores do capital móvel” (PRADO JR., 1994, p. 97), portanto, os comerciantes do Império, os quais tinham como objetivo principal em suas práticas políticas o avanço dos mecanismos de produção que impulsionassem o Brasil para o capitalismo. Para Caio Prado Jr., a política do Segundo Reinado como um todo, e mais particularmente as práticas políticas dos conservadores e dos liberais, mantinham-se no âmbito de análise economicista. E todos os demais elementos político-ideológicos estavam subjulgados a esse princípio.

Para Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra *Capítulos de história do Império*, o liberalismo brasileiro é entendido como um “liberalismo de fachada” (HOLANDA, 2010, p. 50), que era, segundo o autor, um liberalismo que se desvirtuava do praticado na Europa, em especial pelas formas de funcionamento do poder no interior da política imperial e pelos modos de produção existentes no Segundo Reinado. Apesar de a análise de Sérgio Buarque de Holanda possuir uma riqueza de dados e uma profunda erudição, sua compreensão do liberalismo brasileiro está subordinada ao pensamento liberal europeu, pois o autor compreende que a realidade histórica brasileira deformou o pensamento liberal enquanto tal.

O problema de compreender o conceito de liberalismo sob essas condições são: a) o descrédito da pluralidade de elementos históricos e sociais singulares que constituíam o próprio Império e que estruturavam as matrizes práticas e ideológicas dos liberais no Segundo Reinado; b) a larga tendência interpretativa sob a ótica de uma subordinação dos princípios liberais brasileiros às influências do liberalismo europeu.

A própria pluralidade política das províncias que constituíam o Império revela que o liberalismo brasileiro no Segundo Reinado não correspondia diretamente a um partido formado por homogeneidades políticas, mas representava a diversidade das regionalidades provinciais que se encontravam integradas na totalidade que estruturava o partido nacionalmente. Com base nesse princípio, podemos entender que as particularidades regionais que formavam o Partido Liberal são chaves importantes para a compreensão dos elementos que compunham as práticas e premissas liberais no âmbito da política imperial. Essa realidade de singularidades regionais leva à necessidade de uma investigação particular dos representantes provinciais que



formavam os membros do partido, entendendo que seus princípios ideológicos e suas práticas políticas estavam ligados a seus lugares de poder regional.

Entendemos que é importante investigar as contradições particulares que compõem o liberalismo brasileiro em sua multiplicidade. A compreensão do liberalismo brasileiro invoca para si a necessidade de um procedimento que compreende a totalidade do sistema, partindo dela para as particularidades e se elevando novamente ao geral, procedendo da investigação dos lugares particulares que cada político liberal ocupava no exercício político das suas províncias e das instituições do Império. Nesse sentido, selecionamos um recorte temporal e uma espacialidade para essa investigação.

O recorte temporal corresponde ao período de 1866 a 1870, pois diz respeito ao momento da demissão do Gabinete liberal de Zacarias Góis (1866-1868) e à criação do Gabinete conservador do Visconde de Itaboraí (1868-1870), que aproximou do imperador as representações conservadoras e levou os liberais a uma forte oposição ao poder central, criando uma nova configuração política que desaguou na reforma do Partido Liberal e na criação do Partido Republicano, em 1870 (CARVALHO, 2012, p. 106, 107). Sob essas transformações políticas, buscaremos analisar o conceito de liberalismo para tais políticos, pois esse princípio era muito importante para a estruturação e operacionalização das ideias e ações políticas desses indivíduos na realidade histórica e social do Império.

Escolhemos a província do Ceará porque ela tinha destaque na política imperial, nas práticas liberais dentro e fora da província. O Ceará fazia parte da divisão administrativa provincial do país, localizando-se na região norte brasileira e fazendo divisa com o Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. A agricultura e a criação de animais foram as bases da produção de bens de consumo que sustentaram economicamente a província e que se desenvolveram dentro dos grandes latifúndios comandados por fazendeiros, representantes da elite provincial. Essa elite se dividia em grupos de poder pelo território cearense, disputando o domínio das instituições e dos cargos públicos que prestavam o controle administrativo do Ceará. Assim, as elites cearenses não resumiam seu lugar de poder apenas ao âmbito local, mas estavam em consonância com a realidade política nacional. Elas não apenas acompanhavam, mas também faziam parte de sua estruturação no que tangia à disputa político-partidária do período, sinalizada no conflito entre liberais e conservadores (MONTENEGRO, 1980, p. 15, 49).

Quanto aos liberais, havia um impasse entre suas condições de ação política e a própria estrutura do país, pois o Brasil possuía um modo de produção escravocrata e um poder político que emanava do monarca. Assim, o imperador possuía o controle quase que absoluto das instituições de poder político do Império. Além



disso, a política interna do Ceará era completamente conturbada, com fraudes eleitorais, assassinatos políticos, corrupção de membros da justiça e compra de votos. Mesmo em meio a esse cenário, o Partido Liberal, no âmbito político do Segundo Reinado, postulava o cargo de porta-voz e baluarte da liberdade, apropriando-se desse princípio para defender suas bases ideológicas e os mecanismos de ação política nos lugares de poder da política imperial. Certamente, uma de suas maiores expressões estava nos políticos liberais do Ceará que ocupavam tanto os cargos públicos na província quanto os assentos no Parlamento, o qual simbolizava a política nacional na instituição mais representativa daquela época (PAIVA, 1979, p. 47).

Essa dialética edificada entre o regional e o nacional cobre todos os níveis das relações, como as práticas partidárias. O Partido Liberal era formado pela miscelânea de vários representantes das 22 províncias do Império brasileiro, cada qual com suas singularidades culturais, econômicas, sociais e regionais. A multiplicidade construía disputas por lugar de poder entre os membros do partido, configurando as bases das relações políticas do Partido Liberal e da própria política imperial como um todo. O Partido Liberal possuía a estrutura de um mosaico, constituído de múltiplas partes díspares, mas que formavam ao longe uma mesma imagem. Essa pluralidade que emerge em torno da ideologia liberal surge como processo de uma construção das relações concretas da política brasileira, na qual economia, cultura, relações sociais e práticas políticas surgem como partes indissociáveis de uma totalidade.

A partir da totalidade, analisaremos essa ideologia liberal, pois entendemos que só uma visão totalizante pode proporcionar uma compreensão histórica verosímil do objeto de investigação. O conceito de totalidade pode ser encontrado inicialmente no sistema filosófico de Hegel (2010, p. 72-73). Compreendida pelo filósofo alemão como a multiplicidade de elementos que formam a realidade, a totalidade se apresenta a partir de um devir dialético que fundamenta a existência histórica e complexa do mundo. Em constante movimento de negação-conservação, a totalidade existe como complexo, formada por um conjunto de outros complexos, pois suas partes, assim como ela, estão em constante movimento e transformação. É importante entender que, por mais que esses complexos respondam a uma unidade e a uma interação que forma a totalidade, eles possuem contradições entre si, pois não são idênticos e, por este motivo, estabelecem contradições dialéticas uns com os outros (LUKÁCS, 2003, p. 84).

Para Lukács (2003, p. 93-94), Hegel foi um dos pioneiros na compreensão do movimento dialético e da totalidade como princípios da realidade. Contudo, o conteúdo que Hegel elegeu como totalidade não corresponde verdadeiramente à realidade, e detém em si um conjunto de conceitos mitológicos de onde se desdobra o movimento. Desse modo, foi em Marx, como afirma José Paulo Netto (2011, p. 38-44), que o



Mnemosine Revista

Volume 9, nº. 2, Jul / Dez 2018 ISSN - 2237-3217

conceito de totalidade ganhou sua forma mais fiel para com a realidade do mundo. Enquanto, para Hegel, a totalidade compreendia conceitos mitológicos, como a Ideia que se apresentava como norte teleológico da história do mundo, Marx preferiu partir do mundo material, refletindo que Hegel estava correto ao afirmar o movimento dialético e a totalidade como princípios da realidade, mas que se equivocou ao elencar conceitos abstratos como a Ideia como cerne do desenvolvimento da dialética e como matéria da totalidade. Com base nesse materialismo histórico de Marx e de Lukács, compreendemos a totalidade como a unidade interativa dos complexos que formam a realidade, sejam eles a dimensão econômica, política, cultural ou social. Assim, compreendemos que a ideologia liberal praticada pelos liberais do Ceará no Segundo Reinado foi parte de uma totalidade.

Não compreendemos o liberalismo apenas como uma doutrina política, uma filosofia ou uma teoria econômica, mas a concebemos com a profundidade da realidade histórica, para que se produza uma análise criteriosa daquilo que, de fato, foi exercido como liberalismo no período aqui analisado. A partir de Marx (2011) e Lukács (2017, p. 464-576), analisamos o liberalismo antes como uma visão de mundo comprometida com uma causa social, criada a partir de uma forma de compreensão da realidade, interligada diretamente a uma classe social. Portanto, uma ideologia. Segundo Marx (2011, p. 68-70), a ideologia é produto da realidade prática e material; não é fruto de uma simples abstração *a priori* do mundo material. Ela é formulada por ideólogos que expressam seus pensamentos com base nas condições materiais em que vivem, interligadas diretamente com a classe social que domina essa realidade material:

Os homens são os produtores das suas representações, ideias etc., mas os homens reais, os homens que realizam, tal como se encontram condicionados por um determinado desenvolvimento das suas forças produtivas e pelas relações que a estas corresponde até as suas formações mais avançadas. A consciência nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo real de vida (MARX, 2011, p. 31).

A ideologia surge ligada diretamente à demanda emergente que a realidade destina aos indivíduos, e essas demandas são a matéria-prima da produção das ideologias. É para solucionar essas necessidades emergentes da realidade que as ideias se tornam ideologias, pois, segundo Lukács (2017, p. 467): “Nem um ponto de vista individualmente verdadeiro ou falso, nem uma hipótese, teoria etc., científica verdadeira ou falsa constituem em si e por si só uma ideologia: eles podem vir a torna-se uma ideologia, como vimos”. E continua afirmando: “eles podem se converter em ideologia só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos” (LUKÁCS, 2017, p. 467). Desse modo, a ideologia



Mnemosine Revista

Volume 9, nº. 2, Jul / Dez 2018 ISSN - 2237-3217

provém de uma realidade prática e material, e surge como uma solução idealizada com funções práticas para os embates no interior das lutas de classe.

A ideologia liberal que era praticada no Brasil no período do Segundo Reinado não escapa a essa realidade, pois ela detinha uma função direta para as ações políticas dos liberais cearenses e do Império como um todo. Sendo ela uma visão de mundo, não corresponde a uma análise apressada que a afirme como uma falsa consciência ou, como já citado anteriormente, um “liberalismo de fachada”. As contradições produzidas na realidade do Brasil podem até criar falsidade nos princípios idealizados no liberalismo, mas isso não relega a ele uma produção falsa ou uma ideia alegórica e de fachada. O liberalismo tinha uma função prática e fazia parte de um projeto político complexo, que pode ser entendido à luz da dialética e da totalidade da realidade concreta da história.

Como uma ideologia, o liberalismo não pode ser apartado da compreensão de classe social e da luta de classes, que caracterizam a realidade das ideologias na dinâmica da história. O liberalismo era parte do projeto político de um estrato social que compunha as elites ou as classes dominantes do Brasil Império. Essa parcela da elite, que depositava suas ações políticas nos projetos liberais, encampava um embate político interno com os membros da própria classe dominante, pois dependia dessas pelepas para estabelecer o controle dos instrumentos de poder administrativo do Estado. Florestan Fernandes, em *Revolução burguesa no Brasil* (2006, p. 49-108), identifica que a relação desse estrato da classe dominante com a ideologia liberal se desdobrou em um delicado processo, pois o liberalismo é uma ideologia que carrega consigo o projeto de mundo da burguesia, e tal fato criou contradições imediatas na realidade histórica do Brasil, pois não se poderia falar de burguesia propriamente dita no Brasil antes da extinção do modelo monárquico e de suas estruturas no país. Portanto, como os liberais do Segundo Reinado não podiam ser identificados como burgueses, Florestan Fernandes defendeu um entendimento daquilo que era uma possível burguesia latente. Concordando com essa premissa, conceituamos essa parcela da classe dominante como a *classe política*, pois esta era a possuidora do controle dos instrumentos de poder do Estado, e representa o estrato que possuía as funções de direção intelectual de um dado bloco histórico, conforme Antônio Gramsci.

Com base em Gramsci, em sua discussão no 13º *Caderno de cárcere* (1932-1934), intitulado “Breves notas sobre a política de Maquiavel” (2007, p. 11-110), podemos compreender os senadores e presidentes de província liberais do Ceará como a classe política daquela realidade histórica. No primeiro momento, é importante perceber que Gramsci rompe com as análises da tradição da teoria das elites, que em muitos momentos buscaram refutar a análise marxista. A princípio, segundo Gramsci, a teoria das elites tradicionais,



herdada especialmente de Gaetano Mosca, construiu uma noção “elástica e vaga” do conceito de classe política. Para Gramsci (2007, p. 22):

A deficiência da abordagem de Mosca reside no fato de que ele não enfrenta, em seu conjunto, o problema do “partido político”, o que se compreende, dado o caráter dos livros de Mosca e especialmente dos *Elementi di scienza politica*: o interesse de Mosca, na verdade, oscila entre uma posição “objetiva” e desinteressada de cientista e uma posição apaixonada e imediatista de homem de partido, que vê se desenrolarem acontecimentos que o angustiam e contra os quais desejaria reagir.

No percurso dessa discussão, Luciana Aliaga, em “As teorias da mudança social: Antônio Gramsci em diálogo com a teoria das elites” (2015), afirma que a tradição da teoria das elites, em especial em Vilfredo Pareto, compreendia uma relação da divisão na história entre governantes e governados, refletindo, assim, a impossibilidade de existência de governo sem essa hierarquização. Nessa discussão, Gramsci aplica um contraponto, segundo a autora, pois é exatamente nessa relação entre governantes e governados que se torna possível perceber a luta de classes e os conflitos entre os homens para estabelecer a efetividade das suas ações políticas. Portanto, é em Gramsci que o conceito de classe política ganha seu refinamento, pois, ao inserir o materialismo histórico na interpretação da problemática da tradicional teoria das elites, o autor rompe o filtro de uma análise estagnada, estabelecendo a possibilidade de uma história aberta e em construção a partir da sua própria natureza dinâmica (dialética).

Entendendo, pois, os políticos liberais cearenses como parte da classe política do Segundo Reinado, também levamos em conta suas ações políticas nas instituições do Império a partir do que Gramsci (2007, p. 21) chama de pequena política. Segundo o autor: “A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política”. O conceito de classe política e sua relação com a premissa de pequena política apresentada por Gramsci são oportunos a essa investigação, pois ela repousa no interior das ações políticas dos parlamentares da Província do Ceará no Senado imperial e na ocupação do cargo de Presidente de Província do Ceará. A partir das práticas cotidianas dessas instituições, ao longo dos anos de 1866 a 1870, buscaremos compreender o conceito de liberalismo naquela realidade histórica.

Como nossa pesquisa considera a totalidade, suas delimitações não procedem de um deslocamento dos objetos de suas realidades concretas. Tal fato é essencial para a compreensão dos procedimentos metodológicos da investigação, pois os objetos de pesquisa no interior da história correspondem a categorias



que dependem das relações e dos movimentos constantes que os perpassam na materialidade da vida. Para o estudo, nos apropriamos do instrumento metodológico da *abstração*, segundo Marx. Essa ferramenta, usada pelo autor em suas pesquisas sobre o sistema capitalista, pode ser melhor observada no “Primeiro prefácio” de *O capital* (2017, p. 78), no qual ele explica seu método e os usos da abstração nos seus procedimentos de análise da substância e na grandeza do valor. Ele explica que:

No que se refere mais concretamente à análise da substância e da grandeza do valor, procurei popularizá-las o máximo possível. A forma de valor, cuja figura acabada é a forma-dinheiro, é muito simples e desprovida de conteúdo. Não obstante, o espírito humano tem procurado elucidá-la em vão há mais de 2 mil anos, ao mesmo tempo que obteve êxito, ainda que aproximado, na análise de formas muito mais complexas e plenas de conteúdo. Por quê? Porque é mais fácil estudar o corpo desenvolvido do que a célula que o compõe. Além disso, na análise das formas econômicas não podemos nos servir de microscópio nem de reagentes químicos. A força da abstração [Abstraktionskraft] deve substituir-se a ambos. Para a sociedade burguesa, porém, a forma-mercadoria do produto do trabalho, ou a forma de valor da mercadoria, constitui a forma econômica celular. Para o leigo, a análise desse objeto parece se perder em vãs sutilezas. Trata-se, com efeito, de sutilezas, mas do mesmo tipo daquelas que interessam à anatomia micrológica.

Em Marx, a abstração é uma ferramenta metodológica que possibilita ao cientista operar a análise e a expressão teórica de um dado objeto particular no interior da totalidade. E tal procedimento se concentra primeiramente em o pesquisador analisar o objeto em sua composição, forma, movimento dinâmico próprio e em relações com outros objetos na realidade. Posteriormente, manifesta cognitivamente suas análises em uma projeção teórica, conseguindo, assim, expressar abstratamente suas categorias, sem que com isso abandone a relação direta com a concretude e a totalidade de onde procede o objeto. Portanto, tanto o liberalismo quanto os conceitos-chave para seu entendimento serão analisados com base no recurso metodológico da abstração, pois procederemos da investigação particular dessas partes, isolando-as para entendermos suas características particulares e, a partir delas, como se comportam no interior da dinâmica histórica. A seguir, trataremos do método dialético.

O método dialético de análise da história

A dialética foi apresentada de diversas maneiras, por filósofos, e ganhou características singulares ao longo do tempo. Desde os gregos antigos, o termo aparece na filosofia sempre com a noção de movimento, mudança, transformação ou embate dos contrários, sendo aplicado de forma diferente e a distintos objetos.



Mnemosine Revista

Volume 9, nº. 2, Jul / Dez 2018 ISSN - 2237-3217

Considerado pela tradição como o pai da dialética, Heráclito de Éfeso é notável pela defesa da sua dialética positiva, a qual afirma que a luta entre os contrários, como geração e corrupção, fogo e noite, ser e movimento é que geram a harmonia do todo. Assim, o caminho de subida é o mesmo de descida e vice-versa. Dessa série de argumentos, temos inúmeras consequências para a filosofia e, conseqüentemente, para a história, pois se denota que, em um primeiro momento, dentro da lógica, os contrários não se excluem nem se anulam, mas se conciliam, conforme o movimento do devir, e formam uma nova realidade, que é, e logo já não é mais.

No campo da epistemologia, essa exposição é ainda mais contundente porque não se pode conhecer as coisas de modo estático nem se pode assegurar que elas continuarão sendo tais como foram aclaradas pelo seu conhecimento inicial, porque a natureza das coisas tende a se ocultar (REALE et al., 1990, p. 36). Ainda sobre isso, a *arché*, elemento mais originário tão investigado pelos milésios e seus posteriores, é considerada o fogo, dado que este é o elemento da mutabilidade que a tudo consome e a tudo torna deveniente. Nessa forma dialética do movimento e na harmonia dos opostos, há uma guerra constante que mantém, transforma e, por conseguinte, abarca toda a realidade do cosmos, o qual não é sedimentado sobre a plena ideia de ‘cosmos’ (harmonia, no sentido de constância), mas sim sobre a ideia de caos. Assim, “a guerra é a mãe de todas as coisas e de todas as coisas é rainha” (ibidem, p. 36). Nesse ínterim, a dialética de Heráclito consiste na luta constante e na tensão entre os contrários para que se constitua a harmonia da música, no caso da lira e do arco, e a harmonia do real, no caso da metafísica.

Já na antiguidade pré-socrática, e seguindo o viés de Parmênides, outro filósofo que se debruçou sobre a dialética, ao menos no campo lógico, foi o eleata Zenão. Com o seu paradoxo que, segundo a tradição filosófica, conduz à aporia, Zenão concorda que mesmo o não-ser conduz ao ser (REALE et al., 1990, p. 56-57). Isso se dá porque como não se pode falar sobre ‘o que não é’, o argumento da negação já seria a afirmação sobre aquilo que é. Acontece com tal argumento uma dialética negativa em que os contrários se excluem e, no âmbito da lógica, seria absurdo a realidade sustentar ‘é’ e ‘não é’. Assim, temos a consequência lógica de ‘é’ ou ‘não é’ mantendo a sua realidade de relação necessária, mas também excludente, de um em relação ao outro, tal como em Parmênides. Esse desenvolvimento dialético negativo intentou defender Parmênides e cerceou uma grande novidade: a realidade só é possível logicamente a partir da afirmação, de modo que, mesmo negando, aí é que se afirma, pois, como reza a tradição, do nada (não-ser) nada vem. Antepondo-se à noção de movimento, usando dos exemplos do arco e da flecha e da história de Aquiles e a tartaruga, Zenão assegura que por serem os instantes posteriores idênticos aos anteriores, seria absurdo afirmar qualquer



movimento, de modo que nem Aquiles alcançaria a tartaruga nem a flecha atingiria seguramente o seu alvo (ibidem, p. 57-58).

Outro filósofo que tratou de utilizar a dialética em sua teoria foi Platão. A sua dialética pretendia alcançar a verdade (nos seus diálogos intitulados por elencos) ou ao menos atingir uma verossimilhança em relação ao conhecimento das ideias. Vale lembrar que Platão estava sob influência de Parmênides e, ao mesmo tempo, precisava responder às provocações da sofística. Assim, seu método dialético pretendeu se desvencilhar do âmbito particular e abraçar a sentença mais universal possível. Seu método consistia em entrepor argumentos e analisar sentenças dos ditos do senso comum ao passo que também investigava, nesse escopo, a justiça em detrimento do justo em particular, o conhecimento confiável em detrimento da opinião, a beleza por sobre as coisas belas e bem acima dos particulares das boas ações (JAEGER, 1994, p. 917-919).

Assim, especialmente a partir da *República* (livro VII) e dos diálogos da maturidade como o sofista, Platão passa a investigar a verdade por meio do *lógos* através das sentenças e passa a afirmar a verdade encontrada no calor da batalha dialógica/dialética. Seria então o momento em que o conhecimento sairia em busca das coisas mais gerais, tal como no personagem Sócrates, que convida os seus interlocutores a ampliar a visão em busca do entendimento do todo, caminhando da penumbra da briga entre razão e sensação para uma convicção epistêmica mais confiável, desembocando na verdade e na contemplação das coisas que são (REALE et al, 1990, p. 145-150).

Antes de ser compreendida como um método, a dialética hegeliana foi apresentada no pensamento filosófico de Hegel (2012, p. 77-81) como o movimento eterno e transformador da própria realidade. Ela é a dinâmica formulada a partir das contradições existentes na realidade material e abstrata, sendo, portanto, o princípio transformador e criador da materialidade e do pensamento. As oposições existentes entre as coisas materiais e/ou os sistemas de pensamento formulam o campo de embate que leva à superação do estado de coisas dadas, criando assim uma nova fase como produto da negação da dinâmica das contradições. Contudo, os conteúdos básicos que se dispuseram como produtos iniciais do movimento de negação também conservam parte de si na nova realidade, que se estabelece pelo próprio movimento de negação/conservação.

Para Hegel, a dialética corresponde ao princípio básico do movimento constante da totalidade a partir das contradições existentes, e essa compreensão do movimento do todo fundamenta a realidade como *devir* da unidade dos diferentes. Assim, a dialética de Hegel foi aplicada por ele em um sistema com quatro princípios centrais: a Razão, a Ideia, a Natureza e o Espírito. Esses quatro conceitos são os conteúdos por onde a dialética vai desenvolver e operar seus fundamentos lógicos. Em princípio, Hegel parte do conceito de Razão



Mnemosine Revista

Volume 9, nº. 2, Jul / Dez 2018 ISSN - 2237-3217

para fundamentar seu sistema, e nela o filósofo a concebe como uma realidade objetiva e como o elemento primordial do todo. A Razão é a realidade em si, pois é o *conteúdo* e a essência de toda realidade, ela *em si* dá causa e sentido a tudo, pois “é a sua própria base de existência e meta final absoluta e realiza esta meta a partir da potencialidade para a realidade, da fonte interior para a aparência exterior, não apenas no universal natural, mas também no espiritual, na história do mundo” (HEGEL, 2012, p. 53). Sendo a matéria-prima e a própria realidade, a Razão se desdobra inicialmente na categoria de Ideia, que corresponde àquilo que podemos tratar, *grosso modo*, de “lógica” ou “sentido” presente em todas as coisas do mundo. A Ideia é a primeira forma da Razão, sendo sua *em-si* existência imaterial, da qual só a especulação lógica pode apreender (HEGEL, 2012, p. 72).

Para nós, a Ideia pode ser compreendida como abstrata (tese), sendo, portanto, o movimento inicial da dialética, pois a abstração é fruto da própria Ideia como categoria imaterial (HEGEL, 2012, p. 56). Nesse estágio, as contradições (antítese) internas da Ideia levam à fase material da existência da realidade, que se rompe em espaço e tempo, concebendo a Natureza como segundo plano do desenvolvimento da Razão (ARANTES, 2000, p. 33-52). A Natureza é o *fora-de-si* da Razão, pois, mesmo como existência material, ela não pode se reconhecer, não detém consciência de si e não reconhece a Ideia que está contida *em si*, pois dialeticamente há uma conservação da unidade dos contrários em cada estágio de desenvolvimento.

O Espírito é o último estágio do sistema filosófico de Hegel; nele, o todo encontra sua conclusão, pois é o concreto (síntese) do processo dialético da realidade. Ele, nas palavras do próprio Hegel (2012, p. 63), é “o homem, como tal”, pois “o reino do Espírito abrange tudo, inclui tudo aquilo que alguma vez interessou ou interessará ao homem. O homem é ativo nele – seja o que for que faça, o homem é a criatura na qual o Espírito obra” (HEGEL, 2012, p. 61). O homem traz em si toda a conservação e a negação do sistema, pois a lógica da razão contida na Ideia está presente nele. Contudo, ele é material, pois também é Natureza, tendo em vista que o homem é biológico e, assim, “o Homem é parte Natureza e parte Espírito, mas sua essência é o Espírito” (HARTMAN *apud* HEGEL, 2012, p. 25). O homem, diferente de tudo que se encontra na realidade, é o único ser capaz de compreender a si e aquilo que se dispõe a sua volta, é o único que pode se autodeterminar, que pode se autorrealizar, pois tem poder de mudar a si mesmo e a realidade a sua volta. Em especial, o mundo que cria para si, pois o homem tem limitações para com a Natureza, mas para o mundo que ele cria para si todas as possibilidades estão a sua mercê. A liberdade, portanto, é algo intrínseco da essência humana (HEGEL, 2012, p. 63-65).



Mnemosine Revista

Volume 9, nº. 2, Jul / Dez 2018 ISSN - 2237-3217

A essência do homem é a liberdade, pois “a natureza do Espírito poderá ser compreendida com uma espiada na direção oposta – a matéria. A essência da matéria é a gravidade e a essência do Espírito – sua matéria – é a Liberdade” (HEGEL, 2012, p. 67). A Liberdade se apresenta como processo de revelação ou desenvolvimento da própria Razão, pois “a razão desemboca na liberdade, e a liberdade é a existência do sujeito” (MARCUSE, 2008, p. 20). É sobre a demonstração da regência que a Razão exerce na história, e mais claramente, sobre o desenvolvimento da liberdade humana nas civilizações e nos Estados ao longo do tempo, que a filosofia da história de Hegel se debruça. Assim, Hegel divide o percurso de sua investigação bibliográfica em quatro partes: o mundo oriental, o mundo grego, o mundo romano e o mundo germânico. Sendo dispostos e organizados conforme o princípio de que “o Oriente sabia – e até hoje sabe – apenas que *um* é livre; o mundo grego e romano, que *alguns* são livres; o mundo germânico sabe que *todos* são livres” (HEGEL, 2008, p. 93). Podemos perceber que, antes de uma metodologia instrumental para a análise filosófica, a dialética corresponde à lógica do movimento dinâmico da realidade e, portanto, é reflexão racional da própria racionalidade do mundo.

O método dialético usado nesta pesquisa compreende aquilo que foi desenvolvido por Hegel em seu sistema filosófico, tendo sua diferença no que concerne ao conteúdo dialético tratado por ele, pois a nossa base é a materialidade da história concreta. Sendo assim, abandonamos as categorias míticas, como o conteúdo de Razão e sua regência pela Ideia, e nos apropriamos da matéria usada pela dialética de Marx, incluindo suas categorias e os procedimentos aplicados por este último em seus trabalhos. Portanto, preservamos a forma da dialética de Hegel, sua dinâmica e sua lógica, mas optamos pela aplicação do conteúdo elencado por Marx. Essa forma de trabalho com o método dialético procede ao método hegeliano operado por Marx (2017, p. 90) em suas pesquisas, em que o pensador defende a importância dos trabalhos de Hegel e ressalta a forma que se apropriou do método:

Por essa razão, declarei-me publicamente como discípulo daquele grande pensador [Hegel] e, no capítulo sobre a teoria do valor, cheguei até a coquetear aqui e ali com seus modos peculiares de expressão. A mistificação que a dialética sofre nas mãos de Hegel não impede em absoluto que ele tenha sido o primeiro a expor, de modo amplo e consciente, suas formas gerais de movimento. Nele, ela se encontra de cabeça para baixo. É preciso desvirá-la, a fim de descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico.

É na filosofia hegeliana, e mais especificamente no materialismo histórico fundamentado por Marx e Engels, que repousa nossa metodologia, visto que, como método aplicado ao trabalho histórico, a dialética



Mnemosine Revista

Volume 9, nº. 2, Jul / Dez 2018 ISSN - 2237-3217

responde ao próprio movimento da realidade, sendo sua lógica e, ao mesmo tempo, seu instrumento de análise. A dialética materialista da história não é uma metodologia que se projeta de fora para dentro do conteúdo histórico, e não responde a uma teoria elaborada *a priori* do solo da realidade e dos objetos do trabalho histórico. Ela é um movimento lógico que parte de dentro para fora, expondo-se teoricamente para a própria realidade baseada nas relações concretas do mundo. O método não se reduz a pura observação dos fenômenos que se projetam na realidade e que são palpáveis a investigação, como também não se limita a mera leitura ou interpretação das camadas subjetivas que se dispõem nos fenômenos de forma a se preocupar com a decodificação de seus significados. A dialética é um método mais complexo, pois ela pensa o todo em suas formas, conteúdos, funções, interações, movimentos internos e externos. A pesquisa dialética é, assim, totalizante em sua essência, como afirmou Jörn Rüsen (2010, p. 116):

Dialeticamente, por fim, a pesquisa media as perspectivas da reconstrução hermenêutica e analítica dos processos temporais, organizando-as em conjuntos complexos, nos quais a direção dos processos históricos resulta de mútua influência entre intenções e condições estruturais do agir humano. Essa mediação estrutura, pois, a multiplicidade das várias abordagens metódicas das fontes na unidade “do” método histórico. Essa estruturação integra, então, substantivamente, os diferentes campos da experiência na unidade de uma história constitutiva de identidade.

Antes mesmo de instrumentalizar seu uso nas pesquisas, o método dialético depende de uma investigação do chão histórico e da realidade material na qual se projetou o objeto de pesquisa, para que assim o movimento das contradições seja localizado nessa mesma realidade e responda concretamente à historicidade do momento. Portanto, o material e o abstrato estão no próprio movimento da dialética, opondo-se e se sintetizando a partir dos processos que o objeto de pesquisa demanda em sua realidade material e simbólica. É a partir da concretude do solo histórico de nosso objeto de pesquisa que a dialética se projeta no conceito de liberalismo no Segundo Reinado, buscando sua veracidade na totalidade histórica, pois como bem afirmou Lukács (2003, p. 59): “é próprio da essência do método dialético que nele os conceitos falsos sejam superados em sua unilateralidade abstrata”.

Para desenvolvermos a análise do conceito de liberalismo para os políticos liberais do Ceará no Segundo Reinado, usaremos as fontes referentes aos Anais do Senado Imperial e os relatórios das Presidências de Província do Ceará que foram ocupadas por parte dos liberais. Esses materiais se encontram digitalizados e organizados, na internet, em imagens ou livros no formato PDF. A partir dessas fontes, poderemos mapear, interpretar, analisar e cruzar as ações políticas e os discursos operados por parte dos liberais cearenses em seus



variados meios, seja no comando da instituição de administração cearense da Presidência de Província, seja na ocupação de assentos do Senado Imperial, dando-lhes espaço de participação na política em nível nacional. Assim, cada fonte prestará a possibilidade de chegar à análise do conceito de liberalismo para os liberais cearenses nos múltiplos espaços práticos e discursivos que a política daquela hora lhes valia.

Com base nessas fontes, desenvolveremos o método dialético unido à técnica da análise de conteúdo que, segundo Júlio Aróstegui (2006, p. 525), consiste nas “técnicas que permitem obter informação adicional dos documentos escritos através da análise de suas codificações internas”. A partir disso, efetuiremos nosso método em três operações, sendo efetuado o mapeamento das informações contidas nos documentos, o cruzamento do conjunto de elementos presentes nas fontes e a análise da dinâmica e do movimento dessas informações nos desdobramentos da totalidade, indo do geral ao particular para o estabelecimento do conceito central da pesquisa.

Assim, analisaremos as fontes a partir das seguintes operações:

1. Mapearemos os Anais do Senado imperial e os Relatórios de Presidente de Província do Ceará, com o intuito de localizar os discursos, votações e projetos apresentados por parte dos liberais cearenses entre os anos de 1866 e 1870;
2. Cruzaremos os conteúdos mapeados pelo procedimento anterior, na tentativa de localizar o conteúdo relacionado com o conceito de liberalismo;
3. Analisaremos os discursos e as práticas políticas mapeados e cruzados anteriormente, relacionando-os com os elementos históricos e sociais extratextuais que circundaram as ideias e as ações políticas presentes nas fontes.

Com isso, poderemos expor os resultados da pesquisa a partir da elaboração do texto escrito, passando pelos movimentos de ir e vir entre os elementos analisados, e tendo em vista as intersecções das particularidades e singularidades do lugar social e histórico que foi operado o conceito de liberalismo na política imperial brasileira na segunda metade do século XIX, pelos políticos cearenses nas instituições de poder do Estado.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse breve ensaio, buscamos apresentar, de forma sintética, os procedimentos que estamos operando na investigação das fontes e nos trabalhos de análise sobre aquilo que foi concebido e operado como conceito de liberalismo para os políticos liberais cearenses. Com base na teoria crítica, buscamos problematizar, questionar e se debruçar criteriosamente sobre a realidade histórica que nos propomos a investigar, tentando esclarecer os projetos e as idealizações que formularam a visão de mundo de um dado estrato da classe política-institucional do Império brasileiro.

Preocupamo-nos em fazer com que a teoria e a metodologia sejam instrumentais para as necessidades que nossa pesquisa demanda, tornando apropriada a teoria às fontes e ao objeto que analisamos, e não o contrário. Além do mais, não se procede aqui um apriorismo dos resultados nem das chaves de leitura, pois a história que preza o materialismo e o método dialético é uma história em aberto. Uma história que se comporta com base naquilo que suas condições mais concretas lhe demandam, com toda sua singularidade e suas continuidades e descontinuidades. Assim também é o nosso trabalho para com o objeto de pesquisa que nos propomos a analisar, tendo sempre uma visão crítica, aberta e criteriosamente científica ao crivo das fontes.

Por fim, deve-se ressaltar que mais importante do que produzir conhecimento científico com base no método dialético, é dar função prática a essa produção, sempre tendo em mente a lição que Hegel (1997, XXXVIII) nos deixou: “Reconhecer a razão como rosa na cruz do sofrimento presente”. Portanto, o método dialético, como bem lembra Lukács (2003, p. 64), é um método eminentemente revolucionário. Um instrumento teórico que serve diretamente nas lutas diárias dos homens contra as opressões, as injustiças e as explorações do homem sobre o homem. Assim, nosso trabalho de nada serviria se não estivéssemos engajados em redimir aqueles que sangraram ao longo do tempo, em desvelar a exploração e a subjugação pelo açoitado dos senhores e por seus incessantes esforços na luta de classes para barrar os avanços da liberdade dos seus servos. O produto da dialética são os próprios mecanismos da história aberta que ela cria, e que nos servem no presente como instrumentos de combate nas variadas estratégias que a luta diária nos demanda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Paulo Eduardo. O ser-fora-de-si. In.: **Hegel**: a ordem do tempo. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Hucited/Polis, 2000, p. 33-52.



Mnemosine Revista

Volume 9, nº. 2, Jul / Dez 2018 ISSN - 2237-3217

ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método.** Tradução de André Dore. Bauru, SP: Edusc, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. A construção nacional - 1830-1889, v. 2. In: **História do Brasil Nação: 1808-2010.** Direção de Lilia Moritz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

_____. **A construção da ordem: a elite política; Teatro das sombras: a política imperial.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

GRAMSCI, Antônio. Breves notas sobre a política de Maquiavel. In: **Cadernos do cárcere**, vol. 3. Edição de Carlos Nelson Coutinho, com a colaboração de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HEGEL, G. W. F. **A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história.** Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2012.

_____. **Filosofia da história.** Tradução de Maria Rodrigues e Hans Harden. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

_____. **Princípios de filosofia do direito.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Capítulos de história do Império.** Organização de Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

JAEGER, Werner. **Paideia: a formação do homem grego.** 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** Tradução de Álvaro Pinto. São Paulo: Expressão Popular, 2009.



_____. **O capital**: uma crítica da economia política. Vol. 1. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

LUKÁCS, G. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. O problema da ideologia. In.: **Para uma ontologia do ser social**. Vol. 2. Tradução de Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fontes. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 464-576.

MARCUSE, Herbert. **Razão e revolução**: Hegel e o advento da teoria social. Tradução de Marília Barroso. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MONTENEGRO, Abelardo. **Os partidos políticos do Ceará**. Fortaleza: Editora Imprensa Universitária da UFC, 1980.

PAIM, António. **História do liberalismo brasileiro**. São Paulo: Mandarim, 1998.

PAIVA, Maria Arair Pinto. **A elite do Ceará Provincial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979.

PRADO JR., Caio. **Evolução política do Brasil**: Colônia e Império. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REALE, G. & ANTISERI, D. **História da filosofia**: Antiguidade e Idade Média. 2ª ed. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo. Paulus, 1999.

RUSEN, Jorn. Metodologia – as regras de pesquisa histórica. In.: **Reconstrução do passado**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010. p. 101-167.



CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS DECORRENTES DA IMPLANTAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS EÓLICOS: ANÁLISE E SIMULAÇÃO EM PARQUE EÓLICO NO LITORAL DO ESTADO DA PARAÍBA

Socio-Environmental Conflicts Arising From The Implementation Of Wind Ventures: Analysis And Simulation In Wind Farm In The Coast Of Paraíba State

Joyce Aristercia Siqueira Soares

Doutora em Recursos Naturais pela UFCG / Joycearistercia@gmail.com

Gesinaldo Ataíde Candido

Professor da Universidade Federal de Campina Grande / E-mail gacandido01@gmail.com

RESUMO

Considerando que todas as fontes de energia geram impactos e conflitos sociais e ambientais em todo o seu processo de geração, transmissão, distribuição e utilização, este trabalho tem como objetivo analisar e simular o conflito decorrente da implantação de um parque eólico no município de Mataraca- PB, utilizando o método de análise de conflitos Fraser & Hipel, (1984). Para tanto, foi utilizado o método de análise de conflitos, baseado na teoria dos jogos o qual permite a estruturação sistemática do conflito por meio da identificação dos atores/jogadores envolvidos no conflito e identificação das melhores estratégias/opções de escolha de cada jogador para uma possível solução. Após a simulação e análise dos resultados julgou-se que um resultado ideal seria aquele em que todos saíam ganhando ou que todos não percam. Assim, a solução identificada será o Ministério Público determinar a empresa responsável pelo parque eólico a desobstrução da praia para a comunidade ter acesso com segurança à área reivindicada.

Palavras-chave

Conflitos socioambientais. Resolução de Conflitos. Energia eólica.

ABSTRACT

Considering that all energy sources generate social and environmental impacts starting from the process of plant implantation to the final use of energy, this paper aims to analyze and simulate the conflict result from the implementation of the Vale dos Ventos wind farm in Mataraca-PB, using the analysis' method of conflicts of Fraser and Hipel (1984). That way, the conflict analysis method, based on game theory, allowed the systematic structuring of the conflict by identifying the actors/players involved in the conflict and identifying the best strategies/options of each player for a possible solution. After the simulation and analysis of the results it was judged that an ideal result would be that one in which all would win or that all would not lose.



Thus, the solution identified will be the Public Prosecutor's Office determine the company responsible for the wind farm to clear the beach for the community to have safe access to the area claimed.

Keywords

Socio-environmental conflicts. Conflict resolution. Wind energy.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea e seu processo de modernização têm, ao longo dos anos, melhorado a qualidade de vida das pessoas, seja pela produção cada vez maior e mais rápida de bens e serviços mais úteis, seja pela transformação da própria estrutura política, social e econômica da mesma. Contudo, esse processo de modernização, baseado em um modelo de produção e consumo capitalista, tem levado a uma pressão sobre o uso e disponibilidade dos recursos naturais que exigem cada vez mais utilização de recursos e energia para atender a necessidade de crescimento e “desenvolvimento”.

O atendimento dessa necessidade está condicionado à existência de uma infraestrutura básica que disponha de elementos fundamentais como água, energia, transporte, saneamento, etc. Dentre estes elementos citados, a energia está envolvida no fornecimento de todos os outros, sendo, portanto, um motor propulsor para o desenvolvimento. Contudo, embora seja base para o crescimento e desenvolvimento, dependendo da maneira como é gerada pode acarretar sérios problemas de ordem ambiental, econômica, política e social. Quanto mais se produz, mais energia é demandada o que implica em mais exploração de recursos naturais, mais poluição e degradação.

Soma-se a isso o fato de a maior parte da energia produzida no mundo ser proveniente de combustíveis fósseis (IAE, 2017). Esses combustíveis, além de serem recursos finitos, são também responsáveis pela emissão de CO₂ na atmosfera e possíveis causadores do efeito estufa e aquecimento global. Neste contexto, de preocupações envolvendo os impactos ao meio ambiente e a exploração dos recursos naturais, ao longo da história, muitas nações se vêm se reunindo para discutir os problemas envolvendo as questões do meio ambiente e propor acordos e compromissos que minimizem esses impactos. Exemplos desses encontros foi a Eco – 92, a Rio + 10, Rio +20 e, mais recentemente, a COP 21, que foi a Conferência das nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, ocorrida em 2015, na cidade de Paris. Este último teve como objetivo alcançar um novo acordo entre as nações participantes: manter o aquecimento global abaixo de 2°



C implica em reduzir as emissões de CO₂ na atmosfera e, portanto, diminuir o uso de combustíveis fósseis. Como a maior parte da energia mundial é produzida a partir de combustíveis fósseis, a diversificação de fontes alternativas e de menor impacto ambiental para a produção de energia aponta para uma medida coerente e urgente que permitirá não apenas a redução dos impactos ambientais negativos, mas também maior competitividade e segurança energética.

A dependência de apenas uma fonte de energia gera insegurança quanto à disponibilidade do recurso. Os combustíveis fósseis são considerados recursos limitados na natureza em função do tempo que levam para serem transformados e estarem disponíveis no meio natural, sendo, portanto, esgotáveis. Além do mais, a falta de alternativas para a produção de energia a encarecem tornando seus preços não competitivos e gerando ônus para a sociedade.

A minimização desses efeitos envolve o discurso e a busca da prática da sustentabilidade que pressupõe atender as necessidades das gerações presentes sem comprometer a capacidade de no futuro as necessidades das futuras gerações serem atendidas. Dentro da perspectiva da produção e geração de energia, isso aponta para uma política energética mais sustentável que implica em diversificação da matriz por meio da inserção de fontes alternativas como a eólica, solar, das marés, biomassa, etc.

O Brasil é o país com a matriz energética considerada mais “limpa” do mundo industrializado. De acordo com o Ministério de Minas e Energia, (2016), 41,2% da matriz nacional é proveniente das fontes renováveis, como hidráulica, solar, eólica, biodiesel, etanol e bagaço de cana. Embora a hidráulica tenha uma participação mais significativa na matriz nacional, fontes como a solar, eólica e biodiesel tem aos poucos ganhado destaque. A energia eólica, objeto de investigação do presente estudo, já apresenta, no corrente ano, 6,8% de participação na matriz, o que corresponde a 9,96 GW de capacidade instalada Abeeólica/Aneel, (2016), isso porque o país e, em especial, algumas regiões, possuem um potencial energético bastante significativo para esse tipo de investimento (Cepel, 2001).

As regiões Norte e Nordeste apresentam, em função de suas especificidades, como a velocidades dos ventos, por exemplo, os mais satisfatórios potenciais para o desenvolvimento e investimento desse tipo de energia (Cepel, 2001; Alves, 2010; G. R. SILVA, 2003; B. B. da SILVA, ALVES, Cavalcanti, & Ventura, 2004; Simas & Pacca, 2013). Atualmente, no Nordeste, são mais de 300 parques eólicos instalados, com maior destaque para os Estados do Rio Grande do Norte, Bahia e Ceará. O Estado da Paraíba, apesar de apresentar um potencial instalado menor em relação a estes Estados, tem um total de 13 parques eólicos em



operação comercial, com uma potência instalada de 58,800 MW, dos quais, 12 estão localizadas no Município de Mataraca e 1 em Alhandra (Aneel, 2016).

Embora esses dados apresentem que a matriz energética brasileira tem evoluído em termos de produção de energia mais sustentável, é preciso ponderar os impactos de cada tipo de investimento, seja na energia eólica, solar, biomassa, ou das marés. Cada uma, com suas características são energias de baixo impacto ambiental em relação aos combustíveis fósseis, mas também trazem ônus para a sociedade e para o meio ambiente, sendo, importante dimensionar estes impactos para melhor gerenciá-los.

No caso da energia eólica e do processo de implantação de parques eólicos, a literatura Terciote, (2002) já menciona inúmeros impactos decorrentes desse tipo de investimento em que não apenas o meio ambiente sofre danos, mas também as comunidades no entorno do parque eólico. Esses impactos, na maioria das vezes, acabam gerando insatisfações entre os atores sociais que se sentem prejudicados. Os arrendamentos de terras, prática muito comum para dispor de área para a implantação do parque, é feito, em muitos casos, de forma prejudicial à prática da agricultura e da pesca e isso reflete diretamente na vida da comunidade que sobrevive dessas atividades, gerando, dessa forma, conflitos entre a comunidade e os empreendedores.

No Município de Mataraca-PB, estão atualmente em operação 12 parques eólicos, que em conjunto são chamados de Parque Vale dos Ventos. Desde 2009, o Parque Eólico Vale dos Ventos, de propriedade da empresa australiana Pacific hydro S/A, está em funcionamento no distrito de Barra de Camaratuba, em Mataraca, com 60 turbinas de 800 KW de capacidade instalada em áreas particulares que foram arrendadas para este fim. Além disso, Barra de Camaratuba está situada entre duas grandes áreas de reserva ecológica, a dos índios potiguaras e a área em que foi instalado o parque eólico, totalizando quase 30 quilômetros de praia deserta que representa um importante potencial turístico para a região. A própria região por suas características naturais específicas já era bastante explorada pela atividade turística e, após a instalação do Parque Eólico, esse turismo se dividiu entre os atrativos da comunidade local e a visitação ao Parque Eólico, sendo esta uma das insatisfações da comunidade local.

Em função dessa e de outras insatisfações possíveis já mencionadas, como o prejuízo a prática da agricultura, em 2009, um procedimento administrativo foi instaurado pela Procuradoria da República da Paraíba, sob representação da Organização Não Governamental Caranguejo Uçá, informando que a comunidade local estava sendo prejudicada após a implantação desse empreendimento que vem obstruindo o acesso da praia próxima ao parque eólico. Esta situação tem gerado uma séria de descontentamentos, visto



que parte da praia além de ter sido cercada pela empresa, está sendo vigiada por segurança armada, configurando esses descontentamentos em uma situação conflituosa em que interesses divergentes estão sendo questionados pela comunidade e pelo parque eólico.

O conflito entre a comunidade local e os empreendedores, nesta situação, já deve ser considerado instalado e envolve atores sociais com diferentes interesses, que na percepção de cada um são preponderantes: a comunidade local e a empresa empreendedora. O Poder Público da região deve ser considerado como um terceiro ator na situação conflituosa, tendo em vista que quando os atores não conseguem entrar em um acordo, uma instância maior deve ser envolvida para mediar a situação. Como é um conflito que já perdura desde 2009 sem nenhuma proposta de solução aparente, fazer a análise do mesmo de forma sistemática poderá proporcionar um diagnóstico mais preciso acerca de seu estado atual para uma proposta de possível solução, o que pode ser feito a partir de ferramentas de apoio a tomada de decisão.

Nesse contexto, a resolução de conflitos requer a tomada de decisões em um cenário de negociação entre atores sociais preponderantes. Dentro dessa perspectiva, a literatura apresenta algumas metodologias baseadas na teoria dos jogos Fang, Hipel, & Kilgour, (1993), Fraser & Hipel, (1984) que apoiam o processo de análise de conflitos em contextos de tomada de decisão. O método de Fraser & Hipel, (1984), de acordo com Ribeiro, (1992), foi desenvolvido para dar apoio a tomada de decisões envolvendo conflitos na área militar, ambiental, de recursos hídricos e da área energética. Mais recentemente, Raquel, Ferenc, Emery Jr, & Abraham, (2007); Vieira, (2008), também apresentaram em seus estudos, o uso de metodologias baseadas nessa teoria e voltadas para a análise de conflitos em recursos hídricos. Dentro da perspectiva do conflito em questão, que se deseja analisar, a metodologia de análise de conflitos de Fraser & Hipel, (1984), pode oferecer a possibilidade de sistematização do conflito de forma estruturada mediante a identificação dos atores envolvidos no conflito bem como dos interesses de cada um. Como a Teoria dos Jogos busca apoiar a melhor escolha em termos de decisões difíceis e se há possibilidade de cooperação entre os jogadores, o método Fraser & Hipel, (1984), apoiará o processo de escolha de alternativas que possam atender, ao menos minimamente os interesses de cada um dos atores sociais envolvidos no conflito decorrente da implantação do parque eólico, em Mataraca.

A partir destas considerações, o objetivo do artigo é analisar e simular o conflito decorrente da implantação do parque eólico Vale dos Ventos, em Mataraca- PB, utilizando o método de análise de Conflitos Fraser & Hipel, (1984). Por meio dessa metodologia será possível identificar os atores sociais envolvidos no



conflito, os interesses de cada um, a possibilidade de colaboração entre os atores e a identificação da melhor opção que possa atender de forma razoável aos interesses desses atores.

Em termos estruturais, o artigo apresenta uma introdução, na qual traz uma contextualização do tema de forma geral para poder adentrar no caso específico que é o conflito propriamente, uma fundamentação teórica que procura apresentar as definições de conflitos que mais se adéquem ao objeto de estudo, a metodologia com uma breve explanação do método Fraser & Hipel, (1987) e, em seguida, a simulação do conflito em estudo e as discussões acerca dos resultados da simulação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Conflitos Ambientais e Socioambientais

Os conflitos existem desde os primórdios da história humana e fazem parte da evolução e desenvolvimento da sociedade, sendo importantes catalisadores de transformações no sistema político, social e econômico de uma nação. Muitas vezes, os conflitos são percebidos como algo negativo, associados a guerras, lutas armadas, batalhas, divergências, quando, na verdade, em algumas situações, também devem ser vistos como positivos ou como processo de construção e transformação da sociedade mediante a interação de lados divergentes e opostos (Spengler, Bitencourt, & Turatti, 2012).

Quanto à percepção do conflito como algo ruim, (Pignatelli, p. 19 2010), diz que “o conflito é um conceito fluido e ambíguo, e que é visto, geralmente, como negativo e oposto à cooperação, à harmonia ou à paz”. Já Mayer, (2000), coloca que a maneira como os conflitos são percebidos é influenciada pelas crenças, valores e a cultura em que os indivíduos estão inseridos e que isso determina o comportamento dos mesmos na situação conflituosa.

Desse modo, o conflito pode ser entendido como “um processo que tem início quando uma das partes percebe que a outra parte afeta, ou pode afetar, negativamente, alguma coisa que a primeira considera importante” (Robbins, p. 373, 2005). Pode ainda ser entendido como divergência natural resultante do convívio entre indivíduos, ou grupo de indivíduos que têm diferentes atitudes, crenças, valores e necessidades, ou ainda o resultado da disputa entre dois ou mais grupos de indivíduos que têm interesses e poderes de decisão diferentes (Pinheiro, 2002).



No caso dos conflitos ambientais e socioambientais faz-se necessário que se compreenda, ainda, as inter-relações entre a sociedade e o meio ambiente, considerando que os elementos que contêm o meio ambiente (solo, água, biomas, etc.) possuem significados simbólicos, históricos e culturais que determinam como os indivíduos os veem e fazem uso desses recursos (Santos, 2012).

Neste sentido, Acselrad, (2004), já enfatizava o que Santos, (2012) apresentava. Que o meio ambiente é uma estrutura composta por territórios e recursos que estão relacionados com o significado sentimental de valor sociocultural que implicam na relação e interesse dos atores sociais com estes elementos. Dentro dessa perspectiva, este autor define conflitos socioambientais como aqueles que envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, que se iniciam quando um dos grupos, pelo menos, é ameaçado pela prática de outros grupos, na forma de apropriação, ou impactos indesejáveis causados nos elementos naturais de interesse do grupo ameaçado como solo, água, ar ou sistemas vivos.

Scotto & Limonic, p. 7, (1997), quando fala dos conflitos socioambientais no Brasil, diz que estes conflitos “... têm elementos da natureza como objeto e que expressam as relações de tensão entre interesses coletivos/espços públicos versus interesses privados/tentativa de apropriação de espços públicos...”.

Todas estas definições de conflitos expressam a complexidade das estruturas e representações de uma sociedade e, quanto maior for a complexidade, mais difícil será encontrar uma solução para o conflito requerendo estudos e análises mais aprofundadas do conflito (Araújo, 2008).

Little, (2001), quando fala sobre os tipos de conflitos socioambientais apresenta a seguinte classificação:

1. Conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais;
2. Conflitos em torno dos impactos sociais e ambientais gerados pela ação humana e natural;
3. Conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais.

Com relação aos conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais, esse autor diz que os recursos naturais fazem parte do domínio social e só se tornam recursos quando o homem lhe determina um uso específico e nesse caso, os conflitos mais comuns envolvendo recursos naturais são sobre terras em que grupos reivindicam a área em que o recurso está presente como território de moradia e vivência. Estes conflitos têm dimensões políticas, sociais e jurídicas.



Quanto ao segundo tipo de conflito mencionado pelo autor, esse está ligado às ações e intervenções no ciclo natural com interesses de crescimento e desenvolvimento econômico. Estas ações podem causar sérios impactos não só ao meio ambiente, mas também a determinados grupos que não recebem benefícios do processo, mas sim o ônus do mesmo. Já os conflitos em torno do uso dos conhecimentos ambientais estão ligados aos conhecimentos ambientais que cada grupo social utiliza especificamente para se adequar ao ambiente e ao desenvolvimento de suas tecnologias.

Dentro dessa perspectiva, percebe-se que cada conflito tem seu contexto, ambiente e suas próprias especificidades, bem como seus atores sociais envolvidos que precisa ser conhecido em cada particularidade para assim ser passível de resolução (Little, 2001). Desse modo, o tratamento e a possível solução exigem uma análise das raízes e causas do mesmo.

De acordo com Nascimento & El Sayed, (2002), para gerenciar um conflito é preciso identificar as causas que levaram ao seu desenvolvimento. Dentre elas, o autor cita as seguintes:

1. Experiência de Frustração de uma ou ambas as partes - que está relacionado com a incapacidade de um ou ambos os envolvidos em atingir uma ou mais metas e/ou realizar e satisfazer seus desejos em função de algum problema ou limitação pessoal, técnica ou comportamental;
2. Diferenças de personalidade - que explicam as desavenças que podem ser no ambiente familiar ou de trabalho e que revelam o comportamento no relacionamento das partes em razão de determinadas características da outra parte.
3. Metas diferentes – objetivos e metas diferentes podem levar a tensões na busca de alcançá-los;
4. Diferenças em termos de percepções e informações – cada envolvido analisa as informações com base em suas percepções sem considerar que a outra parte também faz a mesma coisa e que essa percepção pode ser divergente.

Para o autor, além de compreender as causas do conflito, é preciso identificar o tipo de conflito para poder definir estratégias que possam ajudar no seu gerenciamento:

1. Conflito latente – é aquele que não é declarado;



2. Conflito percebido – os envolvidos percebem a existência do conflito, embora não haja manifestações claras do mesmo;
3. Conflito sentido – atinge ambas as partes e é percebido por terceiros, sendo capaz de interferir na dinâmica da organização.

Considerando que os problemas ambientais estão a cada dia aumentando e eles estão diretamente relacionados com o surgimento de conflitos, faz-se necessário entender a sua natureza, bem como os elementos e atores que estão envolvidos. Somente por meio desse processo de análise aprofundada do conflito é possível definir um método adequado que possa apontar uma possível solução para o mesmo.

2.2 MÉTODOS DE APOIO E A TOMADA DE DECISÃO PARA A ANÁLISE DE CONFLITOS

2.2.1 Método de Análise de Conflitos (FRASER & HIPEL, 1984)

O método Fraser & Hipel, (1984) é uma reformulação da teoria metagame que resultou em um método de análise de conflitos. De acordo com Ribeiro, (1992), esse método permite a modelagem de uma variedade de situações conflituosas, como as encontradas em ambientes militares, ambientais, entre outros. De acordo com Ribeiro, (1992), a análise de conflitos com base na metodologia Fraser & Hipel, (1984), é feita em duas fases:

1. Fase – Construção do modelo.

Organizam-se todas as informações da situação conflituosa de forma esquematizada; o conflito é entendido como um jogo e os indivíduos envolvidos no jogo são chamados de jogadores. Cada jogador pode tomar diferentes posições/ações que são denominadas de “opções dos jogadores”. O conjunto de opções assumidas por cada jogador é denominada de estratégia. A estratégia selecionada por um jogador é denominada resultado e cada jogador poderá assumir estratégias que mais lhe convier, em relação aos demais jogadores.



2. Fase – Análise de Estabilidade

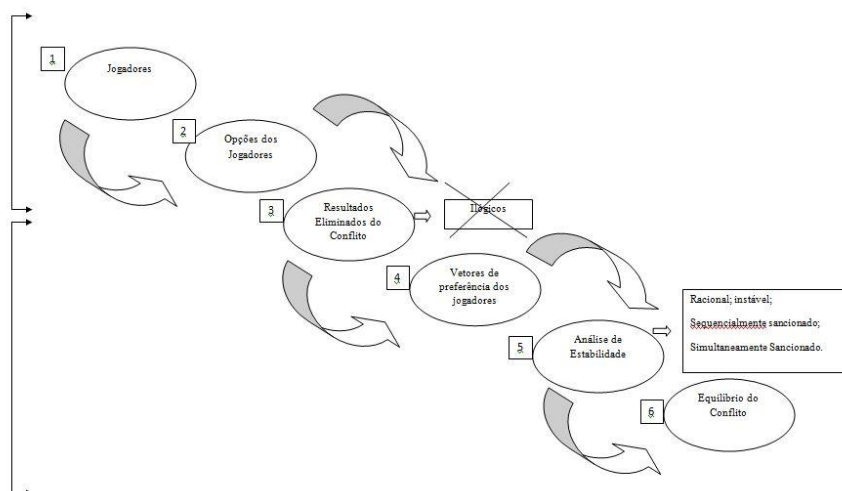
Nessa fase são analisadas a estabilidade ou instabilidade dos resultados para cada jogador; o resultado é considerado estável quando a mudança de estratégia não implica em melhorias para o jogador. A solução do conflito político é encontrada quando todos os resultados são estáveis para todos os jogadores. Nesse momento o conflito encontra-se em equilíbrio apontando para uma possível solução.

Ribeiro, (1992), salienta que a situação conflituosa é geralmente confusa, mal estruturada, complexa e trabalhosa para ser analisada na maneira bruta como se encontra, e por isso deve-se construir o modelo para estruturar tal situação. O modelo embora não seja tão complexo quanto a real situação de conflito, deve ao menos manter as características mais importantes do conflito. A validação do modelo dá-se pela verificação da razoabilidade das respostas em relação ao conflito durante o processo de análise de estabilidade. Se isto acontece, têm-se então as informações que se constituem em soluções e suporte para a tomada de decisão, do contrário, será necessário repetir todo o processo para reformular e construir o modelo. A seguir, será descrito a construção do modelo.

2.2.1.1 Construção do modelo de acordo com (RIBEIRO, 1992):

A seguir, a Figura 1 apresenta a descrição do método Fraser & Hipel, (1984).

Figura 1 – descrição do Modelo de acordo com Ribeiro, (1992)



Nota: Modelo Fraser & Hipel de acordo com Ribeiro, (1992)



A construção do modelo dá-se em seis etapas, que vão desde a definição dos indivíduos envolvidos no conflito (jogadores), às estratégias que cada indivíduo dispõe para se sair bem na situação (opções), bem como o cruzamento das informações e estratégias de cada jogador, para se saber quais estratégias são possíveis e justas para ambos os lados. E por fim tem-se uma situação de equilíbrio onde as estratégias se cruzam e se completam, podendo fornecer uma possível solução para a situação conflituosa.

Posteriormente, o método Fraser & Hipel, (1984), passou por evoluções dando origem a outros métodos para análise de conflitos, como o GMCR (The GraphModel for Conflict Resolution – Modelo Grafo para Resolução de Conflitos Fang, Hipel & Kilgour, (1993) e também o Sistema de Suporte e Apoio à Tomada de Decisão GMCR II (Fang, Hipel, Kilgour, & Peng, 2003).

2.2.2 Modelo Grafo para a Resolução de Conflitos – GMCR

O GMCR é um modelo de jogo abstrato baseado na teoria dos jogos e na teoria dos grafos de Fang, Hipel, Kilgour, (1993) apud Vieira, (2008), denominado de Modelo Grafo para Resolução de Conflitos (Graph Model for Conflict Resolution).

O modelo é dividido em duas etapas: Modelagem do conflito e análise de estabilidade (Rufino, Vieira, & Ribeiro, 2005).

A seguir, serão descritas as duas etapas do Modelo Grafo para resolução de Conflitos GMCR: Etapa de Modelagem:

1. *Identificação dos jogadores* (tomadores de decisão)
2. *Opções* (diferentes estratégias ou ações que cada jogador poderá assumir)
3. *Estados* (todas as combinações possíveis das opções dos jogadores que poderão ser selecionadas ou não).
4. *Preferências* (opção que os jogadores podem assumir em função de cada situação que o conflito pode apresentar).



Etapa Análise de Estabilidade

Nesta etapa é levada em consideração alguns critérios de estabilidade que expressam os possíveis comportamentos dos jogadores, como a previsão de comportamento dos demais jogadores em relação a ação assumida por um jogador ou a própria contra reação em relação as ações assumidas pelos demais jogadores (Vieira, 2008).

1. *Estabilidade Individual*- a estabilidade individual é calculada para cada jogador com base nos critérios de estabilidade definidos pelo modelo (Racionalidade de Nash (R); Meta- Racionalidade Simétrica (SMR); Sequencial (S); Movimento Limitado (L_n) e Não- Míope).

2. *Equilíbrios* – resultados ou estados que se apresentam estáveis para todos os jogadores e que podem ser entendidos como as possíveis soluções para o conflito.

Após a etapa de análise de estabilidade, os resultados obtidos são submetidos a um modelador para uma análise de sensibilidade para consultar a persistência ou não dos equilíbrios apresentados pelo modelo original (Fang, Hipel & Kilgour, 1993).

De acordo com Vieira, (2008), os equilíbrios encontrados na análise de conflito pelo GMCR constituem-se em possíveis soluções para o conflito analisado e o consenso entre os tomadores de decisão envolvidos no conflito.

Para efeito do estudo em questão, que tem como objetivo analisar e simular o conflito decorrente da implantação de Parques Eólicos em Mataraca-PB e, considerando que o conflito em questão é de ordem socioambiental, uma vez que envolve elementos naturais como recursos energéticos, apropriação de terras, impactos ambientais e desconstrução de significados simbólicos, a utilização de uma metodologia de análise de conflitos poderá apoiar uma proposta de solução para o mesmo, bem como permitir uma estruturação que permita uma visualização mais próxima da realidade do conflito analisado.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos meios a pesquisa realizada pode ser classificada como descritiva, e exploratória e bibliográfica. Quanto aos fins, o estudo pode ser caracterizado como qualitativo e quantitativo. A abordagem quantitativa se dará durante o processo de simulação, uma vez que o método Fraser & Hipel, (1984) que foi



utilizado toma por base uma análise racional de sequência de números e tabelas. Já a abordagem qualitativa permitirá a percepção da relação entre situações com viés mais subjetivo.

3.1 Área de Estudo

Último município do Estado da Paraíba, no sentido litoral norte, Mataraca-PB, está a aproximadamente 110 km. De João Pessoa/PB e a 120 km. de Natal/RN; localizado entre Rio Tinto/PB - Baía da Traição/PB - Mamanguape/PB e a foz do Rio Guaju, o qual demarca a fronteira "litorânea" entre os Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte (Mataraca, 2016). De acordo com o (IBGE, 2016), a população estimada no Município é de 8.345 habitantes e uma área territorial de 184.188 km² e densidade demográfica de 40,1 h/km². O Parque Eólico Vale dos Ventos foi instalado em uma área de reserva ecológica no distrito de Barra de Camaratuba, totalizando uma área de 30 Km de praia deserta considerada um importante ponto turístico da região.

O Município de Mataraca está localizado em um ponto do litoral nordestino que possui uma das melhores qualidades de ventos para geração de energia eólica. Estas características resultaram na instalação de 12 parques eólicos atualmente em operação que passaram a disputar áreas de lazer e ponto turístico com a comunidade, o que tem ocasionado conflitos em torno da área utilizada pelos parques e benefícios não percebidos.

4. ANÁLISE DO CONFLITO E SIMULAÇÃO DO CONFLITO

4.1 Entendendo o Conflito Decorrente da Implantação do Parque Eólico Vales dos Ventos em Mataraca- PB

A grande proposta de um empreendimento desse tipo é a de além de trazer desenvolvimento para a região, por meio da geração de emprego e renda, é produzir uma energia considerada "limpa" e de baixo impacto ambiental, o que parece compatível com a necessidade de desenvolvimento dentro de uma perspectiva de sustentabilidade. Neste sentido, em 2009 um procedimento administrativo foi instaurado pela Procuradoria da República da Paraíba, sob representação da Organização Não Governamental Caranguejo Uçá, informando que a comunidade local estava sendo prejudicada após a implantação desse empreendimento que



estava obstruindo o acesso a parte da praia próxima ao parque eólico. Esta situação tem gerado uma séria de descontentamentos, visto que parte da praia além de ter sido cercada pela empresa, está sendo vigiada por segurança armada.

A comunidade local deseja que a área de praia seja liberada para seu livre acesso e a empresa Pacific hydro alega que a área foi cercada para impedir acidentes decorrentes da aproximação das pessoas às torres eólicas. O Ministério Público concorda com a liberação da praia, desde que seja feita com segurança, e, investigou se o licenciamento da Vale dos Ventos foi realizado com base na Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama) nº 279/2001, que se refere à implantação de empreendimentos elétricos com pequeno potencial de impacto ambiental. Verificou-se que o empreendimento foi licenciado com base nesta resolução do Conama, no entanto foi dispensada de realizar o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA- RIMA), o que requer investigações sobre os possíveis impactos que o empreendimento traz pra comunidade e para o ecossistema local.

O fato é que o conflito já está instaurado e envolve diferentes atores sociais com interesses divergentes. A comunidade reivindica a liberação da parte da praia que foi cercada alegando que ali também é um espaço de desenvolvimento de suas atividades turísticas e prática do surf. O ministério Público funciona como um ator social mediador, mas apóia a liberação da praia com segurança para a comunidade. Para a empresa Pacific Hydro, não liberar a praia e deixar como está é a melhor opção, porém, terá de acatar a decisão do Ministério Público.

Diante do exposto, percebe-se que o conflito entre estes atores sociais envolve um processo de negociação que requer consenso e acordos. O consenso nesse caso não significa que todos os atores sociais envolvidos no conflito terão suas necessidades atendidas, mas que em comum acordo buscarão uma situação em que todos, pelo menos, não sejam prejudicados.

Com o intuito de propor uma solução para o presente conflito envolvendo o Parque Eólico Vale dos Ventos e a Comunidade Local, em Mataraca, foi feita uma simulação do mesmo utilizando o método de análise de conflitos de Fraser & Hipel, (1984), baseado na teoria dos jogos.

A análise de conflitos através do método Fraser & Hipel, (1984) é desenvolvida em duas fases: a primeira constitui-se na sistematização das informações que envolvem o conflito como a identificação dos jogadores (atores sociais) e das estratégias/interesses de cada jogador – é a fase de construção do modelo. Na segunda fase, denominada de análise de estabilidade, se verifica a estabilidade de cada estratégia/ação adotada para cada jogador.



4.2 Simulação do Conflito

1º Fase: Construção do Modelo

Para o conflito em análise envolvendo o Parque Eólico vale dos Ventos e a comunidade local, a primeira fase de construção do modelo se deu pela identificação dos Jogadores/atores sociais e as estratégias/interesses de cada um. A Tabela 1 e 2 apresentam essa fase da análise do conflito a seguir:

Tabela 1 – Atores sociais envolvidos no conflito

Jogadores		Implantação de Parque Eólico em Mataraca
Jogador 1	Comunidade Local	
Jogador 2	Ministério Público	
Jogador 3	Pacific Hydro	

Nota Elaboração própria

Tabela 2 – Estratégias dos jogadores/atores

Opções dos Jogadores = 8 opções									
Número de opções	8								
Jogador 1	Liberação da área da praia	0	1	0	1	0	1	0	1
Jogador 2	Liberação da área da praia com segurança	0	0	1	1	0	0	1	1
Jogador 3	Liberação da área da praia com restrições	0	0	0	0	1	1	1	1
Notação do resultado		0	2	4	6	16	18	20	22

Nota: Elaboração própria

Para o conflito em análise, os jogadores/atores sociais identificados foram a comunidade local, o Ministério Público e a empresa Pacífichydro. Como interesses de cada jogador, foram identificadas as seguintes opções: para o jogador 1 que é a comunidade local, o seu objetivo é a liberação da parte da praia que se encontra obstruída pela empresa Pacific Hydro; para o jogador 2 que é o Ministério Público, o seu interesse também é a liberação da praia, porém com segurança, já que a empresa alega ter cercado a área para evitar possíveis acidentes envolvendo transeuntes. O Jogador 3 é, portanto, a própria empresa, pacificHydro que no caso prefere não liberar a área da praia, mas que deverá seguir determinação do



Ministério Público e, embora menos preferível, poderá liberar a praia com algumas restrições relacionadas ao acesso próximo as torres eólicas.

2º Fase: análise de Estabilidade

Após essa fase inicial, partiu-se para a segunda fase do modelo que é a análise de estabilidade. A Tabela 3 e 4 apresentam a análise de cada resultado para cada jogador e a eliminação dos resultados considerados ilógicos, bem como a seleção dos resultados considerados lógicos para a situação analisada.

Tabela 3 – Resultados ilógicos

Resultados eliminados = 4	
Não liberação da área da praia por parte dos segmentos	0
Jogadores 2 e 3 não aceitar a liberação da praia e o jogador 1 aceitar	2
Jogadores 1 e 2 não aceitarem a liberação da praia e o Jogador 3 aceitar	16
Jogadore 1 não aceitar e Jogadores 2 e 3 aceitarem	20

Nota: Elaboração própria

Tabela 4 – Resultados lógicos

Número de resultados lógicos = 4		Resultados Lógicos de Ocorrência			
Jogador 1	Liberação da área da praia	0	1	1	1
Jogador 2	Liberação da área da praia com segurança	1	1	0	1
Jogador 3	Liberação da área da praia com restrições	0	0	1	1
		4	6	18	22

Nota: Elaboração própria

Na Tabela 3, o primeiro resultado ilógico eliminado foi o 0 que implicaria o não atendimento dos interesses de nenhum dos jogadores. Levando em consideração que a solução do conflito deve tentar atender as partes envolvidas, ao menos minimamente, esse resultado não pode ser considerado. O resultado 2 também foi eliminado, visto que o Ministério Público definirá em que condições a liberação da área será feita e, nesse caso apenas o jogador 1 tendo seu interesse atendido não é um resultado coerente, já que esse interesse depende de uma medida Legal. O resultado 16 é incoerente já que o interesse da empresa é não liberar a praia



e só liberará após definição legal do Ministério Público e, por fim o resultado 20 foi considerado ilógico porque o maior interessado na liberação da praia é a comunidade.

Na Tabela 4, são apresentados os resultados considerados lógicos. O resultado 4 é considerado coerente, visto que a determinação de desobstrução da praia por parte do Ministério Público implicará que o jogador 1 terá a área da praia que reivindica e que o jogador 3 terá que acatar a medida Legal de desobstrução. Da mesma forma, o resultado 6 implicará as mesmas condições para o jogador 3. O resultado 18 foi considerado lógico porque entende que se o jogador 3 liberar a praia, mesmo que com restrições, o jogador 1 que é o maior interessado terá seus interesses atendidos e o Ministério Público que funciona como mediador, de certa forma, também terá seu interesse atendido. Por fim, o resultado 22 seria o ideal, onde todos os jogadores entrariam em acordo e teriam ambos seus interesses atendidos.

Após esta análise dos resultados lógicos, foi feita a análise das opções mais preferidas para cada jogador. De acordo com o método, seria a definição dos vetores de preferência para cada jogador. A Tabela 5 apresenta as preferências de cada jogador expondo a opção mais preferida para a menos preferida.

Tabela 5 – Vetores de preferência

Vetores de preferência dos jogadores				
Jogador 1	22	6	18	4
Jogador 2	6	22	4	18
Jogador 3	18	4	6	22

Nota: Elaboração própria

Em seguida foi feita a análise de estabilidade do conflito que é a possível previsão dos resultados estáveis para o conflito. De acordo com Ribeiro, (1992), um resultado pode ser considerado estável quando a mudança desse estado para outro não implica em melhoria para o jogador. A Tabela 6 apresenta essa análise de estabilidade:



Tabela 6 – Análise de estabilidade

Análise de estabilidade do conflito				
	r	r	r	i
Jogador 1	22	6	18	4
				6
	r	r	r	i
Jogador 2	6	22	4	18
				22
	r	r	r	i
Jogador 3	18	4	6	22
				6

Nota: Elaboração própria

Nesta última etapa foi analisada a existência de melhorias unilaterais que é quando a mudança de um resultado para outro pode ser mais preferível para determinado jogador sem interferir no resultado adotado para os demais jogadores. Para o Jogador 1, identificou-se que a mudança da posição 4 para 6 torna o resultado mais coerente para o jogador 1 e não interfere na posição adotada pelos jogadores 2 e 3. Para o Jogador 2, a mudança do resultado 18 para o 22 também tornaria o resultado mais coerente e também não afetaria a decisão dos demais jogadores. Por fim, para o jogador 3 mudar do resultado 22 para 6 também não afetaria os demais jogadores. Talvez não se constitua uma melhoria para si, pois entende-se que sua ação será condicionada pela ação do jogador 2.

Considerando que a melhor solução para o conflito seria aquela em que todos entrariam em acordo e a praia seria liberada de acordo com as reivindicações de cada um dos jogadores, o resultado ideal para o conflito seria o 22. No entanto, entende-se que em uma situação de conflito, sobretudo o conflito em questão, o jogador 3 só irá liberar a praia se for obrigado legalmente. Sendo assim, considera-se que um possível resultado e solução para o conflito seria o resultado 6. O Ministério Público determina a desobstrução da praia e a comunidade passa a ter acesso novamente à área reivindicada. A empresa Pacific Hydro não terá outra opção, a não ser liberar a área determinando algumas restrições que permita o acesso da comunidade à praia com segurança.

]



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de implantação de empreendimentos eólicos está envolvido com uma série de recursos, naturais, simbólicos e históricos que refletem diretamente na qualidade ambiental e na vida das comunidades que vivem no entorno do parque. Contudo, apesar de ser uma energia considerada de baixo impacto ambiental, é necessário ponderar os impactos decorrentes do seu processo de implantação, tendo em vista que isso interfere na qualidade do solo, nas atividades agrícolas e pesqueiras bem como na fauna e na flora da região em que o empreendimento é instalado.

A área ocupada pelos aerogeradores é fortemente degradada pela terraplanagem, compactação e desmatamento que alteram a morfologia, topografia e fisionomia do solo, já que se faz necessário a manutenção de uma rede de vias de acesso para cada um dos aerogeradores e para a interligação dos mesmos. Além disso, o arrendamento de terras particulares para esse fim, prática muito comum no Brasil, não considera o caráter simbólico e cultural, muitas vezes histórico, que a região representa para determinadas comunidades, que sem muitas informações acabam arrendando suas propriedades e buscando outros meios de subsistência, que não a terra, ficando muitas vezes sem alternativa de trabalho.

Os que vivem da pesca podem se sentir prejudicados quando o parque eólico é implantado próximo ao litoral ou mesmo offshore, uma vez que o movimento das turbinas pode afastar os peixes. Do mesmo modo, que no mar, os parques eólicos *onshore* também podem interferir na migração de pássaros e outros animais pertencentes à fauna local em função do ruído constante provocado pelas turbinas em movimento.

Para o conflito em questão, caracterizado como socioambiental, os recursos envolvidos podem ser caracterizados como naturais e simbólicos. O arrendamento de terras envolve o solo tanto como recurso natural a ser degradado como espaço simbólico para a atividade turística da região, tendo em vista que fica em uma área de reserva ambiental. Desse fato desencadeiam-se outras questões como o desemprego dos que viviam da agricultura e da pesca e diminuição da renda que era oriunda da atividade turística.

Essa situação coloca os atores sociais em lados opostos. De um lado a comunidade local que se sentiu prejudicada com a implantação e atividade do parque eólico e, de outro lado, a empresa proprietária do empreendimento que tem como objetivo obter lucro. Em uma situação como essa em que os dois atores não conseguem entrar em um acordo, instaura-se um conflito que precisa ser mediado por uma autoridade que participe do conflito de forma neutra. Para o conflito em questão, o poder público é o ator social mediador



da situação conflituosa e que deverá, juntamente com os demais atores, buscar uma solução que considere os interesses de todos.

Para apoiar esse processo de tomada de decisão em situações conflituosas, a literatura apresenta algumas ferramentas Fraser & Hipel, (1984) que podem auxiliar no entendimento do conflito e na proposta de uma possível solução. Ferramentas baseadas na teoria dos jogos como, Fraser & Hipel, (1984); Fang, Hipel & Kilgour, (1993) podem se apresentar como metodologias para apoiar a análise de conflitos envolvendo recursos hídricos, energéticos, conflitos militares e ambientais.

Para o conflito analisado envolvendo a comunidade local e o parque eólico Vale dos Ventos, a simulação utilizando a teoria dos jogos Fraser & Hipel, (1984) permitiu a sistematização do conflito de forma estruturada, de modo que facilitasse a visualização da posição dos atores envolvidos bem como os interesses de cada um. Esse processo facilitou a análise e escolha das melhores opções que pudessem apontar para uma solução.

A liberação da praia por meio legal assegurará que a comunidade tenha seu interesse atendido, ao mesmo tempo em que a Pacific Hydro não será prejudicada, tendo apenas que zelar para que as pessoas não fiquem expostas a riscos nas proximidades do parque. O poder público enquanto mediador terá seu interesse atendido a medida que os demais atores entrem em acordo. Embora o presente estudo tenha sido apenas uma simulação com base em dados secundários, a análise permitiu ao pesquisador compreender melhor o contexto em que o conflito está inserido, bem como os reais interesses dos desses atores. Esta compreensão foi fundamental para a escolha da melhor opção como possível alternativa de resolução do conflito, e, embora o método proporcione a disposição de opções de forma racional, é através da análise e percepção do pesquisador que a decisão final é tomada.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. (2004). As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In. ACSELRAD, H. *Conflitos Ambientais No Brasil*, 13–36
- ALVES, J. J. A. (2010). Análise regional da energia eólica no Brasil. *Revista Brasileira de Gestão E Desenvolvimento Regional*, 6(1).



ANEEL, (2016). Matriz Energética Brasileira. (Acesso 03.10.16.).

<http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/OperacaoGeracaoTipo.asp?tipo=7&ger=Outros&principal=E%25C3%25B3lica>.

ARAÚJO, S. S. de. (2008). *Conflitos sócio-ambientais relacionados ao uso da água outorgada da bacia hidrográfica do Rio Japarutuba--SE. 2008. 138 p.* Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente. Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE.

CEPEL, (2016). Atlas do Potencial Eólico Brasileiro. (Acesso 28.09.16.).

http://www.cresesb.cepel.br/publicacoes/download/atlas_eolico/Atlas%20do%20Potencial%20Eolico%20Brasileiro.pdf.

FANG, L., HIPEL, K. W., & KILGOUR, D. M. (1993). *Interactive decision making: the graph model for conflict resolution* (Vol. 3). John Wiley & Sons.

FANG, L., HIPEL, K. W., KILGOUR, D. M., & PENG, X. (2003). A decision support system for interactive decision making-Part I: model formulation. *IEEE Transactions on Systems, Man, and Cybernetics, Part C (Applications and Reviews)*, 33(1), 42–55.

FRASER, N. M., & HIPEL, K. W. (1984). *Conflict Analysis: Models and Resolutions* North-Holland, New York. *MATH Google Scholar*.

IBGE, (2017). Mataraca. (Acesso 20.02.2018.). <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/mataraca/panorama>.

IEA. (2017). Key World Energy Statistic. (Acesso 15.02.2018).

<https://www.iea.org/publications/freepublications/publication/KeyWorld2017.pdf>.

LITTLE, P. E. (2001). *Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais.* Rio de Janeiro: Garamond.

MAYER, B. (2000). *The dynamics of conflict management: A practitioner's guide.* San Francisco: Jossey-Bass.

MPF, (2016). Ministério Público da Paraíba investiga parque eólico em Mataraca (PB). (Acesso 31.08.16.) [http://www.prpb.mpf.br/news/noticia\(1499\)](http://www.prpb.mpf.br/news/noticia(1499)).

NASCIMENTO, E. M., & EL SAYED, K. M. (2002). Administração de conflitos. *Gestão Do Capital Humano*, 5, 47–56.

PACIFIC HYDRO, (2016). *Parque Eólico Vale dos Ventos.* (Acesso 13.09.16.)

<http://pacifichydro.com.br/portuguese/projetos/em-operacao/parque-eolico-vale-dos-ventos/>.

PIGNATELLI, M. (2010). *Os conflitos étnicos e interculturais.* Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.



- PINHEIRO, M. I. T. (2002). *Tipologia de conflitos de usos das águas: estudos de casos no estado do Ceará. Universidade Federal do Ceará. Dissertação de Mestrado.*
- RAQUEL, S., FERENC, S., EMERY JR, C., & ABRAHAM, R. (2007). Application of game theory for a groundwater conflict in Mexico. *Journal of Environmental Management*, 84(4), 560–571.
- RIBEIRO, M. M. R. (1992). Análise de conflitos em recursos hídricos baseada na Teoria dos Jogos. In *I Simpósio de Recursos Hídricos do Nordeste.*
- ROBBINS, S. P. (2005). *Comportamento organizacional. 11ª edição. São Paulo: Pearson Precentice Hall.*
- RUFINO, A. DA S., VIEIRA, Z., & RIBEIRO, M. M. R. (2005). Análise de conflito na definição da vazão de fronteira em bacia interestadual. In *Annals of the XVI Brazilian Symposium of Water Resources, João Pessoa, Brazil.*
- SANTOS, P. M., & OTHERS. (2012). *Licenciamento, conflito e justiça ambiental: uma análise a partir dos coletivos em rede na Zona da Mata mineira.* Universidade Federal de Viçosa.
- SCOTTO, G., & LIMONCIC, F. (1997). Conflitos sócio-ambientais no Brasil. *Rio de Janeiro: Projeto Meio Ambiente E Democracia.* [https://doi.org/https://doi.org/10.5007/%25x](https://doi.org/10.5007/%25x)
- SILVA, G. R. (2003). Características de Vento da Região Nordeste: análise, modelagem e aplicações para projetos de centrais eólicas.
- SILVA, B. B. DA, ALVES, J. J. A., CAVALCANTI, E. P., & VENTURA, E. D. (2004). Variabilidade espacial e temporal do potencial eólico da direção predominante do vento no Nordeste do Brasil. *Revista Brasileira de Meteorologia*, 19(2), 189–202.
- SIMAS, M., & PACCA, S. (2013). Energia eólica, geração de empregos e desenvolvimento sustentável. *Estudos Avançados*, 27(77), 99–116.
- SPENGLER, F. M., BITENCOURT, C., & TURATTI, L. (2012). Políticas públicas no tratamento dos conflitos: um novo olhar para a jurisdição. *Alemanha: Académica Espanõla.*
- TERCIOTE, R. (2002). A energia eólica e o meio ambiente. *Proceedings of the 4th Encontro de Energia No Meio Rural.*
- VIEIRA, Z. (2008). *Metodologia de análise de conflitos na implantação de medidas de gestão da demanda de água.* Tese de Doutorado. Programa de pósgraduação em recursos naturais. Universidade Federal de Campina Grande. Paraíba.



ANÁLISE DE ACESSIBILIDADE DO CENTRO HISTÓRICO DE AREIA PB

An Accessibility Analysis of the Historic Center of Areia PB

Ademar Cassio Ferreira Neto

Doutorando em Pós-graduação em Recursos Naturais – Universidade Federal de Campina Grande
E-mail: marley.silva@ifpa.edu.br

Mara Karinne Lopes Veriato Barros

Doutoranda em Pós-graduação em Recursos Naturais – Universidade Federal de Campina Grande
E-mail: karinnelv@yahoo.com.br

RESUMO

No tocante ao ser humano podemos destacar as constantes mudanças na sua forma de habitar, o homem paulatinamente passou de caçador e coletor ao sedentarismo dominando a técnica de edificar sua própria morada. Assim começaram a emergir os primeiros povoados que possibilitaram o surgimento do que chamamos hoje de cidade. Sendo a cidade marcada pela transitoriedade ela é sensível as inovações de toda ordem, e por isso tem que ser planejada para todos, sendo inevitável (ou pelo menos é quase inevitável) a mudança da política e do seu planejamento, e tais mudanças, preferencialmente, podem ser pautadas na conjugação dos ditames da liberdade, locomoção e de acesso adequado aos espaços por ela oferecidos. Nesse tocante nos confrontamos com a estrutura e riqueza oferecida pela cidade de Areia, município paraibano que desempenha um protagonismo urbano peculiar, dado ao conjunto arquitetônico histórico preservado e ao seu destaque educacional, econômico e cultural, sendo a cidade, devido isso, um espaço propício a análise de acessibilidade sobretudo no que diz respeito ao seu centro histórico, que por si só já justifica o presente trabalho. Para proceder a análise da acessibilidade foi usada a metodologia de Check-List consoante Xavier (2014), onde foi contemplado os seguintes itens: Calçadas, Faixa de Pedestres, Guias Rebaixadas, Mobiliário Urbano, Estacionamento, Pontos de Ônibus, Comunicação e Sinalização e Acesso às Lojas.

Palavras Chave

Cidade, Sociedade e Ambiente

ABSTRACT

Regarding the human being we can highlight the constant changes in their way of living, the man gradually went from hunter and collector to sedentary lifestyle dominating the technique of building his own home.



Thus began to emerge the first settlements that made possible the emergence of what we now call the city. Since the city is marked by transience, it is sensitive to innovations of all kinds, so it has to be planned for everyone, and policy change and planning is inevitable (or at least almost inevitable), and preferably can be based on the combination of the dictates of freedom, locomotion and adequate access to the spaces offered by it. In this regard we are confronted with the structure and richness offered by the city of Areia, Paraíba municipality that plays a peculiar urban role, given the preserved historical architectural ensemble and its educational, economic and cultural highlight, being the city, therefore, a favorable space. the accessibility analysis above all with regard to its historical center, which in itself justifies the present work. To proceed with the analysis of accessibility, the Check-List methodology was used according to Xavier (2014), which included the following items: Sidewalks, Crosswalks, Recessed Guides, Urban Furniture, Parking, Bus Stations, Communication and Signaling and Access the shops.

Keywords

4 City, Society and Environment

1-INTRODUÇÃO

A relação do homem com o ambiente é marcada por uma intensa interação, onde o homem exerce uma preponderância na intervenção e modificação do meio natural e urbano em que vive. Tais interferências podem se dar em decorrência de vários fatores, entre eles a cultura, a geografia, o contexto social e a legislação do seu tempo.

No tocante ao ser humano e ao tempo podemos destacar as constantes mudanças na forma de habitar, uma vez que o ser humano de caçador e coletor passou a dominar a arte de se fixar e edificar sua própria morada, fenômeno que possibilitou o surgimento do que chamamos hoje de cidades.

Diante dessa inovação recente (em termos históricos) a cidade se tornou segundo um dos maiores desafios do nosso tempo é tão somente pensar como a sociedade, cada vez mais urbanizada vai conviver com os desafios impostos pela urbe, uma vez que a cidade não é algo estatístico, ao contrário é uma estrutura viva pulsante que conta a trajetória humana e ecossistêmica do seu entorno.

Apesar de pulsante durante muito tempo a cidade ficou à margem dos estudos acerca dos ecossistemas, entretanto diante da urbanização mais acentuada faz necessário estudar o ecossistema presentes na cidade, no espaço social e ambiental urbano, de modo a verificar se a estrutura de tais geografias possibilita uma qualidade de vida para as pessoas que nelas habitam.



Sendo a cidade marcada pela transitoriedade como preleciona WILHEIM (2001) ela é sensível as inovações de toda ordem, e por isso tem que ser planejada para todos, por isso é inevitável (ou pelo menos é quase inevitável) a mudança da política e do planejamento dessa cidade, mudança essa preferencialmente pautada na conjugação dos ditames da liberdade, locomoção e de acesso adequado aos espaços por ela oferecidos.

Nesse contexto nos confrontamos com a estrutura e riqueza oferecida pela cidade de Areia, município paraibano que desempenha um protagonismo urbano peculiar, dado ao conjunto arquitetônico histórico preservado e ao seu destaque educacional, econômico e cultural, sendo a cidade, devido isso, um espaço propício a análise de acessibilidade sobretudo no que diz respeito ao seu centro histórico.

2- CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS ACERCA DO MUNICÍPIO DE AREIA-PB

O Município de Areia está localizado no Brejo Paraibano, a cerca de 600 metros de altitude, fica aproximadamente a 120 km da capital do Estado/João Pessoa, ocupa uma área territorial de 266,596 km², possui uma estimativa de população residente de 22.978 pessoas e limita-se geograficamente com os municípios de Alagoa Grande, Alagoa Nova, Alagoinha, Pilões, Remígio, Serraria e Arara (IBGE 2018).

As primeiras incursões do colonizador português na região acontecem no século XVI, mas o processo de colonização se prolonga durante aproximadamente dois séculos, (ALMEIDA, 1994, p. 39); no entanto foi no início do século XVIII que se deu as primeiras ocupações da área por colonizadores e comerciantes e Areia alcançou denominação de Vila Real em 1818; em 1846 foi nomeada cidade (ANDRADE, 1997, p.21).

A distribuição de terras no Brejo, de início era feita através de favor, para suprir a necessidade de se ocupar e explorar das glebas, essa tarefa caía sobre quem as requeresse; posteriormente as terras foram divididas entre herdeiros ou vendidas, devido a isso não haviam na região grandes latifúndios e o que o número de propriedades rurais passava dos mil no início do século XX (ALMEIDA, 1958, p. 37).

A economia da região, desde as primeiras ocupações, esteve pautada em culturas de como: Café, algodão agave e sobretudo pelo cultivo de cana-de-açúcar da zona rural e posteriormente o agave (ANDRADE, 1997, p.21).

Na década de 1950, o município possuía “uma usina de açúcar, cerca de 80 engenhos de rapadura e aguardente, mais de 100 instalações para extração da fibra de agave, 108 aviamentos de fazer farinha, afora



fazendas de gado e sítios de lavoura”. Das fazendas existentes algumas foram desapropriadas para construção de barragens e instalação de assentamentos (ALMEIDA, 1958, p. 37).

No entanto apesar do declínio da produção de derivados da cana de açúcar, na atualidade ainda permanece atividades como a produção de mel, rapadura e cachaça que além de fomentar a criação de postos de emprego e arrecadação para o município, estimulam o setor do agro turismo, pois a região possui vasta riqueza natural a exemplo das matas que cercam o município, com destaque para a “Mata do pau Ferro”. atualmente também a economia gira em torno da produção agrícola familiar, da renda advinda de servidores públicos, aposentados bem como da Universidade Federal da Paraíba.

A localização estratégica do município com clima amena e vegetação exuberante também se destacam por ser uma das poucas áreas no Nordeste que estão fora da região semiárida, tendo índices pluviométricos para a manutenção satisfatória de manancial de água e o desenvolvimento de extensas áreas verdes.

Em virtude da riqueza natural do município é necessário observar os usos e ocupações que se fazem do solo, e dos usos dos mananciais que se consubstanciam em elementos naturais de grande relevância para manutenção dos ecossistemas e para toda a sociedade.

Como é possível observar o município de Areia-PB desde sua colonização teve como atividade econômica preponderante a produção agrícola que transformou a cidade em ponto de referência na região do brejo, nas últimas décadas o Areia ainda continua sendo referência para região através do seu potencial econômico e turístico sobretudo por abrigar um campus da Universidade Federal da Paraíba, pela produção de cachaça artesanal e por ter um conjunto arquitetônico histórico bem preservado.

Morais (2008, P117) destaca que a formação e ocupação do espaço da cidade de Areia se deu no decorrer de um processo histórico que foi inicialmente impulsionada pela agricultura e posteriormente ampliada com o fortalecimento do potencial comercial da região que era entreposto de pessoas e produtos entre o litoral e o sertão do Estado.

Ainda destaca a autora que a forma peculiar da cidade foi resultado da ocupação gradual e das expansões urbanas do século passado e que as edificações acompanham o relevo de maneira cadenciada e disforme e tais edificações, muitas delas seculares foram preservadas o que levou ao tombamento do conjunto histórico e urbanístico da cidade em 2006.



Dotada de um conjunto arquitetônico tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) o centro histórico da cidade de Areia Paraíba passou a ser protegido nos termos do decreto lei 25, de 30 de março de 1937 que diz:

Art. 1º Constitue o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.
(Brasil, 1937)

Assim a cidade de Areia tem sua arquitetura central protegida, para que gerações futuras possam desfrutar, através das antigas edificações, de parte da identidade da sociedade que as construíram.

Por preservar a memoria de dados espaços a arquitetura urbana protegida não podendo ser modificada de forma descompromissada, posto que detém uma importância social inegável e por ser tutelada por lei

3 - MATERIAIS E MÉTODOS

A área estudada é o centro histórico, localizado no município de Areia, Paraíba, cujas coordenadas são: 6°58'05.44"S 35°42'06.57." conforme Imagem do centro histórico figura 1:

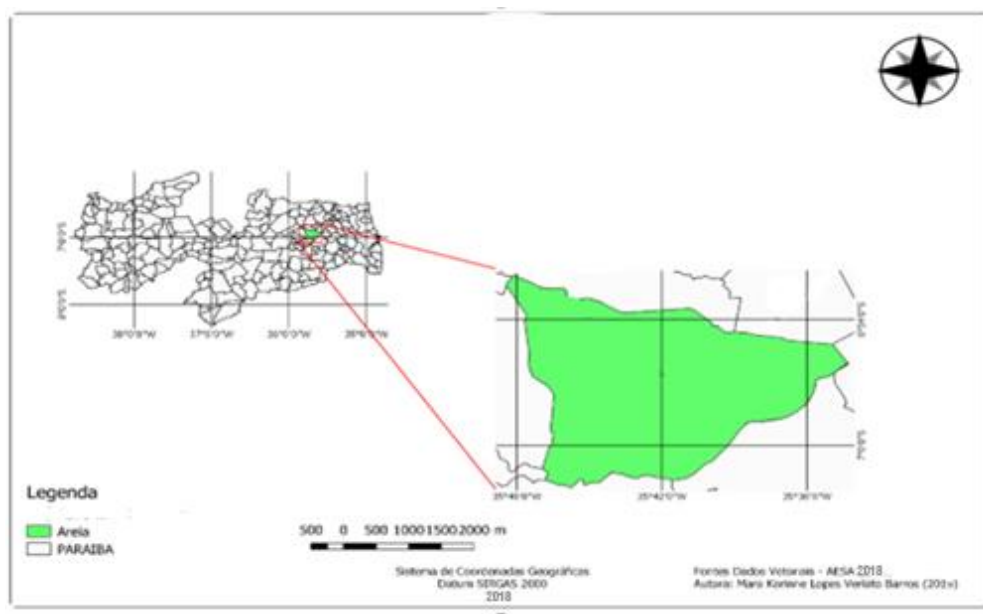




Figura 1: Área de estudo – Município de Areia, Paraíba. Fonte própria 2018.

O estudo de acessibilidade se deu inicialmente a partir da delimitação do espaço a ser analisado que possui um perímetro de aproximadamente 28.419 m²; como podemos observar na figura 2:



Figura 2: Delimitação do espaço de estudo – Centro Histórico, Areia, Paraíba. Google Earth 2018.

Após a delimitação do espaço foram escolhidos pontos e a serem destacados e fotografados para fins de análise das imagens, como podemos observar nos três recortes do centro histórico demonstrados nas figuras 3,4 e 5 abaixo; recortes esses feitos para melhor visualização dos pontos fotografados:



Figura 3: Recorte 1 Centro Histórico, Areia, Paraíba. Google Earth 2018.



Figura4: Recorte 2 Centro Histórico, Areia, Paraíba. Google Earth 2018.



Figura 5: Recorte 3 Centro Histórico, Areia, Paraíba. Google Earth 2018.

Por fim foi feita a metodologia de Check-List consoante Xavier (2014), onde foi contemplado os seguintes itens: Calçadas, Faixa de Pedestres, Guias Rebaixadas, Mobiliário Urbano, Estacionamento, Pontos de Ônibus, Comunicação e Sinalização e Acesso às Lojas.

De acordo com Xavier (2014) o Check-List considera 03 (três) possibilidades de resposta: SIM-resposta que contemplam a exigência do item; NÃO- resposta não contemplam a exigência do item e NA-(Não se Aplica) os casos em que o item não existe naquele ponto, não podendo, ser analisado.

Também foi utilizada a fotografia, uma ferramenta de verificação de grande importância, como forma de analisar o espaço e comprovar a existência ou não dos itens avaliados na análise de acessibilidade.

4-RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise dos dados coletados no Checklist e fotografias foram dispostas de acordo com os itens elaborados por Xavier (2014) os quais serão elencados a seguir

Calçadas e Pavimentação:



No tocante às calçadas do centro histórico do município de Areia-PB pode-se destacar que o trecho é pavimentado, porém não é regular e nem antiderrapante em qualquer condição climática, apresentando buracos e degraus, apesar de aparentemente plano visto não apresentar inclinação transversal.



Figura6: **Ponto 6** – largura da calçada



Figura 7: **Ponto 7** – largura da calçada



Figura8: **Ponto 16** – largura da calçada



Figura9: **Ponto 27** – largura e desnível da calçada



Figura10: **Ponto 28** – largura da calçada



Figura11: **Ponto 30** – largura da calçada



Figura12: **Ponto 40** – largura da calçada



Figura13: **Ponto 43** – largura da calçada



Figura14: **Ponto 44** – largura da calçada

Ressalte-se que dada a existência de degraus não se verificou a existência de rampas acessíveis, mormente quando o nível do piso é diferente do nível da rua.



Figura 15: **Ponto 8** – Boca de lobo



Figura16: **Ponto 09** – buracos no calcamento



Figura17: **Ponto 10** – Rua desnivelada



Figura 18: **Ponto 19** – largura e desnível da calçada

As imagens salientam que o material utilizado na calçada e na pavimentação não são uniformes, o que facilita o desnivelamento. Há barreiras visíveis como desníveis e rampas, bem como as tampas de concessionárias de serviço público que não se apresentam niveladas com o piso. Não se verifica raízes aflorando no passeio público.

No tocante aos calçamentos do centro histórico do município de Areia-PB pode-se destacar que o trecho é pavimentado, porém não é regular e nem antiderrapante em qualquer condição climática, apresentando buracos e degraus, apesar de aparentemente plano visto não apresentar inclinação transversal.

No trecho analisado as marquises, placas, toldos e a vegetação localizam-se a uma altura superior a 2,10. Todavia não se verifica a existência de piso tátil de alerta (onde cabe), não se verifica a existência de piso tátil de alerta ao longo do meio-fio, nem muito menos piso tátil direcional.

Percebeu-se a existência de pontos com acúmulo de água pluvial, bem como a existência de obras sobre o passeio, sinalizadas, mas não isoladas, nem tendo sido feito um desvio pelo leito carroçável da via.



Figura 19: **Ponto 11**– acúmulo de água



Guia Rebaixada:

Há ofertas de guias rebaixadas no trecho analisado, porém em sua grande maioria não são destinadas à acessibilidade, as guias rebaixadas encontradas ao longo do trecho eram destinadas ao uso de automóveis e ao acesso a garagens.



Figura 20: **Ponto 04** – calçadas e escadas



Figura 21: **Ponto 05** – guia rebaixada



Figura 22: **Ponto 07** – calçada



Figura 23: **Ponto 14** – largura da calçada



Figura 24: **Ponto 15** – largura da calçada



Figura 25: **Ponto 18** – guia rebaixada garagem



Figura 26: **Ponto 24** –
guia rebaixada entrada de veículos



Figura 27: **Ponto 26** – guia rebaixada

De forma que não se verificou a existência de rebaixamentos de calçadas nas esquinas nos meios de quadra e nos canteiros divisores de pista. Nas guias rebaixadas destinadas ao uso de automóveis não se verificou sinalização com piso tátil.

Mobiliário Urbano:

Verificou-se a existência de postes de iluminação ao longo do percurso, bem como a existência de assentos fixos ao longo do trecho, porém sem módulos de referência. Não existem bebedouros públicos disponíveis e acessíveis.



Figura 28: **Ponto 17** – praça



Figura 29: **Ponto 12** – orelhões



Figura 30: **Ponto 21** – rua



Figura 31: **Ponto 17** – Praça

Os orelhões existentes eram sempre maiores que 1,20m de altura, e não havia telefone com amplificador de sinal para pessoas com audição reduzida, nenhuma sinalização com piso tátil de alerta e sua instalação no meio do passeio o que compromete a circulação.



Ponto de ônibus:



Figura 32: **Ponto 11** – Ponto de Ônibus

No único ponto de ônibus localizado no centro histórico não havia sinalização tátil no piso, não havia espaço para o módulo de cadeira de rodas, nem indicação de disponibilização de assento para obesos.

Estacionamento:

No que se refere ao estacionamento as fotos foram tiradas em sua maior parte do ponto 19, por ser o espaço do centro histórico com maior movimentação de veículos



Figura 33: **Ponto 01** – Estacionamento



Figura 34: **Ponto 19** – Estacionamento



Figura 35: **Ponto 19** – Estacionamento



Figura 36: **Ponto 19** – Estacionamento

Apesar da abundante disponibilização de vagas para estacionamento no trecho, não há guias rebaixadas para acesso a elas, conforme mencionado anteriormente, as guias rebaixadas visualizadas dão acesso unicamente a garagens particulares. Não se constatou a existência de vagas destinadas a deficientes ou idosos.

Acesso às lojas:



Figura 37: **Ponto 02** – Comércio



Figura 38: **Ponto 42** – Comércio



Figura 39: **Ponto 19** – Comércio

Não há pisos regulares e antiderrapantes, as soleiras são extremamente altas, aparecendo muitas vezes mais de um degrau para entrada. Algumas portas têm maçanetas tipo alavanca, mas não são todas. Não há tapetes fixados no piso. As portas são largas.

Faixa de pedestres:



Figura 40: **Ponto 22** – Faixa elevada

Verificou-se a existência de apenas uma faixa de pedestres, não sinalizada adequadamente, em obras, caracterizada como faixa elevada, sem pinturas que a destaque.



Comunicação e sinalização:



Figura 41: **Ponto18** – placa nome da rua

Não havia sinalização com o símbolo internacional de acesso indicando a acessibilidade das edificações, do mobiliário, dos espaços e dos equipamentos urbanos.

OBSERVAÇÕES:

1. Calçadas nas vias transversais secundárias com menos 80cm;
2. Existência de cestos de lixo no meio das calçadas;
3. Motos estacionadas nas calçadas obrigando as pessoas a andar pela rua;
4. Rua com Pavimento irregular (paralelepípedo);
5. Único local com acessibilidade total é a agência bancária que dispõe de sinalização tátil no piso, presença de rampa com largura e inclinação adequadas, portas largas, bem como corrimões sinalizados em braile.

5-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como debatido na parte inicial deste artigo a cidade é um organismo vivo, pulsante e que pode ser mudado ao sabor do tempo, de tendências e de políticas públicas. O centro histórico de Areia, não obstante o tombamento e a proteção legal do Decreto Lei 25, de 30 de março de 1937, também tem que atender uma agenda das novas políticas públicas, tais como a necessidade social de acessibilidade.



O que é observado em se tratando de patrimônio histórico é que não há a exigência de uma imutabilidade da arquitetura protegida, sendo relativizada por outra norma tais como o decreto 5.296 de 2004 que destaca a acessibilidade nas cidades que têm patrimônios tombados e pelas portarias do próprio IPHAN.

O que é importante de se mencionar nesse trabalho é que a possibilidade de alguma alteração no patrimônio tombado para soluções de problemas de acessibilidade dependerá de uma análise da viabilidade da mudança para que ela não ocorra a destruição ou depredação desse patrimônio.

Mas por quê tratar desse jogo preservação e acessibilidade no presente artigo? A resposta não é simples, pois está se tratando de duas facetas muito importantes para sociedade a primeira faceta é a tutela de uma identidade de uma cidade através de sua história arquitetônica e da preservação da memória social de gerações passadas e a outra faceta é o acesso dessa sociedade a essa riqueza histórica.

Marcadamente o centro histórico de Areia- PB tem graves problemas de acessibilidade urbana, visto que foi construído em uma época em que acessar a cidade não fazia parte da agenda de governo, não havia na época da construção das edificações a consciência da importância de se ter facilitado o acesso a tais construções, o que justifica nos prédios antigos a presença de altos batentes, inúmeras escadas e ETC.

Porém Como Mencionado, tão importante quanto proteger o conjunto arquitetônico é proporcionar as gerações atuais o acesso a esse conjunto histórico, desta forma a partir da análise de acessibilidade é possível ao poder público vislumbrar os problemas e propor soluções de acessibilidade que preserve a estrutura dos prédios tombados e o acesso de todos para que ocorra o aproveitamento do potencial da cidade. Para tanto faz necessário, inicialmente, mudanças no centro histórico de Areia com a implantação de rampas, sinalização a melhoria dos mobiliários urbanos.

6-REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. A. de. Brejo Paraibano: contribuição para o inventário do patrimônio cultural. João Pessoa: Museu do Brejo Paraibano, 1994.

ALMEIDA, H de. Brejo de Areia: memórias de um município. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1958



ANDRADE, M. C. de. Os rios de açúcar do Nordeste Oriental – O rio Mamanguape. João Pessoa: Editora Universitária-Conselho Estadual de Cultura, 1997.

BRASIL. Decreto lei 25 de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional I. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm. Acesso em 28 de nov 2018

CARDOSO, M. R. e RODRIGUES, Molles, Beatriz. ACESSIBILIDADE ESPACIAL NO CENTRO HISTÓRICO DE POÇOS DE CALDAS(BRAZIL), REHABEND, ed. May 24-27, 2016. Burgos, Spain

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo da população do Brasil**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home>>. Acesso em 03 de nov de 2018.

_____. **Informações por cidade**, 2018. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/areia.html>? >. Acesso em 28 de nov de 2018.

MORAIS, C. G. M. S. M., Areia Paraíba: Morfologia e Desenvolvimento Urbano (Século XVIII, XIX e XX, Recife; UFPE/MDU, 2008.

SWYNGEDOUW, E. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-ciborgue. In: ACSELRAD, Henri (org.). A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, Lamparina, 2001. p. 99-120.

XAVIER, D. C. S, Acessibilidade em Área Comercial: Um Estudo no Bairro do Alecrim, Natal/RN 2014



NARRATIVAS SOBRE UM PATRIMÔNIO ESQUECIDO: O CASO DA ANTIGA IGREJA MATRIZ DE SÃO BOAVENTURA NO JORNAL "MONITOR DO SUL" DE CANAVIEIRAS-BAHIA (1903-1913)

Narratives About A Forgotten Heritage: The Case Of The Old Mother Church Of São Boaventura In The Newspaper "Monitor Do Sul" Of Canavieiras-Bahia (1903-1913)

Oslan Costa Ribeiro

Mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG)

E-mail: oslan@hotmail.com.br

José Pereira de Sousa Júnior

Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor Adjunto efetivo na Universidade de Pernambuco (UPE) - Campus Mata Norte. Professor colaborador do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG)

E-mail: junior_ufcg@yahoo.com.br

RESUMO

O presente artigo apresentará o percurso do jornal “Monitor do Sul”, no recorte temporal de 1903-1913, sobre notícias da Freguesia de São Boaventura do Poxim em relação à sua antiga igreja matriz na cidade de Canavieiras-Bahia-Brasil, que vinha sofrendo o descaso e quase estado de abandono por parte da população e elite locais. Nosso questionamento se deu sobre a motivação do porquê dessa situação, já que era o único templo católico na cidade, na qual a população e elite, professava em sua maioria a fé católica. Refletiremos sobre o espírito de descarte que já pairava no imaginário social local, que desde fins do século XIX já dando por certo, a decisão de se construir uma nova igreja matriz que atendesse os anseios de uma elite preocupada apenas em provar para a região cacaueira e para o país “o seu alto grau de cultura e fé”, quando na verdade, também, tinha-se o desejo de extinguir a presença da secular igreja matriz, que os acusava de letargia e falta de compromisso devido ao seu estado físico condenável.

Palavras-chave

Jornal “Monitor do Sul”, Imprensa baiana, Freguesia de São Boaventura do Poxim, Cidade de Canavieiras-Bahia-Brasil.

ABSTRACT

This article will present the route of the newspaper “Monitor do Sul”, in the time frame of 1903-1913, about news from the Parish of São Boaventura do Poxim in relation to its old parish church in the city of Canavieiras-Bahia-Brasil, which had been suffering the neglect and almost state of abandonment by the local population and elite. Our question was about the reason for this situation, since it was the only Catholic



temple in the city, in which the population and elite, mostly professed the Catholic faith. We will reflect on the spirit of discard that was already hovering in the local social imagination, which since the end of the 19th century has already taken for granted, the decision to build a new mother church that would meet the desires of an elite concerned only with proving to the cocoa region and for the country “its high degree of culture and faith”, when in fact, too, there was a desire to extinguish the presence of the secular mother church, which accused them of lethargy and lack of commitment due to their damnable physical condition

Keywords

“Monitor do Sul” newspaper, Bahia press, Parish of São Boaventura do Poxim, City of Canavieiras-Bahia-Brazil

INTRODUÇÃO

Nosso artigo será um estudo sobre o jornal “Monitor do Sul” da cidade de Canavieiras, sul da Bahia, um dos outros seis jornais pesquisados e catalogados por nossa pesquisa em História, iniciada na graduação em História, com bolsa do Programa de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), continuada na pós-graduação *lato sensu* em História do Brasil, graduação e especialização realizados na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), sobre o caso da antiga e nova igreja matriz de São Boaventura na cidade de Canavieiras, no recorte temporal de 1912 a 1932, a qual continua a ser desenvolvida, agora, a nível de mestrado acadêmico no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, onde aqui apresentaremos os novos olhares e considerações da nossa pesquisa.

A antiga igreja matriz, sede da Freguesia de São Boaventura do Poxim, criada em 11 de abril de 1718, por Alvará Régio do Arcebispo da Bahia, dom Sebastião Monteiro da Vide², SJ³, provavelmente uma construção da primeira metade do século XIX, reformada e descaracterizada com o passar de sua longa existência, era o principal templo católico da localidade à época, atravessando três fases da história da formação do Brasil – Colônia, Império e República, terminou demolido logo depois que a nova igreja matriz de São Boaventura, construída a partir de 1912 foi inaugurada em 1932. Mesmo não ocupando o mesmo

² “Teólogo e canonista de envergadura excepcional, dom Sebastião Monteiro da Vide realizou em 1707 o 1º Sinodo Diocesano, promulgando as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, código admirável que regulou e incentivou a vida da Igreja no Brasil (1707 a 1899) durante 192 anos, adaptando às circunstâncias locais, uma vez que antes se governava apenas pelas constituições de Lisboa” (MAGALHÃES, 2001, p. 39).

³ Religioso da SJ (*Societas Iesu*) – Companhia de Jesus, foi o 5º Arcebispo da Bahia entre 1702-1722.



espaço urbano em que a nova matriz foi erguida a partir de 1912, o desejo de sua substituição já era fomentado desde 1903, como aponta o jornal “Monitor do Sul” em diversas notícias publicadas no início do século XX sobre esse assunto.

Nas notícias são altamente perceptíveis a insatisfação dos padres sobre o descaso em que se encontrava a velha matriz, conclamando os fiéis a tomarem uma atitude para “dar a Deus uma casa digna naquela cidade”, que começava a buscar modernidade em diversas reformas urbanísticas que viria a ocorrer nas décadas seguintes. Esse templo foi palco de acontecimentos importantes para a história de Canavieiras, como a instalação da *Imperial Villa de Cannavieiras*, em 17 de novembro de 1833, município criado quase um ano antes em 13 de dezembro de 1832, pelo Governo do Império do Brasil, com sessão solene ocorrida em seu interior onde ocorreram as eleições para a formação da Câmara Municipal, seguido de Missa e *Te Deum*.

O objeto do presente artigo é versar sobre o marco temporal de 1903 a 1913, sobre notícias publicadas no jornal “Monitor do Sul”, em relação a situação precária em que se apresentava o estado físico dessa construção secular e o discurso levantado pela sociedade local através da imprensa de Canavieiras. É bom salientar, que o jornal “Monitor do Sul” e as outras fontes hemerográficas pesquisadas, até então desconhecidas na historiografia da região cacauífera, são de suma importância para a exequibilidade dessa pesquisa em andamento, além de dialogarmos com as imagens utilizadas, não como mera ilustração, mas como fonte de pesquisa, onde esse novo olhar extrai interpretações inéditas, a partir da parceria imprensa versus fotografia na construção do conhecimento historiográfico.

O ACHADO HEMEROGRÁFICO E A FONTE FOTOGRÁFICA

O jornal “Monitor do Sul” da cidade de Canavieiras – Bahia, encontrado no arquivo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia, na cidade do Salvador, no ano de 2011, com exemplares bastante fragilizados pela ação do tempo, com edições dos anos 1903 a 1913, que encontrados com outros jornais da cidade de Canavieiras, representou profunda transformação para nosso objeto de pesquisa, por serem um achado inédito, devido à falta de conhecimento, até então, de sua existência ainda, à época, e acessibilidade para consulta. Foi através da análise de conteúdo das notícias do jornal “Monitor do Sul” sobre política, festas cívicas e religiosas católicas, sobre obras urbanas da municipalidade, e finalmente, sobre o caso da antiga



igreja matriz de São Boaventura, que percebemos que o ineditismo de tais fontes, representaria a transformação e exequibilidade da nossa pesquisa sobre o município de Canavieiras e historiografia da região cacauceira (região sul do Estado da Bahia-Brasil).

Nossa metodologia consiste no cruzamento das fontes hemerográficas e eclesiásticas (Livro de Tombo da Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras), para analisar as relações de poder entre a Igreja e elite política local, no processo das reformas urbanísticas, traçando o percurso construtivo da nova matriz, e o discurso de moderno que permeava o imaginário local, quando esse discurso tinha como ícone a conclusão das obras da nova igreja matriz (1912-1932) e a demolição da antiga (1932-1933) para a conclusão da urbanização da Praça do Paço Municipal, hoje Praça da Bandeira.

Exemplificando a discursão publicada pela imprensa local sobre a situação urbanística da cidade de Canavieiras nas primeiras décadas do século XX, vemos a figura 1, fotografia que mostra o espaço em disputa no coração da cidade, amplamente demonstrado a partir da inauguração do edifício-sede do Paço Municipal em 1899, de dois pavimentos, em estilo de palácio neoclássico, centralizado na praça, de frente para o rio Pardo, construído na administração dos intendentes municipais Antônio Salustiano Viana e Augusto Luís de Carvalho, implantando assim uma nova era na urbanização de Canavieiras com o novo traçado da praça e da localização do Paço Municipal, fazendo da antiga matriz de São Boaventura, a construção mais antiga da época, peça destoante e indesejada no novo espaço, passando a evidenciar com mais força a sua futura extinção.

Figura 1 Praça do Paço Municipal com a antiga igreja matriz de São Boaventura – Décadas 1920/1930.



Fonte: Senhorita Rita Stolze (In memoriam) – Canavieiras-Bahia. Foto de autoria não identificada.



Mnemosine Revista

Volume 9, nº. 2, Jul / Dez 2018

ISSN - 2237-3217

A figura 1, fotografia de baixa qualidade, de autoria não identificada, nos mostra o enquadramento do eixo principal da cidade de Canavieiras entre fins da década de 1920 e dos anos 1930, sob uma intencionalidade explícita do fotógrafo, de mostrar que a arcaica igreja estava desalinhada com o projeto maior de modernização urbanística que ali se perseguia desde o início do século XX. Com um casario todo alinhado, em um largo de areia fina e clara, emaranhado de capim rasteiro, com alguns postes de madeira com a afiação de telégrafo e energia elétrica, produzida por motor à querosene, vemos em primeiro plano e posta de lado, antiga igreja matriz de São Boaventura, e na centralidade o edifício sede do Paço Municipal. Pela má qualidade da foto, não vemos, mas, atrás do Paço já aparece a torre da nova igreja matriz que se estava construindo desde 1912. Sobre isso nos afirma Canabarro (2005) que,

estes mesmos grupos podem utilizar-se da fotografia para divulgar e legitimar o seu poder em um determinado momento e como forma de divulgação e de imposição de representações sociais, sendo estas matrizes para as práticas sociais, que podem interferir na construção de modelos ideais de comportamentos a serem seguidos pelos demais grupos de uma sociedade; Esta forma impositiva de legitimação das representações, por intermédio das fotografias, serve também como um meio importante para a construção da identidade, tanto individual quanto coletiva (CANABARRO, 2005, p. 31-32).

Essa mesma prática de fotografias intencionais, já era usado na divulgação das reformas urbanísticas da cidade do Rio de Janeiro, pelo prefeito Pereira Passos nos anos 1900, onde fotógrafos trabalhavam para seu governo na prefeitura do Distrito Federal, para este fim. A municipalidade canavieirense não ficou atrás, pressupomos, que se utilizou dos mesmos artifícios da municipalidade carioca, evidenciado no enquadramento do fotógrafo da figura 1, efetuado do alto do mirante do solar da família Castro, hoje em ruínas no Sítio Histórico de Canavieiras, tendo a clara intenção de que a fotografia demonstrasse que igreja (templo) e a Igreja (instituição) não era mais a centralidade daquela sociedade, ao menos naquele espaço e no imaginário da elite política local, embora, o novo templo que já se estava construindo desde 1912, em um grande terreno doado pelo próprio município logo atrás, a Igreja continuaria a ter seu espaço urbano, onde seu protagonismo e visibilidade seriam resguardados, contudo, cada um no seu lugar, o poder municipal em um e o poder eclesiástico católico em outro.



Mnemosine Revista

Volume 9, nº. 2, Jul / Dez 2018

ISSN - 2237-3217

A IMPRENSA LOCAL E O JORNAL “MONITOR DO SUL”

Pesquisamos e catalogamos, através de anotações em fichas e fotografias digitais, a coleção do jornal “Monitor do Sul” da cidade de Canavieiras – Bahia, do Ano II, do nº 114, de 5 de abril de 1903 ao Ano XII, nº 709, de 21 de setembro de 1913, exemplares disponíveis à época. Nesta coleção não havia os números do ano de 1909. Pressupomos que sua fundação tenha sido em 1902, e não sabemos até qual ano circulou na cidade de Canavieiras e região. Não catalogamos em sua totalidade, mas, somente sobre as notícias do nosso foco de pesquisa.

Nos números do mês de abril de 1903, em seu cabeçalho, assim informava: “*MONITOR DO SUL – Propriedade de uma associação – Redactor-chefe: Dr. Eduardo Campos – Publicação nas Quintas-feiras e Domingos – Pagamentos adiantados.*” (MONITOR DO SUL – Ano II, nº 115, de 9 de abril de 1903). Eduardo Campos era médico e jornalista, foi redator e chefe do jornal até pouco antes de sua morte em 1908, quando aparece no cabeçalho do jornal novo proprietário Antônio Nunes, e como redator “vários”.

Na figura 2, foto do cabeçalho do “Monitor do Sul” em um número do ano de 1908, com informações importantes sobre seu expediente: proprietário, redatores, endereço postal e telegráfico, número da tiragem, e, lema (*slogan*): “Folha consagrada aos interesses do município”, logo abaixo propaga que é o jornal de maior circulação no sul da Bahia.

Figura 2 Cabeçalho do jornal “Monitor do Sul”, Ano VII, nº 469, de 12 de julho de 1908.



Fonte: Arquivo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia. Foto: Oslan Costa Ribeiro (2011).



Somente em 1908, o “Monitor do Sul” divide a circulação com outro jornal concorrente, “A Razão” que se declarava um órgão político e silencioso, tendo por gerente João Espinheira da Costa, e no ano seguinte, 1909, surge também “O Seabrista” que se assumiu como “Orgam da Junta Republicana”, tendo por gerente Argeu de Oliveira, teve vida curta e em 1910 troca de nome e para a se chamar “A Democracia”, dessa vez se assumindo “Órgão do Partido Democrata”, tendo por “redactores João Evangelista d’Oliveira e Cirurgião Dentista Casimiro Aderne.” (A DEMOCRACIA, Ano I, nº 18, de 20 de abril de 1910).

Depois do percurso apresentado sobre a circulação de jornais na cidade de Canavieiras entre 1903 a 1913, voltemos para o “Monitor do Sul”, e sobre o que noticia sobre a Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras e sua velha igreja matriz. A edição de o “Monitor do Sul”, Ano II, Nº 116, de 12 de abril de 1903, p. 2, é a notícia mais antiga já encontrada em nossa pesquisa, sobre o estado físico em que se encontrava a antiga igreja matriz de São Boaventura em um jornal:

Semana Santa

A única tradução religiosa, durante toda a quaresma, de que é a população desta cidade em sua maioria catholica foi na sexta-feira santa estar em funeral o pavilhão nacional no paço municipal, nas sociedades *Instructiva Educação e Recreio*, *Lyra do Commercio*, nos navios surtos no nosso porto, em redacção e a abertura da egreja matriz.

Nesta, entretanto notamos tudo quanto possa indicar o desprezo e o desleixo do encarregado dos misteres⁴ de zelal-a e acceial-a.

Os altares não apresentava uma cobertura preta, o Senhor Morto, estava em baixo do altar Mór sem um círio acceso e para constraste no centro da egreja havia um enorme formigueiro.

Tudo em abandono, a matriz de portas abertas sem ter uma pessoa que velasse pelo respeito e decoro necessários a casa de Deus a ponto de alguns moços empregados no nosso commercio infileirarem-se defronte do altar Mór, prohibindo que os fieis, os crentes depos aos pés do Senhor as offerendas do seu amor e do seu devotamento á religião do Crucificado.⁵

A situação precária da antiga matriz era o reflexo de um grande problema existente há anos, segundo outras fontes, desde a década de 1880 pensava-se em sua substituição por outro templo. O impasse continuava no início dos anos 1900, já se falava em construir uma nova, mas, o comodismo da população e da elite local, impedia o avanço de qualquer atitude ou plano para a preservação da antiga (restauro) ou de se construir uma nova. A questão também foi o pouco empenho dos padres nessa empreitada, mas, a primeira visita pastoral do Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil, dom Jerônimo Tomé da Silva⁶ a cidade de

⁴ Trabalho; ofício.

⁵ Optamos em nosso trabalho por transcrever na íntegra e na grafia original quando foram publicadas as notícias das fontes hemerográficas.

⁶ 21º Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil (1894-1924).



Canavieiras em 1903, contornou a letargia dos clérigos e da população, os impelindo a planejar alguma resolução para sanar esse problema.

Depois deste número de o “Monitor do Sul”, sucederam a continuação das denúncias pela precária situação, em meio a outras notícias sobre o cotidiano da Freguesia, da Cidade e de todo Município de Canavieiras. O caso do jornal “Monitor do Sul” como sendo uma das mais importantes fontes de pesquisa para essa problemática em torno do caso da antiga igreja matriz de São Boaventura, não nos deixa iludidos quanto aos seus interesses implícitos nas notícias publicadas. Assumi como lema “Folha consagrada aos interesses do município”. Quais interesses municipais defendiam? Quais interesses tinham em noticiar o estado calamitoso da velha matriz? Seu redator ou proprietário eram tão fiéis católicos assim? Luca (2015) nos direciona conceitualmente nessa indagação do cuidado do historiador que usa o trabalho da imprensa como fonte documental, citando o historiador Jean Glénisson,

que comentou os procedimentos críticos demandados pelos jornais, ponderando que estes sempre se revestiam de “complexidade desanimadora. Sempre será difícil sabermos que influências ocultas exerciam-se num momento dado sobre um órgão de informação, qual o papel desempenhado, por exemplo, pela distribuição da publicidade, qual a pressão exercida pelo governo”. (LUCA, 2015, p. 116).

A autora diz que Glénisson endossou as palavras de outro historiador Pierre Renouvin,

que insistia na importância crucial de se inquirir a respeito das fontes de informação de uma dada publicação, sua tiragem, área de difusão, relações com instituições políticas, grupos econômicos e financeiros, aspectos que continuavam negligenciados seja pelos historiadores que recorriam à imprensa, seja pelos que se dedicavam a escrever sua História. (LUCA, 2015, p. 116).

Devemos nos ater a criticidade às fontes hemerográficas da nossa pesquisa, para não nos alienarmos às mesmas como palavra final, verdade irrepreensível sobre uma problemática que almejamos fazer a História. Devemos sempre investigar. Os jornais de Canavieiras não são diferentes dessa preocupação levantada por Luca (2015), pois, os periódicos pesquisados eram chefiados sim, por partidos políticos, grupos econômicos anônimos, e por personalidades de grande vulto social na elite cacauera de Canavieiras. Em cada discurso publicado poderá existir uma mensagem subliminar, e não queremos passar despercebidos do cunho dessas intenções, das jogadas políticas, e que influenciaram diretamente no decorrer do processo construtivo de uma nova igreja matriz e a demolição da antiga, por uma cidade regenerada, uma cidade bela e moderna.



A nova igreja matriz teve sua construção iniciada em 1912 e inaugurada em 1932, depois várias adequações do projeto ao orçamento apertado apontado pelas fontes. Sua conclusão era de interesse público, pois, como já dito acima, inaugurava outro espaço urbano, com terreno doado por resolução do município, em troca do terreno que a velha matriz ocupava na praça do Paço e impedia o término do projeto urbanístico do novo traçado. Como já dissemos, a velha matriz já indesejada naquele local desde a segunda metade do século XIX pelo governo municipal, já que era desprovida de beleza arquitetônica, pequena, cheia de problemas estruturais, quase que num estado de abandono completo. Mesmo em péssimo estado, era frequentada principalmente pela elite local, conforme de verifica na figura 3, com a saída de uma procissão acompanhado por pessoas bem vestidas para a ocasião religiosa, provavelmente solenidade de *Corpus Christi*, onde se vê um casario ao fundo bem desalinhado com os interesses de uma elite e de uma imprensa na promoção de conquistarem uma cidade apresentável.

Figura 3 A antiga igreja matriz de São Boaventura em dia de festa – Década de 1910.



Fonte: Exposição permanente da Galeria do Porto – Canavieiras/Bahia. Foto de autoria não identificada.

Problemas que irritavam os padres da Freguesia de São Boaventura, que se desesperavam com o estado precário do velho templo, sofriam críticas, não podiam contar mais com os recursos públicos para restauro por causa da República, não viam adesão dos fiéis católicos nas tentativas de reformas, até mesmo acusando a população de omissão e descaso com a fé. A empreitada de uma nova matriz teve o inusitado



Mnemosine Revista

Volume 9, nº. 2, Jul / Dez 2018

ISSN - 2237-3217

acontecimento de três bênçãos da pedra fundamental para o início das obras de construção. A primeira ocorrida durante as Santas Missões em 1908, a segunda bênção ocorreu em 1911:

Realizou-se dia 22 do mês passado, a cerimônia de assentamento da primeira pedra das obras da nova Matriz.

Antes dessa cerimônia presidiu substancioso discurso o dr. João Marques de Souza, ilustre intendente municipal.

As obras começarão logo que chegue da Capital o cimento necessário para as mesmas, que será por esses dias.

Os nossos parabéns à digna Comissão e com especialidade ao Cônego Ayres de Almeida, que tem se esforçado para que seja verdade, isto, que muita gente recalçada julga uma utopia. (MONITOR DO SUL, Ano X, nº 619, de 01 de outubro de 1911, p. 1).

Dando resposta aos seus opositores, chamando-os de “gente recalçada”, o jornal “Monitor do Sul” não perdia a oportunidade de dar o recado àqueles que não acreditavam que a nova igreja matriz sairia do papel. Percebe-se que muita gente já não mais acreditava na realização de tal obra, já que há mais de 30 anos se falava nessa possibilidade e nunca havia de fato um trabalho coletivo para realizar, ao contrário disso, percebe-se que havia quem torcesse contra o projeto. Em 1911 tinha-se um pouco mais de esperança, já que o intendente João Marques de Souza presidia a comissão, homem culto e religioso, poderia ser a solução para movimentar esforços de Canavieiras na tentativa de realizar os anseios da elite.

O “Monitor do Sul”⁷ noticia: “Em 17 de outubro de 1911, é fundada a Irmandade de São Boaventura, com membros de ambos os sexos, com a finalidade de arrecadar fundos para a nova Matriz.” O cônego Joaquim Ayres de Almeida, que tomou posse em 1909, foi transferido da Freguesia de Canavieiras em fins de 1911, o que resultou novamente no esmorecimento e consecutiva paralisação do início das obras. Poucos meses depois, em 9 de fevereiro de 1912, toma posse na Freguesia de Canavieiras, o padre Justino José de Sant’Anna⁸. Padre Justino celebrou a bênção da terceira e definitiva pedra fundamental da nova matriz no dia 6 de junho de 1912, solenidade de *Corpus Christi*. A imprensa local adere e sede espaço às súplicas do padre Justino. Em o “Monitor do Sul”, é publicado um apelo do padre Justino aos canavieirenses no importante dia da festa de São Boaventura, padroeiro do município.

⁷ MONITOR DO SUL, Ano X, nº 623, de 29 de outubro de 1911, p. 3.

⁸ Nascido em Aramary/Alagoinhas – Bahia em 1878. Vigário da Freguesia de São Boaventura do Poxim de Canavieiras – Bahia entre 1912-1924. Eleito pelo Papa Pio XI em 1924 como primeiro Bispo da recém-criada Diocese de Juiz de Fora – Minas Gerais. Ordenado e empossado Bispo diocesano em 1925. Faleceu em 1958 aos 80 anos.



Mnemosine Revista

Volume 9, nº. 2, Jul / Dez 2018

ISSN - 2237-3217

A religião pede um altar, e o altar exige um templo; e vós, Cannavieirenses, não tendes um templo! que vergonha para nós!... A necessidade de um templo digno, em que se adore o Deus verdadeiro em Cannavieiras, se impõe de tal forma, que dispensa qualquer encarecimento. Apello pois, para vossos sentimentos de dignidade, de civismo, de religião; auxiliae ao vosso parochio em empreza tão grande! (MONITOR DO SUL, Ano XI, nº 651, de 14 de julho de 1912, p. 2).

Nesse ínterim, a Igreja e os poderes legislativo e executivo do Município, se articulavam para a concessão oficial do terreno onde já estava sendo erguido o novo templo. Era um vasto terreno que inauguraria outro espaço na cidade, afastando a Igreja do eixo do poder municipal na Praça do Paço. A edição nº 653, de 25 de julho de 1912, do jornal “Monitor do Sul”, é o documento que oficializou a contribuição municipal para esse importante passo da elite política canavieirense, no empenho da continuidade das reformas e da expansão urbana da cidade.

Resolução nº 191 de 8 de Julho de 1912. (*Doando á matriz que se está construindo 30 m2 de frente e 121 de fundo*).

O Engenheiro João de Deus Ramos, Intendente deste Município de Cannavieiras etc.

Faço saber a todos os seus munícipes que o Conselho Municipal deliberou e eu mandei publicar e cumprir, sob nº 191, a seguinte resolução. Gabinete da Intendência Municipal da cidade de Cannavieiras, 14 de Julho de 1912.

---- *João de Deus Ramos.*

O Conselho Municipal de Cannavieiras resolve:

Art. 1º Fica concedido como doação à matriz que se está edificando nesta cidade 30 m2 de frente e 121 de fundo de terreno de patrimônio deste Município assim limitado: frente para Oeste, olhando para a Praça 15 de Novembro, tendo por alinhamento do lado Norte, o edifício da S. Philarmonica 25 de Maio, ficando os fundos para a Rua Ruy Barbosa.

Art. 2º Revogam-se as disposições ao contrário.

Em sessão 8 de Julho de 1912.

(Assignados) *Joaquim dos Santos Botelho, Casimiro Aderne e Alcides Costa.* Publique-se e cumpra-se. Cannavieiras 8 de julho de 1912. O Intendente (assignado) *João de Deus Ramos.*

Nesta Secretaria da Intendência Municipal de Cannavieiras, foi publicada, em 11 de Julho de 1912, sob nº 191, a presente resolução e *transcript* no 1º livro de registro e deliberações do Conselho.

O Secretário *João Evangelista de Oliveira.* (MONITOR DO SUL, Ano XI, nº 653, de 25 de julho de 1912, p. 1).

Em novembro do mesmo ano, padre Justino cria a Associação das Senhoras Auxiliadoras da construção da nova igreja matriz de São Boaventura, e publica na edição nº 670, de 24 de novembro de 1912, de o “Monitor do Sul”, o estatuto que ele mesmo elaborou. Dias depois o “Monitor do Sul”, Ano XII, nº 680, de 26 de janeiro de 1913 noticia: “*Brevemente recomeçarão com actividade as obras da nova Matriz, para o que muito tem se esforçado o rymo. padre Justino José de Sant’Anna, vigário d’esta Freguezia.*”. Com a doação do terreno para a construção da nova igreja matriz, foi inaugurado um novo espaço urbano na cidade de Canavieiras. Com essa expansão, a Igreja ganharia um espaço somente dela, e, simbolicamente,



fortalecendo sua separação do Estado, mesmo que só fisicamente naquele período. Ao menos na sociedade de Canavieiras e da região cacauzeira da Bahia, o enlace cultural e de poder entre Igreja e Estado ainda perduraria por muitas décadas ao longo do século XX.

Figura 4 Urbanização da Praça da Bandeira em Canavieiras concluída – Década de 1930.



Fonte: Vicente Tedesco/Paulo Simões (Acervo pessoal). Canavieiras/Bahia. Foto: Teophilo Mourranhy.

O terreno doado através de resolução municipal em 1912, na verdade, era uma troca pelo terreno que a antiga igreja matriz ocupava há mais de um século na nova Praça do Paço Municipal. Com a longa e difícil construção do novo templo que serviria de igreja matriz para a Freguesia de São Boaventura do Poxim, e sua inauguração em 5 de julho de 1932, deu-se início a demolição da velha igreja matriz, desaparecendo em poucos meses, apagando da cidade sua construção mais antiga ainda em pé, realizando, na verdade, o que no imaginário de muitos já deveria ter acontecido com ela desde a última década do Império no Brasil, impedido graças ao desinteresse e letargia política da elite local. Conforme vemos na figura 4, sua ausência foi preenchida por mudas de oitizeiros que circulava o largo do Paço Municipal e que existe até hoje.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos nesse artigo, o percurso noticioso do jornal “Monitor do Sul” da cidade de Canavieiras, no sul do Estado da Bahia-Brasil, sobre o estado precário e de abandono da antiga igreja matriz de São Boaventura, pelos moradores e elite locais, denunciado pela imprensa e pelo padre no início do século XX. A cidade de Canavieiras queria se adequar ao estilo sofisticado das reformas urbanísticas que vinham ocorrendo pelo país, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, à época, capital do Brasil. A propaganda divulgada pela imprensa nacional através de jornais e revistas, com forte publicação imagética sobre tais reformas e a beleza que vinha tomando suas ruas, praças e largas avenidas iluminadas à energia elétrica em belos postes de ferro fundido, a moda e a música, a culinária, transformava aos poucos, o padrão cultural existente, influenciando principalmente quem consumia tais leituras, a elite.

Palácios do poder público, palacetes ostentados pela elite, teatros suntuosos, dava à Igreja também oportunidade de sonhar e querer fazer parte dessa transformação. O passado colonial brasileiro estava sendo apagado em sua arquitetura e costumes, por esse novo que o Brasil República se vestia para mostrar ao mundo seu “alto grau de civilidade e cultura”, mesmo que banindo seus filhos para bem longe desse cartão postal. Se no Rio de Janeiro, o bota-abaixo do Prefeito Pereira Passos (1902-1906), expulsou os moradores dos cortiços do centro da capital federal para a marginalidade dos morros, também a elite cacaueteira do sul da Bahia, fez a faxina social de seus centros urbanos a exemplo de Ilhéus e Canavieiras, isso sem esquecer da cidade de São Salvador da Bahia, que a seu modo fez o mesmo.

A imprensa desse período testemunhou tudo isso: denunciando a expulsão da população ou aclamando prefeitos, governadores e a elite pelas obras de progresso realizados, publicando notícias que remetia e atendia a certas tendências de interesses das classes dominantes do poder, mas, que sem dúvida é de extrema importância para o ofício de historiador. Foi isso que nos propomos nesse artigo que agora publicamos, apresentando parcialmente resultados da pesquisa com essas importantes fontes hemerográficas, que nos estão ajudando a escrever uma possível história de modernização urbana da cidade de Canavieiras no início do século XX.

O jornal “Monitor do Sul” continua sendo fonte importante para sua exequibilidade da nossa pesquisa. Foi a fonte que trouxe muitas repostas a larga lacuna que havia e que ainda há sobre o caso da antiga igreja matriz de São Boaventura, nem no Livro de Tombo da Freguesia de São Boaventura há



informações sobre sua existência e sua demolição. As fontes hemerográficas e algumas fotografias externas da velha igreja aqui apresentados, é uma pequena mostra da possibilidade da nossa pesquisa até o momento, restaurando o protagonismo da antiga matriz nas discussões em torno da história urbana e religiosa da cidade de Canavieiras, história essa somente possível devido ao trabalho da imprensa local no século XX, nos seus jornais guardados e esquecidos há mais de um século, resistindo ao desgaste do tempo e tornando-se importante instrumento de pesquisa para a historiografia da região cacaueira da Bahia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes hemerográficas:

MONITOR DO SUL – Ano II, nº 115, de 9 de abril de 1903;

MONITOR DO SUL, Ano II, Nº 116, de 12 de abril de 1903;

MONITOR DO SUL, Ano VII, nº 469, de 12 de julho de 1908;

A DEMOCRACIA, Ano I, nº 18, de 20 de abril de 1910;

MONITOR DO SUL, Ano X, nº 619, de 01 de outubro de 1911;

MONITOR DO SUL, Ano X, nº 623, de 29 de outubro de 1911;

MONITOR DO SUL, Ano XI, nº 651, de 14 de julho de 1912;

MONITOR DO SUL, Ano X, nº 653, de 25 de julho de 1912;

MONITOR DO SUL, Ano X, nº 670, de 24 de novembro de 1912;

MONITOR DO SUL, Ano XII, nº 680, de 26 de janeiro de 1913.

FONTES FOTOGRÁFICAS:

AUTOR DESCONHECIDO. Praça do Paço e a antiga igreja matriz de São Boaventura, Canavieiras, décadas 1920-1930. Acervo da Senhorita Ritinha Stolze (*In memoriam*) – Canavieiras/Bahia.

AUTOR DESCONHECIDO. A antiga igreja matriz de São Boaventura em dia de festa – Década de 1910.

Fonte: Exposição permanente da Galeria do Porto – Canavieiras/Bahia.



MOURRANHY, Teophilo. Praça do Paço após a antiga igreja matriz de São Boaventura ter sido demolida após inauguração da nova – 1932-1933. Acervo de Vicente Tedesco – Canavieiras/Bahia.

RIBEIRO, Oslan Costa. Cabeçalho do jornal “Monitor do Sul”, Ano VII, nº 469, de 12 de julho de 1908.

Fonte: Arquivo da Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

BIBLIOGRAFIA:

CAMPOS, João da Silva. **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. 3. ed. Ilhéus, BA: Editus, 2006, p. 422.

CANABARRO, Ivo. Fotografia, história e cultura fotográfica: aproximações. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 31, n. 2, p. 23 – 39, 2005. DOI: <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2005.2.1336>. Disponível: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/1336/1041> Acesso em: 11 set. 2018.

LUCA, Tânia Regina de. **Fontes impressas: História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla B. (Org.). **Fontes históricas**. 3ª edição. São Paulo: Contexto, 2015, p. 111-153.

MAGALHÃES, Monsenhor Walter. **Pastores da Bahia**. Bahia: Organização Odebrecht, 2001, 194 p.

RIBEIRO, Oslan Costa. **Transformações urbanísticas na Bahia: a demolição da capela de São Sebastião em Ilhéus e da antiga igreja matriz de São Boaventura em Canavieiras (1927-1932)**. In: VI Semana de Licenciatura em História do Instituto Federal de Goiás, 2016, Goiânia, GO. Anais da Semana de Licenciatura em História do IFG. Disponível em: <http://eventos.ifg.edu.br/7semanadehistoria/wp-content/uploads/sites/31/2018/02/Oslan-Costa-Ribeiro.pdf>. Acesso em: 1 set. 2018.

SCHWARCZ, Lília M. e STARLING, Heloísa M. **A Primeira República e o povo nas ruas**. In: Brasil: uma biografia. 2ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 318- 350.

WANDERLEY, A. **O Prefeito Pereira Passos (1836 – 1913) e o Fotógrafo Augusto Malta (1864 - 1957)**. Rio de Janeiro: Brasiliana Fotográfica, 10 mar. 2017. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br/?p=7566>. Acesso em: 10 set. 2018.



PERCEPÇÃO AMBIENTAL: UM OLHAR PECULIAR DAS LOIÇEIRAS DE CHÃ DA PIA - AREIA - PB

Environmental Perception: A peculiar look from the Chã da Pia / Areia dishwashers – PB

Laís da Silva Barros

Mestre em Ensino de Ciências e Educação Matemática,
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campina Grande, PB, Brasil.

Márcia Adelino da Silva Dias

Doutora em Educação, UFRN
Professora da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campina Grande, PB, Brasil.

RESUMO

A pesquisa com enfoque ambiental e percepção de mulheres artesãs da comunidade Chã da Pia – Areia (PB). O presente trabalho teve como objetivo precípua verificar a percepção ambiental de loiçeirias em relação ao meio ambiente. A percepção ambiental está relacionada com a tomada de consciência do ambiente pelo ser humano. Cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente às ações sobre o ambiente em que vive e estas respostas são resultados das percepções, sejam elas individuais e/ou coletivas, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada pessoa. Desta forma, a identificação da percepção ambiental é de fundamental importância para que possamos compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente. Dentre as técnicas para diagnosticar a Percepção Ambiental, foi aplicado um questionário estruturado com perguntas objetivas e rodas de conversa. A análise dos dados foi realizada por meio da utilização de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011), para os dados colhidos nas entrevistas. Constatou-se que a preservação dos recursos hídricos e da flora é a principal preocupação das entrevistadas, e que o ser humano percebe o meio ambiente de acordo com as suas necessidades e com a utilização que faz dele, identificando benefícios da preservação e conservação da natureza concernente à realidade na qual está inserido. Assim como a sua expressão das obras de arte é sempre perceptível com a identidade própria, dando-lhe também componentes de manifestação dos sentimentos.

Palavras-chave

Saberes da tradição. Ambiente. Alterações ambientais.

ABSTRACT

Research with an environmental focus and perception of female artisans from the Chã da Pia - Areia (PB) community. The present work had as main objective to verify the environmental perception of dishwashers in relation to the environment. Environmental perception is related to the human being becoming aware of the environment. Each individual perceives, reacts and responds differently to actions on the environment in which they live and these responses are the results of perceptions, whether individual and / or collective, of the cognitive processes, judgments and expectations of each person. Thus, the identification of environmental perception is of fundamental importance so that we can better understand the



interrelationships between man and the environment. Among the techniques to diagnose Environmental Perception, a structured questionnaire with objective questions and conversation circles was applied. Data analysis was performed using content analysis, proposed by Bardin (2011), for the data collected in the interviews. It was found that the preservation of water resources and flora is the main concern of the interviewees, and that human beings perceive the environment according to their needs and the use they make of it, identifying benefits of preserving and conserving nature concerning the reality in which it is inserted. Just as his expression of works of art is always noticeable with his own identity, also giving him components for the expression of feelings.

Keywords

Knowledge of tradition. Environment. Environmental changes

1 INTRODUÇÃO

Antes de iniciar o texto que irá compor este artigo, abro aspas para falar do adjetivo que será utilizado no decorrer de todo o texto, a palavra *lojeira*. Essa denominação será utilizada por motivos “sujos de barro”, que tomarão sentido na sua compreensão a partir da leitura deste artigo. O adjetivo *lojeira* é derivada da palavra *loja*, esta denominação surgiu a partir da produção de louça de barro, fabricadas artesanalmente por algumas mulheres da comunidade estudada.

Lojeira é um adjetivo utilizado pelas próprias mulheres da comunidade, advindo do dialético regional, também do compartilhamento de conhecimentos da tradição, nascido do barro e da cultura que trazem sentidos e implicações para a teoria.

Assim, podemos considerar que a arte do fazer das *lojeiras* fornece o conhecimento de uma realidade interpretada pela tradição dessas artistas e que não possuem respaldo científico. Um conhecimento trazido em bagagens da memória, dos sentidos e da percepção ambiental.

Assim, pelas características singulares das histórias das *lojeiras*, foi analisado a percepção ambiental dessas mulheres. Segundo Brasil (2012) a temática ambiental vêm se tornando assunto comum e prioritário em todo o mundo, levando vários segmentos da sociedade a intensificar esforços voltados à conservação do meio ambiente.

O termo percepção ambiental foi desenvolvido por Guifford (1987) e, segundo o autor, é o processo de reunir e integrar informações que tem sequência na cognição ambiental, onde ocorre uma avaliação pessoal que varia conforme o observador e as características do próprio ambiente.



De acordo com a visão de muitos autores sobre a percepção ambiental, estabelecida a partir dos referenciais teóricos (Bowditch; Buon, 1992; Diegues, 2001; Marin, 2008), para compreendermos a percepção ambiental é necessário abordá-los em seu contexto social e histórico.

O estudo da percepção ambiental de uma comunidade é uma ferramenta essencial para a compreensão acerca de comportamentos vigentes e para planejamento de ações que promovam o desenvolvimento de posturas éticas e responsáveis perante o meio ambiente.

Para Tuan (1980), percepção é uma atividade, um estender-se para o mundo. A percepção, portanto, implica interpretação. Já para Ballone (2003), percepção trata-se da apreensão de uma situação objetiva baseada em sensações, acompanhada de representações e frequentemente de juízos.

Os efeitos das atividades humanas sobre o ambiente, em geral, podem originar diversos impactos, definido como uma alteração, que pode ser considerada favorável ou desfavorável, no meio ambiente, que são produzidos por uma determinada ação ou atividade do homem.

Diante deste fato, torna-se importante a utilização racional dos recursos naturais, uma vez que, são compreendidos como fontes de valor econômico essencial para a sobrevivência e desenvolvimento de todos os seres vivos.

A proposta da pesquisa que ora apresentamos, é importante para a perspectiva de conservação dos recursos naturais. Sendo assim, nesta pesquisa objetivamos identificar a percepção ambiental de mulheres lojeiras, da comunidade Chã da Pia – Areia (PB - Brasil).

2 MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa com as lojeiras teve início no 1º semestre de 2017. O contato deu-se por meio de uma inquietação em adentrar nesse universo cheio de cultura e historicidade regional, tão peculiar e que tanto causa fascínio.

As visitas foram realizadas com frequência semanal e permanência no local durante toda manhã. Todo o processo de realização da pesquisa durou 6 (seis) meses, desde as visitas para o reconhecimento territorial, até a coleta de dados. As entrevistas em profundidade foram realizadas no mês de novembro de 2017 a Abril de 2018.



A escolha desta comunidade para estudo se deu a partir de um critério geral. As entrevistadas precisavam ter em comum: a profissão (lojeira) e residir na comunidade Chã da Pia, totalizando 13 (treze) entrevistas.

A entrevistas permaneceram no anonimato, para preservar a identidade das entrevistadas. Os nomes que aqui aparecem são fictícios, utilizadas pela simbolização (En^o) em toda a discussão desta pesquisa.

A visita ao campo foi realizada para analisar como a arte de fazer a panela de barro, e a tradição estão ligados a visão sobre o meio ambiente em Chã da Pia. Esta comunidade rural é localizada em uma região de transição entre as microrregiões do Brejo e do Curimataú. A comunidade está situada na porção noroeste de Areia, estabelecendo limite com Remígio, delimitada a oeste pela rodovia estadual PB-105 e ao sul pelo Rio Araçagi ou rio da Pia.

A pesquisa se configura em um recorte etnográfico que segundo Souza (2014), compreendemos a etnografia na qualidade de um método qualitativo de pesquisa que visa à descrição e o entendimento holístico de fenômenos culturais presentes em grupos, comunidades ou instituições particulares de acordo com os próprios termos e atitudes daqueles que os vivenciam em seu cotidiano.

A pesquisa também apresenta um caráter qualitativo-descritivo, que segundo Gerhardt e Silveira (2009) a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, dentre outros. Segundo Gil (1999), as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi um roteiro de entrevistas semiestruturado, o qual construí de acordo com os princípios descritos por Nicolaci-da-Costa (2007). O roteiro está dividido em duas partes. A primeira parte é composta por pergunta bem delimitada sobre a identificação das entrevistadas, para facilitar a transcrição de falas, ao passo em que a segunda possui os itens que foram abordadas durante cada entrevista, sobre percepção ambiental destas mulheres.

Os itens do roteiro de entrevista não estão em formato de interrogação, como seria comum em um questionário, pois em cada entrevista formulei as perguntas de uma maneira diferente, utilizando-se de forma informal, deixando a pesquisa em uma boa roda de conversas.

As entrevistas foram gravadas pelo aparelho celular, transcritas e analisadas, associando os dados à pesquisa bibliográfica/documental. Após a audição do material gravado, feita a transcrição, assim como,



imprescindíveis leituras e releituras das narrativas, as questões recorrentes na fala das entrevistadas orientou para análise de conteúdo.

Para Bardin (2011), a análise de conteúdo abrange as iniciativas de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens, com a finalidade de se efetuarem deduções lógicas e justificadas a respeito da origem dessas mensagens (quem as emitiu, em que contexto e/ou quais efeitos se pretende causar por meio delas).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A percepção ambiental nos últimos 20 anos, tem recebido destaque como técnica que associa a psicologia, geografia, biologia e ecologia com a sociologia e antropologia, auxiliando na compreensão de expectativas, satisfações e insatisfações da população em relação ao ambiente em que vive e no reconhecimento de fatores que afetam o bem estar e a qualidade de vida (SOARES, 2005)

Atualmente grande parcela da sociedade mundial, já possui a noção de que uma quantidade enorme de recursos naturais é necessária para manter o estilo de vida e que só pode ser oferecido a partir do comprometimento da qualidade ambiental do planeta (MEC, 2000).

Seguindo esse pensamento, conciliar a produção de bens com a preservação ambiental é uma atitude fundamental a ser tomada em benefício das gerações futuras, que terão que pagar um alto preço para saldar a dívida ambiental e conseguir uma qualidade de vida aceitável (MEC, 2000).

De acordo com Hoeffel e Fadini (2007), as percepções de diferentes autores são construídas a partir de suas experiências, e são moldadas com referência nos contextos histórico e cultural. Por essa razão, membros de uma mesma cultura podem expressar diferentes percepções sobre um mesmo objeto.

Esses autores ainda acrescentam que, no mundo das percepções, não deve haver certo ou errado, apenas uma ponte entre diferenças na expectativa de contribuir para a solução das questões ambientais.

E isso é fato, as experiências e a cultura podem influenciar em diferentes percepções sobre o ambiente, como pode ser notado nas narrativas de algumas loizeiras, quando indago “Como você percebe o ambiente?”:

E1: É onde vivemos (...) Tem umas árvores para ficarmos embaixo! Tem de tudo.



E2: É bom! tem comida, água.

E13: É bom! ele nos traz alimento, vida.

Ao nos depararmos com essas respostas podemos pensar que as percepções apresentadas nesta narrativas podem se enquadrar em uma visão naturalista e antropocêntrica de meio ambiente. Mas a natureza é uma unidade complexa e dinâmica, não podendo ser separada do ser humano. Visto nas narrativas dessas mulheres, que o ambiente é “apenas” a natureza, se excluindo totalmente do contexto.

Segundo Reigota (2007), a visão naturalista é aquela com predominância de elementos naturais, tais como os elementos bióticos e abióticos. Latour (1994) diz que para explicar o mundo sempre recrutamos alguma coisa. É esses recrutamentos sempre são híbridos de natureza-cultura.

Para Carvalho (2004) a concepção naturalista do meio ambiente é visto como a “natureza intocada”, que compreende a flora e a fauna convivendo em equilíbrio e harmonia, foi abandonada em detrimento de uma visão socioambiental.

Porém, a percepção é um termo derivado do latim “*perceptione*”, é definido na em alguns dos dicionários da língua portuguesa (Dicionário online de português, dicionário Informal) como: ato, capacidade ou efeito de perceber alguma coisa. De acordo com Marin (2008) essa percepção do algo, dar-se a partir dos nossos sentidos: visão, tato, olfato, paladar, audição.

O ato de perceber algo/alguma coisa dar-se muitas vezes pela nossa visão. A visão, por sua vez, tem o papel importante em trazer para nossos olhos, informações do que existe ao nosso redor e transmite essa informação até o nosso cérebro. O que torna responsável pela criação de uma imagem a partir das informações retiradas do meio, construído a partir disto, uma percepção (HOFFMAN, 2001).

E de acordo com Okamoto (1996), é a partir dessa percepção sobre o ambiente, que o comportamento do homem é revelado, quando destaca:

[...] Sensacionam-se os estímulos do meio ambiente sem se ter consciência disto. Pela mente, seletiva, diante do bombardeio de estímulos, são selecionados os aspectos de interesse ou que tenham chamado a atenção, e só aí que ocorre a percepção (imagem) e a consciência (pensamento, sentimento), resultando em uma resposta que conduz a um comportamento (OKAMOTO, 1996, p. 200).

A percepção do ambiente é compreendida e está carregada de afetos que traduzem juízos acerca dele. Estão juntos o cognitivo e o emocional, o interpretativo e o avaliativo. A partir da compreensão da



percepção ambiental formamos ideias sobre o meio ambiente e intenções modificadoras. (KUHNEN, 2009).

A percepção ambiental tem articulação também com a preservação do ambiente dentro das tradições de muitas comunidades. É nessa conjuntura que a observação, facilitada conjuntamente pelo diagnóstico inicial da percepção da comunidade, se caracteriza como uma importante ferramenta de tomada de consciência do todo acerca da problemática ambiental.

Portanto, existe uma necessidade de incorporar a cultura na explicação das relações do homem com o ambiente. Há uma necessidade em compreender de como a cultura influencia as visões de mundo, normas, sentimentos e comportamentos das pessoas.

Segundo Melazo (2005) o ambiente é percebido de acordo com os valores e as experiências individuais dos homens onde são atribuídos valores e significados em um determinado grau de importância em suas vidas. E isso fica claro em algumas narrativas das loizeiras sobre “o que é ambiente?”:

E1: Não sei explicar ((risos)), eu sou tão “matuta” que não sei o que é.

E4: É bom! O lugar onde moramos. Tudo que vem da natureza.

E12: Ambiente é a natureza ao nosso redor.

Para as loizeiras o ambiente como natureza é aquele percebido de forma original e “puro”, do qual os seres humanos estão dissociados e no qual devem aprender a relacionar-se. As palavras chave e imagens que vêm à mente são “meio natural”, “árvores”, “plantas”, “animais”, “cachoeiras”, etc.

As loizeiras não possuem um esclarecimento e consciência maior do que aqueles oriundos que possui um entendimento melhor sobre o que de fato é ambiente. Por ambiente entende-se como o:

“... Conjunto de condições que envolvem e sustentam os seres vivos na biosfera, como um todo ou em parte desta, abrangendo elementos do clima, solo, água e de organismos”, e por meio ambiente a “soma total das condições externas circundantes no interior das quais um organismo, uma condição, uma comunidade ou um objeto existe. O meio ambiente não é um termo exclusivo; os organismos podem ser parte do ambiente de outro organismo” (ART, 2001).

De acordo com Oliveira (2002), o meio ambiente, seja ele qual for, é definido conforme a percepção que cada sujeito faz da realidade que o cerca. Então, se há uma diversidade de conceitos de meio ambiente – partindo-se da ideia de que este é construído culturalmente por diferentes “visões” no plano cultural e histórico – da mesma forma, também há uma multiplicidade de conceitos de Percepção Ambiental.



Podemos perceber que o conceito formado pelas loizeiras não é o mesmo formado pela academia, e que para elas o ambiente não tem apenas um sentido estático, por ser constituído por relações dinâmicas entre seus elementos componentes, tanto vivos como não vivos. E é notório que existe um vasto conhecimento relacionado ao conjunto de espécies compreendendo o meio ambiente particular de cada uma delas e que “somadas” ao meio ambiente humano comporiam o denominado ambiente.

É evidente o saber acumulado das populações tradicionais sobre a natureza dos ciclos naturais, da fauna, da influência da lua nas atividades de corte da madeira, da pesca, sobre os sistemas de manejo dos recursos naturais. (DIEGUES, 2001).

Então, podemos concluir que a percepção ambiental ocorre a partir do conhecimento e do entendimento de cada indivíduo em relação ao meio em que ele está inserido, sob influências sociais e culturais. As inter-relações homem/natureza necessitam dialogar, formar um processo comunicacional para a educação.

É a partir destes conceitos sobre a percepção ambiental, que o homem pode ou não estabelecer conexões e parcerias em prol da conservação. E isto se torna relevante, para que exista uma compreensão da comunidade do seu entorno acerca da problemática ambiental, com vistas à sua participação nas atividades que visem à conservação dos seus recursos naturais.

Conservação ambiental significa preservar todos os componentes do ambiente em boas condições, ou seja, ecossistemas, comunidades e espécies. Um meio ambiente equilibrado oferece uma grande variedade de serviços ambientais que podem ser consumidos, direta ou indiretamente, pela população humana (PRIMACK; RODRIGUES, 2001).

Portanto, para que todas as espécies, inclusive a espécie humana, sobreviva, o bom funcionamento do meio ambiente associada com as relações humanas é essencial.

A comunidade Chã da Pia, que é conhecida pelo histórico de uma região ocupada por atividades econômicas que utilizam os recursos naturais, para fazer as loiças de barro e junto com ela, as atividades da agricultura, a conservação deve ser uma prática utilizada de forma controlada assegurando não só a obtenção de recursos, mas principalmente a conservação destes ambientes.

Isso pode se concretizar por meio de formas de produção que satisfaçam às necessidades do ser humano, sem destruir os recursos que serão necessários às futuras gerações.



Segundo Gómez-Pompa e Kaus (2000) a conservação talvez não esteja presente no vocabulário dessas pessoas, mas é parte de seu modo de vida e de suas percepções do relacionamento humano com o mundo da natureza.

E esse modo de vida, podemos identificar nas narrativas das loizeiras, quando interrogo “o que você entende por conservação ambiental?”.

E10: É saber organizar o que é seu (...) Cuidar do ambiente.

E11: Eu não sei nem dizer! renovar o material, é ter cuidado das minhas águas.

E12: Sei lá! sei nem dizer o que é! É deixar tudo limpinho, não desperdiçar a água.

E13: Não sei o que é isso!! É não matar as plantas??

Nesta compreensão das loizeiras o conceito de conservação de fato não está presente no vocabulário local, mas existem aspectos positivos, quando narram do “cuidar” da natureza em poucas palavras.

Alguns dos pontos positivos, são as narrativas dos cuidados com as plantas e o desperdício da água, porém existe um ponto negativo, que se torna preocupante que é a incineração de resíduos a céu aberto.

Para as loizeiras a queima de resíduos não é um problema e sim uma “solução”, e que traz uma visão de “cuidado”, pois é um modo de “se livrar” de acúmulo de lixo presente nas casas e na comunidade.

Este fato acontece, porque não ocorre a coleta do lixo pelo serviço de limpeza municipal. E para as loizeiras a incineração incorreta do lixo não promove a elas e aos demais moradores da comunidade, problemas ambientais e para a saúde.

Sabemos que a incineração envolve milhares de interações físicas e reações químicas. Além do dióxido de carbono e do vapor de água, outros gases são produzidos, incluindo diversas substâncias tóxicas, como metais pesados e outras, trazendo algumas reações cancerígenas.

Neste sentido, a implantação gradativa de programas de coleta seletiva na comunidade Chão da Pia, por meio da formalização de parcerias público-privadas seria de suma importância para a sustentabilidade, conservação e preservação ambiental, trazendo ganhos significativos em termos ambientais, sociais e econômicos.

Concluimos a partir da compreensão que apesar dos inúmeros avanços tecnológicos a sociedade ainda não conseguiu ficar independente dos recursos naturais. Desde os primórdios, a natureza era vista



como fonte de alimento, e a relação do homem com a natureza era de suma importância para a sua sobrevivência.

As mulheres adquiriram historicamente um vasto saber sobre os recursos naturais que manejam. Desempenham importante papel como administradoras da conservação da biodiversidade e “domesticação” de plantas. E essa conservação para com o meio ambiente é gerado a partir da percepção ambiental de cada indivíduo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ser humano percebe o meio ambiente de acordo com as suas necessidades e com a utilização que faz dele. E esta pesquisa permitiu demonstrar que as artesãs possuem um conhecimento empírico sobre o local em que vivem, frente as múltiplas faces do conhecimento ambiental, considerando a importância dela para a compreensão da conservação ambiental.

As visões de mundo, do ambiente físico, natural e construído socialmente se diferem de acordo com cada cultura, com as experiências perceptivas, com os conceitos e valores incutidos, o que traz como consequências as atitudes que tomamos perante a realidade que nos cerca.

A partir do objetivo com a análise dos resultados verifica-se que o meio ambiente ainda é visto como um espaço global com exclusão do homem, quando na verdade ele inclui dimensões naturais, sociais e culturais deste, o que não se verifica nas repostas das pesquisadas.

Considera-se que as pessoas se relacionam com o meio ambiente em função de suas crenças e valores e que o comportamento vão de acordo com essas funções.

E diante destas influencias culturais, crenças e percepção ambiental, é construído a visão sobre a conservação ambiental, de cada indivíduo.

5 REFERENCIAS

ART, H. W. **Dicionário de ecologia e ciências ambientais**. São Paulo: UNESP/Melhoramentos, 2001. ISBN: 9788506026106.



BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa Brasil**, Brasília, DF, 19 de dez. 2000. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>>. Acesso em: 29 Mai 2018.

BALLONE, G. J. **Percepção**. In: Psiqweb. 2003. Disponível em: <http://www.psiqweb.med.br/site/?area=NO/LerNoticia&idNoticia=206>. Acesso em 14 mar 2018.

BOWDITCH, J. L.; BUONO, A. F.; **Elementos de comportamento organizacional**. São Paulo: Pioneira, 1992.

CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, ISBN-13: 9788524910685, 2004.

DIEGUES, A. C. S. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3ª ed, São Paulo: HUCITEC, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000. Bibliografia: p. 161. ISBN 85-271-0345-1. 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GÓMEZ – POMPA, A.; KAUS, A. **Domesticando o mito da natureza selvagem**. In: DIEGUES, A. C. (org.). Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza. NUPAUB- USP, São Paulo: HUCITEC, 2000.

HOEFFEL, J. L. de M.; FADINI, A. A. B.; CASTRO, A. N. de M. **Percepção ambiental e planejamento participativo: um estudo na Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Lopo, Vagem – SP**. Climatologia e Estudos da Paisagem, Rio claro, v. 5, n. 1, p. 39-64, 2010.

HOFFMAN, D. D., **Inteligência Visual: Como Criamos o Que Vemos**. Campus; Edição: 1, 2001. ISBN-10: 8535207120



KUHNEN, A. **Meio Ambiente e vulnerabilidade: A percepção ambiental de risco e o comportamento humano**. Londrina, v. 18, n. 2, 2009.

MARIN, A. A. **Pesquisa em educação ambiental e percepção Ambiental**. USP, v. 3, n. 1, 2008. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/pea/article/view/30047>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

Ministério da Educação. Educação Profissional. **Referenciais Curriculares de Educação Profissional: Meio Ambiente, 2000**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/index.php?option=com_content&task=view&id=74&Itemid=198>. Acesso em 29 mar 2018.

MELAZO, G. C. **A percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano**. Olhares & Trilhas. Uberlândia, Ano VI, n. 6, p. 45-51, 2005.

NICOLACI-DA-COSTA, A. M. **O campo da pesquisa qualitativa e o Método de Explicitação do Discurso Subjacente (MEDS)**. *Psicol. Reflex. Crit.* [Online]. 2007, vol.20, n.1, pp.65-73. ISSN 0102-7972.

OKAMOTO, J. **Percepção ambiental e comportamento**. São Paulo: Plêiade, 1996.

OLIVEIRA, L. de. **Ainda sobre percepção, cognição e representação em geografia**. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salette (org.). *Elementos de epistemologia da Geografia Contemporânea*. Curitiba: Editora UFPR, 2002, p.189-196.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da conservação**. Londrina: E. Rodrigues, 2001. 328p, 2001.

REIGOTA, M. **Meio Ambiente e representação social**. São Paulo: Cortez, 2007.



Mnemosine Revista

Volume 9, nº. 2, Jul / Dez 2018 ISSN - 2237-3217

SOARES, S. M. V. **A percepção ambiental da população noronhense em relação à área de preservação ambiental.** Recife, 2005. 96 f. Monografia – Pós Graduação em Gestão e Política Ambiental/UFRPE.

SOUZA, M. R. de. **Uma questão de método: origens, limites e possibilidades da etnografia para a psicologia social.** Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém - PA, Brasil, 2014, volume 25, número 3, 307-316.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980.



A NATUREZA NA FICÇÃO-HISTÓRICA: AS REPRESENTAÇÕES DO RIO AMAZONAS FILME *AGUIRRE, A CÓLERA DOS DEUSES (1972)*

Nature In Fiction-History: The Representations Of The Amazon River Filme Aguirre, The Choler Of The Gods (1972)

Éverton Alves Aragão

Mestrando em História pela Universidade Federal de Campina Grande.

E-mail everton01588@gmail.com.

Celso Gestermeier do Nascimento

Professor adjunto nível IV da Universidade Federal de Campina Grande.

E-mail - celsogn@uol.com.br.

RESUMO

Este artigo parte especificamente de um diálogo entre a História Ambiental e a História das Américas. Nela, procuramos refletir como os fatores do ambiente (sobretudo os fenômenos hídricos) influenciaram diretamente e indiretamente a jornada apresentada no filme *Aguirre, a cólera dos deuses (1972)*, com o intuito de pensar um pouco sobre as dificuldades que os europeus enfrentaram nos primeiros contatos com a densa floresta amazônica e os rios da região, no século XVI. Como apresentado, a fonte a ser analisada será a obra cinematográfica de Werner Herzog: *Aguirre, a cólera dos deuses (1972)*. Diante disso, é substancial suscitar alguns momentos do filme que são de interesse para esse estudo. No invólucro dessa discussão será analisado um caso bastante inquietante: a representação dos povos indígenas. Pois, em nenhum outro lugar do mundo há um rio mais misterioso quanto o Amazonas.

Palavras-chave

Filme, História Ambiental, Rio Amazonas, Conquistadores.

ABSTRACT

Este artigo parte especificamente de um diálogo entre a História Ambiental e a História das Américas. Nela, procuramos refletir como os fatores do ambiente (sobretudo os fenômenos hídricos) influenciaram diretamente e indiretamente a jornada apresentada no filme *Aguirre, a cólera dos deuses (1972)*, com o intuito de pensar um pouco sobre as dificuldades que os europeus enfrentaram nos primeiros contatos com a densa floresta amazônica e os rios da região, no século XVI. Como apresentado, a fonte a ser analisada será a obra cinematográfica de Werner Herzog: *Aguirre, a cólera dos deuses (1972)*. Diante disso, é substancial suscitar alguns momentos do filme que são de interesse para esse estudo. No invólucro dessa discussão será analisado um caso bastante inquietante: a representação dos povos indígenas. Pois, em nenhum outro lugar do mundo há um rio mais misterioso quanto o Amazonas.



Keywords

Filme, História Ambiental, Rio Amazonas, Conquistadores.

INTRODUÇÃO

É inútil sonhar com uma rusticidade
Distante de nós. Isso não existe.
O que inspira tal sonho é o charco que há em nosso cérebro e em nossas entranhas, o vigor primitivo da Natureza existente em nós [...] (Simon Schama apud Henry David Thoreau, 1996, p. 7).

Nós, seres humanos, nunca nos distanciamos da natureza ao longo da história. Nunca nos separamos dela de forma propriamente dita (fisicamente). Mas, no Ocidente, ao longo do tempo, a concepção de natureza foi resignificada com base nas experiências dos homens e das mulheres, das mais variadas sociedades. Nessas sociedades, as relações com o meio ambiente, para muitos, se mostraram como misteriosa – detentora de vários enigmas que dificilmente seriam respondidos pela humanidade. Ou seja, para nós, a natureza, por diversas vezes, esteve distante culturalmente – a exemplo do período da Idade Média.

Durante a Idade Média, podemos observar que a natureza esteve fortemente apoiada no imaginário e na ideologia bíblica. Para as sociedades dessa época, essa natureza estava como que livre das influências antrópicas – entretanto, não estavam. O Ocidente, por essa época, caracterizava-se por sua dependência excepcionalmente alta dos recursos naturais, fosse para o trabalho, o alimento, o vestuário ou o transporte (THOMAS, 1988, p. 31). Por conseguinte,

os descobrimentos da América e da passagem para as Índias pelo cabo da Boa Esperança são os dois maiores e mais importantes eventos registrados na história da humanidade. (Adam Smith, *Wealth of nations* (1776) apud CROSBY, 2011, p. 10).

Nesse sentido, o passo inicial da Modernidade, anunciado pela expansão marítima europeia, significou também uma mudança nas concepções de natureza que acompanhavam homens e mulheres desde o período medieval na Europa. Sendo assim, a partir do contato com um novo mundo, da constatação da existência de plantas, animais e homens, antes desconhecidos, de uma sociedade não-cristã, de uma convivência de ateus, de uma inocência primitiva que ignora o pecado, originou-se um novo



empirismo ligado ao conceito de uma “natureza” não mais homogênea e uniforme, mas variada conforme as regiões da terra (ROSSI, 1989, p. 65).

É justamente partindo dessa premissa: *natureza*, que abriremos através do leito do Rio Amazonas uma nova possibilidade de estudo histórico – uma história ambiental, representada no cinema. Os esforços e conteúdos encontrados nesse estudo partem especificamente de inquietações históricas surgidas ao longo da Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, e de uma revisão mais ampla feita a partir do Mestrado em História pela mesma instituição. Através desse processo, pude observar uma nova abordagem sistêmica entre o rio e o homem, presente no filme *Aguirre, a cólera dos deuses* (1972). Por meio de suas palavras, foi de grande valor frutificar essa pesquisa. Além de um trabalho em conjunto entre os autores, que busca contribuir as recentes pesquisas no campo da História Ambiental.

Dito isso, objetivamos que essa produção será feita a partir da análise do filme intitulado por *Aguirre, a cólera dos deuses* (1972), dirigido pelo alemão Werner Herzog. Cabe ressaltar que o conteúdo desse filme não está comprometido diretamente com uma “verdade histórica”, mas, de certa medida, dialoga com a bibliografia dos antigos viajantes e indica como o próprio filme legitima ou desconsidera a perspectiva historiográfica sobre o tema. De acordo com Reis (2013, p. 1905 apud FREIRE, 2006, p. 708): “Dessa forma, inicialmente, é de fundamental importância, então, que o pesquisador de cinema saiba tratar o produto cinematográfico não somente como um veículo de representação da verdade, mas como um documento histórico”.

Logo, antes de embrenharmos-nos na análise da obra selecionada, é relevante traçar, ainda que resumidamente, como a historiografia se apropriou dos objetos audiovisuais. E também como este cenário recortado nos pode servir para futuras prospecções históricas.

***Aguirre, a cólera dos deuses* (1972): um objeto/fonte de estudo histórico**

Falar sobre as relações entre cinema e história, em um sentido amplo e estrutural, já não se trata de uma novidade. Pois, tendo em vista a atual consolidação epistemológica que esse campo possui, vários autores introduziram os historiadores e lançaram novos olhares sistêmicos de acordo com essa perspectiva – parte dessa justificativa está no fato da história ser uma temática recorrente no cinema ao longo de toda a sua existência. (FONSECA, 2008, p. 12).



Segundo Morenttin, a partir dos anos 70 do século XX o cinema foi elevado à categoria de “novo objeto”, sendo assim, foi definitivamente incorporado ao fazer histórico dentro dos domínios da chamada História Nova. Um dos grandes responsáveis por essa incorporação foi o historiador francês Marc Ferro (MORENTTIN, 2003, p. 12).

Ao ver de Ferro, “a leitura cinematográfica da história coloca para o historiador o problema de sua própria leitura do passado” (apud REIS, 2017, p. 35). Dessa forma, podemos destacar o valor que Marc Ferro atribui às leituras as quais os historiadores/historiadoras podem fazer através de fontes cinematográficas.

Entretanto, agora, nos aproximaremos mais da concepção de Marcos Napolitano (*A escrita fílmica da história e a monumentalização do passado: uma análise comparada de Amistad e Dantot*, 2011). Para Napolitano, o cinema é “um campo de possibilidades sem limite para a operação de monumentalização do passado (...), ou, seu contrário, a desconstrução de monumentos historiográficos (...)” (NAPOLITANO apud REIS, 2017, p. 34). Ou seja, para Marcos Napolitano,

analisar a relação entre cinema e história é tentar entender o sentido que esses monumentos e ruínas adquirem nas telas, como parte da batalha pela representação do passado. Trata-se de refletir acerca da capacidade de reflexão histórica proposta pelo cinema, a partir de sua linguagem própria, sem cobrar dos filmes uma encenação fidedigna dos eventos ocorridos. (NAPOLITANO apud REIS, 2017, p. 34).

Nesse sentido, podemos apontar que a obra de Werner Herzog monumentaliza e desmonumentaliza sujeitos e episódios da história regional.⁹ Tendo em vista que, uma rebelião em pleno rio Amazonas, quase esquecida pela historiografia da Amazônia, é monumentalizada, ou seja, elevada à categoria de evento histórico “importante” pelo filme *Aguirre, a cólera dos deuses* (1972), mas ao mesmo tempo seu herói é desmonumentalizado pela construção de um personagem diabólico interpretado por Klaus Kinski, isto é, a figura do herói colonial é desconstruída (REIS, 2017, p. 34).

Nessa mesma perspectiva, o pesquisador em cinema Elduque aponta que as ruínas, no filme de Herzog, *Aguirre, a cólera dos Deuses*, se erigem como uma confrontação entre o homem e a natureza onde

⁹ Compreende-se: a bacia amazônica.



ele é submetido ao poder do tempo e reconhece a fragilidade da sua existência (MARÍ BUTÍ e MANSANET, 2005:18-19 apud ELDUQUE, 2011, p. 2-3).

Para Elduque, a procura por Eldorado e o egocentrismo do personagem central equivalem a torres humanas condenadas à queda. Ou, a natureza convulsa e destrutiva que desgasta este projeto: as perturbações do rio, as doenças e, inclusive, as flechas de origem desconhecida, que parecem ter sido lançadas pela própria selva, e até mesmo a balsa onde os personagens viajam, são progressivamente assediados pela natureza (Rafael Argullol, 1999 apud ELDUQUE, 2011, p. 3).

Para finalizar o arco dessa discussão, é interessante pontuar que, a produção do alemão Herzog, feita no ano de 1972, se utiliza de documentos históricos para a sua construção e, de fato, encontramos esses resquícios no decorrer do filme¹⁰. Portanto, ao Herzog utilizar dos personagens históricos, traz também em sua obra aspectos da sua visão particular sobre o processo de colonização (CAETANO, 2015, p. 4), tendo em vista que as fontes que Werner Herzog utilizou para a sua trama são intimamente relacionadas ao mito do Eldorado. A própria narrativa sugere que o objetivo da expedição é o encontro com esse local mítico, coberto por ouro.

Todavia, este escrito não tem a pretensão de levantar respostas para a origem desse mito ou, no geral, explanar sobre a veracidade de um mito. Mas, pretende de forma clara e concisa analisar o cenário o qual o mito foi significado, nessa produção cinematográfica. Pois, a “ideia de uma natureza inimiga do homem e que não há harmonia na relação homem-natureza é um dos elementos usados por Werner Herzog”, e, para nós, um dos mais fundamentais para compreensão da sociedade (REIS, 2017, 39).

Esse estudo, portanto, pretende trazer a luz em algumas reflexões sobre a importância da história da América e, mais especificamente, da exploração europeia pela bacia amazônica, assim como apresentar a interdisciplinaridade entre História Ambiental e Cinema como essencial para a realização dos estudos históricos, considerando a relação desta com as demais disciplinas.

Dentre outras reflexões que a própria interdisciplinaridade pode mostrar, tendo em vista que é um dos campos do saber desse novo momento da História. Le Goff traduz o surgimento das ciências compostas como a:

Que unem duas ciências num substantivo e num epíteto: história sociológica, demografia histórica, antropologia histórica; ou criam neologismos híbridos: psicolinguística, etno-história, etc. Essa

¹⁰ AGUIRRE, 1972, 1 min., 10 segs.



interdisciplinaridade chegou a dar nascimento a ciências que transgridem as fronteiras das ciências humanas e ciências da natureza ou biológicas: a matemática social, psicofisiologia, etnopsiquiatria e a sociobiologia (LE GOFF, 1992, p. 36).

Desde então, a partir do final da década de 1960, o território do historiador estendeu-se a tudo o que é perceptível pelo observador social, sem exceção. Ampliou a História para além de suas antigas margens, e, ao mesmo tempo, retorna a seu antigo domínio, que se imaginava bem explorado. O historiador relê hoje os documentos utilizados por seus predecessores, mas com um novo olhar e outro gabarito, como, por exemplo, passa a se interessar pela história do trabalhador, da família, das mulheres, das crianças, da educação, do sexo, da morte, entre outros, isto é, são zonas que se acham nas fronteiras do biológico e do mental, da natureza e da cultura. É nesse contexto que pretendemos explorar relações não exploradas pela maioria dos historiadores: as representações da natureza nas produções de ficção-histórica.

Um cenário para novas abordagens históricas: a História Ambiental e o Cinema

O historiador Keith Thomas, no livro *O homem e o mundo natural*, diz que, hoje em dia, não se pode abrir um jornal sem se deparar com alguma discussão exaltada sobre o abate de animais, o desmatamento de reservas florestais, ou a salvação de animais selvagens ameaçados de extinção. (THOMAS, 1988, p.18). Foi justamente nesse contexto que surgiu na segunda metade do século XX o pensamento ambientalista. E, ouvindo os “clamores das ruas” – grupos de pesquisadores, ativistas, sociólogos, biólogos, jovens, etc. – os historiadores e historiadoras lançaram-se frente aos desafios ecológicos.

Diante disso, o meio ambiente tornou-se uma dimensão relevante para o pensamento histórico, assim como foram as de gênero e classe em décadas passadas (WINIWARTER, 2010, p 1). Segundo Martinez (2005, p. 27), além de a questão ambiental ser historicamente nova, as mudanças sociais e as medidas governamentais lançaram os historiadores frente a um problema epistemológico que, se não lhes é totalmente novo, requer novo empenho analítico: a História Ambiental.

Sabendo disso, como então estudar o cenário representado no filme *Aguirre, a cólera dos deuses* (1972)? Ou mais, como buscar possibilidades de críticas ambientais, a partir de uma obra cinematográfica? É cabível compreender ações antrópicas a partir de um filme? E os agentes históricos, como são



representadas suas relações com a natureza nos meios audiovisuais? Afinal, é possível pensar numa relação entre História Ambiental com o Cinema?

Anteriormente foi destacado que, para Ferro, “a leitura cinematográfica da história coloca para o historiador o problema de sua própria leitura do passado” (apud REIS, 2017, p. 35). Dessa forma, poderíamos destacar ou atribuir a essas leituras – as quais os historiadores/historiadoras podem fazer através de fontes cinematográficas – a análise do meio ambiente, da natureza, da paisagem etc., de uma determinada sociedade (?) – supomos que sim.

Pois, uma das pretensões da História Ambiental, assim como da História Cultural, diz respeito à percepção e aos valores de uma sociedade. Digo, os historiadores ambientais têm feito alguns trabalhos no nível de análise cultural, “estudando as percepções e os valores com que as pessoas refletem sobre o mundo não-humano. Ou seja, eles têm investigado o pensamento sobre a natureza” (WOSTER, 1991, 13).

Nesse sentido, a hermenêutica das narrativas sobre a relação sociedade-natureza se faz presente nos estudos da história ambiental. Logo, a “história das ideias de natureza” é parte inegável da história ambiental e desse estudo fílmico. Porém,

devemos presumir que toda cultura contém um leque de percepções e valores variados, e que jamais houve uma cultura que realmente quisesse viverem harmonia total com o seu ambiente (WOSTER, 1991, 14).

Reconhecedor, ou não, desse leque, Herzog:

sempre representa a civilização como uma sociedade ridícula, de marionetes e, consciente desta crise, tanto o diretor quanto os seus filmes dirigem-se à natureza, filmando as paisagens; não é casual que as imagens mais lembradas do seu cinema sejam essas onde a natureza ocupa o primeiro plano (ELDUQUE, 2011, p. 7).

Desse modo, a dialética entre natureza e cultura própria às ruínas, bem como a concepção de tempo específica por ela comportada, também é útil para compreender as características formais do cinema, e de Herzog. (ELDUQUE, 2011, p. 7).

Portanto, os papéis dos instrumentos audiovisuais podem acrescer a esse estudo de percepções e de valores na História Ambiental, pois, mesmo com todas as deficiências que o cinema mostra como fonte histórica, não há nada capaz de superá-lo como guia para a representação dos sentimentos e das ideias de



uma sociedade – principalmente quando se trata da representação das relações com a natureza no século XVI, na obra de Werner Herzog.

O cenário e suas representações

Rio Amazonas, a cólera dos viajantes

O inimigo “rio” parece mesmo ter sido uma preocupação de Herzog em sua obra. Em *Aguirre: A Cólera dos Deuses*, a ira é também da natureza contra os homens que ousam conquistá-la, e o rio é um de seus deuses, que lançam sua cólera. (REIS, 2017, p. 39-40).

A epígrafe acima é a grande metáfora do filme objeto desse artigo, isto é, a impossibilidade de se tentar domar a Amazônia, conforme salientou Reis (2017, p. 39). Porém, como já visto, suas turvas águas reservam muitos caminhos através da lente de Werner Herzog.

Diante disso, pretendemos ir agora à narrativa do filme. Ao suscitar algumas passagens que são de interesse para essa conversa, procuramos analisar como os fatores do ambiente influenciaram diretamente e indiretamente a jornada exposta no filme. Com o intuito de pensar um pouco sobre as dificuldades que os personagens históricos – representados no filme – enfrentaram nos primeiros contatos com a densa floresta amazônica e os rios da região, no século XVI, no início dos desbravamentos europeu na região.

Debruçando-nos no filme, é interessante notar que a primeira voz apresentada para o telespectador é a do narrador – a do Frei Carvajal –, ele diz: “No dia de Natal do ano de 1560 alcançamos o último desfiladeiro dos Andes e, pela primeira vez, avistamos a lendária selva” (AGUIRRE, 1972, 1 min., 10 segs.). Nesse momento, podemos observar que, a floresta era algo desconhecido e distante, algo que se aproximava do inalcançável, que, entretanto, eles haviam alcançado.

Nas primeiras imagens, Herzog se utiliza de uma poderosa técnica de linguagem cinematográfica, um *take* longo e sem cortes, apresentando os conquistadores espanhóis em árdua marcha pelas estepes (como um formigueiro), em que atesta a pequenez do homem frente à natureza exuberante dos Andes amazônicos (REIS, 2017, p. 42).

Todavia, a floresta era apenas o começo da jornada e dos perigos que essa caminhada em direção do Eldorado os reservava. Adiante, outra cena a ser pontuada é a primeira fala – agora de um personagem e não do narrador –, do Don Lope de Aguirre. Ao olhar a turbulência do rio, Aguirre fala: “é impossível



Mnemosine Revista

Volume 9, nº. 2, Jul / Dez 2018 ISSN - 2237-3217

descer o rio” (AGUIRRE, 1972, 5 min., 18 segs.). O líder da expedição, Pizarro, contradiz: “pois eu lhe digo que é possível, daqui será mais fácil” (AGUIRRE, 1972, 5 min., 26 segs.). Aguirre, com um tom de deboche conclui: “vamos todos afundar” (AGUIRRE, 1972, 5 min., 31 segs.). Podemos notar nesse diálogo inicial, como o rio reserva um pensamento de desastres – para Aguirre –, ora como ele pode ser visto como um mero obstáculo a ser superado – para Pizarro. É nesse contexto em que o rio começa a fazer parte do árduo cenário da trama.

Para Minta, à percepção a respeito do rio de Werner Herzog se junta a de Lope de Aguirre histórico, quando em sua carta ao rei Felipe II da Espanha, recomendado: “Jamais permitais que uma outro frota seja levada àquele rio malévol”, acrescentando, “mesmo que mandeis cem mil homens para lá, nenhum escapará, pois não há nada no rio a não ser desespero”. (MINTA, 1997, p. 77).

Em sequência, é notável outro aspecto: os acampamentos. Os desbravadores sempre buscam se acamparem as margens do rio. Podemos identificar isso quando Frei Carvajal diz: “no último dia do ano, estávamos exaustos. Acampamos perto da margem do rio” (AGUIRRE, 1972, 9 min., 23 segs.). E, em outro relato feito dias depois, pronuncia: “seis de janeiro atracamos nas margens do rio e acampamos” (AGUIRRE, 1972, 16 min., 58 segs.).

Utilizando-nos, ainda, das anotações de Carvajal – apresentadas na obra. Averiguamos sua preocupação em enfrentar as correntezas do rio. Em alguns momentos, Carvajal, solicita intercessão divina para que: Deus os ajude a atravessar o turbulento rio (AGUIRRE, 1972, 13 min., 20 segs.). Porém, mesmo com toda a preocupação do Frei, e seus pedidos, a correnteza é muito forte (AGUIRRE, 1972, 6 min., 32 segs.).

Nessa lógica, não há controle algum da natureza e suas mudanças: “8 de janeiro. Durante a noite, o rio subiu 5 metros. Quando nossa sorte mudaria?” (AGUIRRE, 1972, 25 min., 25 segs.). Para outro personagem, Ursua, resta apenas tentar se livrar de sua cólera, enfrentando outra: a floresta. “Nós temos que ir caminhando, pois, a correnteza do rio é muito forte” (AGUIRRE, 1972, 28 min., 25 segs.).

Ainda que o Rio fosse caudaloso, de certa forma, os homens sabiam lidar com ele – os homens não eram apenas influenciados por suas correntezas. No filme podemos enxergar alguns artifícios que exemplificam isso. Por exemplo, para poderem navegar melhor e até mesmo se manterem seguros, eles procuravam navegar no meio do rio. Vide a passagem em que alguns homens esbravejam: “temos que ficar no meio do rio, a correnteza está forte” (AGUIRRE, 1972, 15 min., 16 segs.). Ou quando estavam prestes



a sofrer um ataque dos indígenas: “Mantenha a balsa no meio do rio pode ser uma armadilha” (AGUIRRE, 1972, 56 min., 45 segs.).

Dentre tanto aspecto há a outro fundamental. É interessante notar uma cena a qual dois homens conversam, logo após a traição de Aguirre. Um deles pergunta: “- E se houver cachoeira rio abaixo?” O segundo responde: “- Não importa, se nos levar até Eldorado” (AGUIRRE, 1972, 30 min., 33 segs.). Diante disso, podemos perceber que é substancialmente presente no diálogo algo fantástico, um mito. Ou seja, a alucinação pela cidade de Eldorado – pelo ouro –, e, ainda que para chegar nesse local deva se enfrentar um Rio bravo muitos estão convictos em encarar as formas da água.

A construção do outro: os indígenas como cenário

Dentre os traços da obra, podemos inferir em mais um evidente aspecto da narrativa de Werner Herzog: a figura indígena. Em *Aguirre, a cólera dos deuses* (1972), os indígenas fazem parte da paisagem assim como o rio Amazonas. Sendo assim, os dois (rio e nativo) são apenas um obstáculo a ser superado.

Além de condicionar os índios a um papel secundário na história da “descoberta” da América, em *Aguirre*, existem dois “tipos” de indígenas: os escravos peruanos que seguem na comitiva de Pizarro e os índios inimigos que se escondem na mata, canibais e que atacam silenciosamente (REIS, 2018). **1)** os peruanos são sempre figuras silenciosas que não reagem às investidas dos espanhóis: no momento em que são maltratados por Aguirre, o monge diz que são inúteis e que morrem com qualquer gripe; **2)** enquanto os nativos hostis, com suas peles escuras e sua pouca roupa, estão escondidos no meio das folhagens.

O trecho mais simbólico do filme talvez seja o momento em que dois representantes desse último grupo se encontram com a comitiva de Aguirre (Klaus Kinski). Eles se aproximam da barca de Aguirre num pequeno bote e os espanhóis os puxam para cima. A câmera perscruta os dois indivíduos: somos levados a olhar fixamente para o homem e ainda mais demoradamente para a mulher com pele escura, olhos puxados, lábios espessos, seios à mostra. Aquela expedição já tinha passado por tantos infortúnios que a tripulação já estava entregue à loucura e todos só pensavam no ouro — amostra desse dependurada no pescoço do índio submetido à embarcação. Mesmo no meio da demonstração dessa ambição desenfreada, o monge Gaspar de Carvajal (Del Negro) pede para um dos peruanos que serve de tradutor para perguntar ao índio desconhecido se ele conhece o Salvador Jesus Cristo, a missão e a palavra de Deus. O monge lhe apresenta a Bíblia e, quando o monge se certifica de que o índio entendeu a mensagem, entrega-lhe o livro. O índio coloca-a no ouvido para “ouvir a palavra” e, dizendo que ela não fala nada, joga-a no chão da jangada. “Blasfêmia”, gritam. “Matem-no”. (REIS, 2018, p. 1910).



Ao longo do filme, os conquistadores de Herzog não conseguem compreender que existem valores distintos entre a sua e outra cultura. Por mais que ele não consiga perceber essa diferença realmente outra; Aguirre, o monge Carvajal e todos os membros daquela expedição tomavam o outro, o índio, como um sujeito inferior. Essa cena é importante para ilustrar como os europeus não conseguiram se desvencilhar da sua ideia de ver o outro a partir de suas perspectivas eurocêntricas. Por causa dessa inabilidade em olhar para o outro como um sujeito com valores e visões de mundo diferentes das suas, os europeus são obrigados a punir os índios: são punidos por não se adequarem ao padrão europeu de crença, de verdade.

De qualquer forma, é importante dizer que logo na cartela de texto no início do filme, somos informados que o único registro que restou daquela expedição foram os diários do monge Gaspar de Carvajal; e é a partir do ponto de vista desse personagem, um discurso eurocêntrico e católico, que conheceremos algumas tramas da história, assim como os indígenas. Portanto, o olhar que é lançado para esses grupos e atores indígenas se trata de uma imagem vista a partir do “outro”, descentralizado de sua própria cultura e coadjuvante da trama de conquista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De fato, cabe salientar que, dentre muitas expedições em busca do Eldorado na região Amazônica, nenhuma encontrou ouro em abundância. Porém, conheceram e reconheceram todos os rios que compreende a bacia hidrográfica amazônica – nessa bacia se pode encontrar (e foi encontrada) várias riquezas e várias naturezas.

Nessa região, muitos Eldorados foram pilhados ao longo do tempo, sem nenhuma contemplação, por exemplo: a extração excessiva da *Coutarea hexandra* – conhecida por Quina, uma espécie de árvore com vários atributos medicinais e paisagísticos; assim como, o processo de fabricação da borracha e a exploração humana nos grandes seringais da *Hevea brasiliensis*; outra exploração consiste na captura de animais para a venda de suas peles; assim como a utilização exacerbada dos recursos hídricos da região; etc.

Além do mais, identificamos que a representação do indígena se mostra como secundária. Ou seja, a imagem do nativo se mostra tão depreciativa quanto à própria natureza, como se uma não se desassociasse da outra. Porém, nesse sentido, o estudo do cenário: a natureza (que foi desprezada e subjulgada pela



segunda leva de invasores)¹¹, se mostra tão importante quanto dos outros atores da história tratados ainda como “excluídos”, por exemplo os negros e os indígenas.

Em *Paisagem e memória*, o historiador Simon Schama, destina um de seus capítulos para tratar sobre as águas do rio Nilo, num conjunto humano e mitológico do rio; explana sobre as secas e as cheias do Nilo e de tudo aquilo que ele representava para o ser humano em diferentes épocas. Segundo Schama (1996, p. 262), na Antiguidade, em nenhum outro lugar do mundo as molas de seu mecanismo eram mais misteriosas quanto no Nilo. Acrescento sua fala: dos esmos da formação geológica até suas atuais cargas históricas todos os rios possuem suas cargas de mistérios.

Por fim, futuros trabalhos podem evidentemente preencher algumas lacunas que foram deixadas neste artigo. Até porque muitas outras pesquisas merecem ser feitas sobre a história da Amazônia vista no cinema, nesse sentido acreditamos que nosso trabalho faça parte desse esforço historiográfico, pois vimos que é possível fazer uma análise fílmica lançando mão de ferramentas próprias desse tipo de trabalho, de bibliografia sobre cinema e sobre a temática do filme, de pontos de vista do diretor, além de interpretações adquiridas de experiências próprias do próprio pesquisador, tentando destrinchar o objeto fílmico, extraindo o maior número de saberes que ele pode nos oferecer.

FONTES

AGUIRRE, a cólera dos deuses. Título original: Aguirre, der Zorn Gottes. Direção: Werner Herzog. Produtor: Werner Herzog. Roteiro: Werner Herzog. Alemanha Ocidental/ Peru/ México: Werner Herzog Filmproduktion, 1972. 1 DVD (100 min.), son., color.

BIBLIOGRAFIA

REIS, Renan Nascimento. **A Amazônia de Werner Herzog e Euclides da Cunha**. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v. 23, n. 1, p. 33-52, 2017.

¹¹ Ver capítulo 3 (três) de: *A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira*, Warren Dean.



MORETTIN, Eduardo Victorio. **O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro.** História: Questões & Debates, Curitiba, n. 38, p. 11-42, 2003. Editora UFPR.

ELDUQUE, Albert. **As ruínas no cinema de Werner Herzog.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

CAETANO, Mariana Oliveira Gamaliel. **A construção da figura de Aguirre e sua influência para o mito de El Dorado nos dias atuais.** Seminário América Latina: Cultura, História e Política - Uberlândia - MG – 18 a 21 de maio de 2015.

REIS, Lucas Henrique dos. **A descoberta do outro e de si mesmo: imagens da América Hispânica nos filmes 1492 e Aguirre.** Disponível em: <<http://www.uel.br/eventos/eneimagem/2013/anais2013/trabalhos/pdf/Lucas%20Henrique%20dos%20Reis.pdf>>. Acesso em 17 fev. 2018.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800.** Trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WOSTER, Donald. **Para fazer história ambiental.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 198-215.

MINTA, Stephen. “Aguirre, a Cólera dos Deuses”. In: CARNES, Mark. C. (Org.). **Passado Imperfeito: A História no cinema.** Rio de Janeiro: Record, 1997, p.77.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória.** Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Le Goff J. **História e memória.** 2ª ed. São Paulo: UNICAMP; 1992.



DISCURSO E REPRESENTAÇÃO SOBRE AS MANIFESTAÇÕES DE ORIGENS AFRICANAS NA CIDADE DO SALVADOR, 1930-1950.

Speech And Representation About African Manifestations Origins In The City Of Salvador, 1930-1950.

André Luiz Rosa Ribeiro

Professor Titular do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Santa Cruz (DFCH-UESC)

Janete Ruiz de Macêdo

Professora Plena do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Santa Cruz (DFCH-UESC)

RESUMO

O principal objetivo desse trabalho é discutir a construção de identidades de matriz africana na América contemporânea tomando como recorte a Bahia na primeira metade do século passado, especialmente as décadas de 1930 a 1950. Em um momento em que estamos vivenciando debates acirrados sobre a consolidação de políticas públicas direcionadas aos afrodescendentes e à sua afirmação cultural, incluindo leis que exigem o estudo de História da África e da Cultura Afro-Brasileira, cabe nos perguntar como a questão está posta em uma das maiores comunidades negras das Américas. Para compreender o surgimento e a manutenção das identidades étnicas dos africanos no Brasil, utilizaram-se as teorias de etnicidade de caráter relacional. A identidade étnica não seria um conjunto cultural fixo (origem, parentesco biológico, idioma, religião), mas um processo histórico, dinâmico, em que esses sinais seriam reelaborados em relação de contraste ao “outro”. A cultura original étnica, na diáspora ou em situação de intenso contato, não se perde, mas adquire uma nova função e que soma às outras. Diante desse fato, o estudo da identidade de comunidades negras na Bahia contemporânea deve passar pelo *candomblé*, *locus* da tradição africana. De tal maneira, nos interessa analisar a gênese dos discursos sobre os *candomblés* na Bahia, mais especificamente na Cidade do Salvador, o momento em que surgem, o modo pelo qual se constituem e o papel dos pesquisadores, líderes religiosos, políticos e artistas nessa narrativa, como Roger Bastide, Jorge Amado, Martiniano do Bomfim, Édison Carneiro, entre outros personagens fundamentais na construção das imagens sobre as manifestações afro-baianas.

Palavras-chave

Identidade étnica, *candomblé*, origens africanas

ABSTRACT

The main goal of this work is to discuss the African roots construction at contemporary America in the first half of the last century, especially in the 30's and 50's. In a time when we are experiencing heated



Mnemosine Revista

Volume 9, nº. 2, Jul / Dez 2018

ISSN - 2237-3217

debates about public policy consolidation directed at African decent people and their cultural affirmation, including laws requiring study of African History and Afro-Brazilian Culture, we must ask how the question is posed in one of the largest black communities in all the Americas. To understand the emergence and maintenance of African ethnic identities in Brazil, relational ethnicity theories were used. Ethnic identity would not be a fixed cultural set (origin, biological kinship, language, religion), but a historical, dynamic process in which these signs would be reworked in contrast to the “other”. The original ethnic culture, in the diaspora or in a situation of intense contact, is not lost, but acquires a new function that adds to the others. Given this fact, the study of black communities identity in contemporary Bahia must go through *candomblé*, locus of African tradition. In this way, we are interested in analyzing the genesis of the discourses about *candomblés* in Bahia, more specifically in Salvador, the moment in which they arise, the way in which they are constituted and the role of researchers, religious leaders, politicians and artists in this narrative, as Roger Bastide, Jorge Amado, Martiniano do Bomfim, Édison Carneiro, among other key characters in the construction of images about Afro-Bahian manifestations.

Keywords

Ethnic identity, *candomblé*, African origins

INTRODUÇÃO

Desde início do século passado, os estudos históricos vêm passando por transformações paradigmáticas, se estendendo por um novo olhar sobre a realidade social e nas formas de investigação histórica. O ofício do historiador foi revolucionado e uma renovação epistemológica se consolida. A categoria "documento histórico" passou por revolução conceitual, deixando de sê-lo intrinsecamente, de ter valor *per se*, para se tornar fontes, vestígios do passado aos quais o historiador faz perguntas do seu tempo e obtém respostas para construção da narrativa histórica que deixará para o futuro. Nessa perspectiva, nenhuma fonte é esgotável, pois gerações e gerações podem e devem fazer novas questões. A narrativa histórica voltada para os acontecimentos políticos e singulares debruça-se agora para a sociedade como um todo, entende o homem como um ser holístico e criador, que na sua trajetória vai criando e recriando fatos materiais e de pensamento. A cultura se consolida como campo da história.

O historiador busca identificar, capturar e interpretar a produção criadora do homem dentro da perspectiva de tempo e espaço. Concepção que se tornou basilar para a História Cultural e nessa perspectiva a História abre um intenso diálogo interdisciplinar com campos tradicionais e inovadores, como Antropologia, Literatura, Religião, Arqueologia, Psicologia, Comunicação, entre outros. Nessas



construções relacionais alguns conceitos ou categorias de pensamento são basilares para o estabelecimento do diálogo profícuo. O conceito de *representação* é um deles; Chartier em *A História Cultural* o define como "instrumento de um conhecimento mediador que faz do objeto ausente, através da substituição por uma imagem, capaz de reconstituí-lo em memória e de figurá-lo como ele é" (CHARTIER, 1990:20). E ainda segundo (PESAVENTO, 2003:40) "o conceito de representação é estar no lugar, de tomar o lugar". Representar é apresentar de novo.

A utilização das obras literárias como fontes para construção da narrativa histórica perpassa pelo seu enquadramento como documento-monumento, ou seja, significa pensar o documento não só como vestígios do passado, mas também como representações da visão de mundo do seu autor, como uma construção cognitiva muitas vezes intencional capaz de perpetuar uma memória ou memórias selecionadas para permanecer na história. Portanto o diálogo do historiador com uma obra ficcional busca compreender o imaginário da sociedade analisada na visão do romancista. O que a obra transmite do seu tempo, como transmite e qual a intencionalidade.

O conceito de representação permitiu também que o historiador ampliasse o relacionamento com os meios de comunicação de massa. A imprensa, segundo o paradigma tradicional estava carregada com um grau elevado de subjetividade, mas "passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época" segundo (CAPELATO, 1988:24).

Cientes de que os impressos são produtos forjados no cotidiano a partir de representações configuradas na realidade, que revelam formas simbólicas de ver e de poder, o historiador tem utilizado amplamente os periódicos no seu fazer historiográfico. Os produtos da comunicação de massas são produção social e De Luca, (2010:140) adverte quanto aos perigos de se "trabalha [r] com o que se tornou notícia, o que por si só abarca um aspecto de questões, pois será preciso dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa". Por outro lado Cardoso e Vainfas, (1997:378) pontuam que necessário se faz "relacionar texto e contexto: buscar os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos".

O conceito de representação, aliado ao conceito de apropriação, que nos permite avanços consideráveis no que diz respeito ao tratamento historiográfico do fenômeno religioso. As análises se



apóiam nos estudos de Chartier onde se destaca que práticas e discursos são frutos de representações que indivíduos ou grupos constroem sobre o mundo em que vivem, pautados, para tanto, naquilo que viveram no passado e no que esperam viver em um futuro próximo ou até mesmo longínquo e que essa representação social poderá ser apropriada e reapropriada. O pesquisador da história cultural necessita utilizar com perícia esse arcabouço conceitual e estar atento ao sentido das apropriações dos discursos e às intencionalidades das representações.

Reciprocidade e prestígio como estratégias de aproximação

O fenômeno das relações desenvolvidas entre pesquisadores, políticos e as lideranças dos terreiros pode ser explicado pela “ideologia do prestígio” e pela reciprocidade de interesses. Houve uma interpenetração do campo religioso com o político e o intelectual. Era interessante para os terreiros ter aliados de peso na sociedade mais ampliada como forma de proteção à repressão e, também, para consolidar seu *status* na comunidade negra. Assim como estudiosos e intelectuais legitimavam seus escritos pela proximidade com os terreiros considerados mais importantes, e aos políticos o povo-de-terreiro aparecia como uma promissora fonte de votos.

Nas cartas escritas por Carneiro a Ramos, o governador Juracy Magalhães (1930-1937) aparece como um benemérito do candomblé, chegando mesmo a enviar um representante para a solenidade de posse da primeira diretoria da União das Seitas Afro-Brasileiras da Bahia em setembro de 1937. Vale lembrar que, com a queda de Juracy Magalhães e a implantação do Estado Novo, Carneiro é perseguido pelo regime e foi forçado a se refugiar no Opô Afonjá. Ainda nas *Cartas*, Carneiro alega ter usado da admiração de Juracy por Nina e Ramos para conseguir apoio oficial ao II Congresso Afro-Brasileiro (OLIVEIRA & COSTA LIMA, 1987).

Outro exemplo das relações dialéticas entre religião e política é a que se dá entre Severiano Manuel de Abreu (Pai Jubiabá) e as autoridades do governo de Juracy Magalhães, tornando-se aquele cabo eleitoral de algumas figuras do cenário baiano do período, como Martinelli Braga. Essas relações de poder entre os grandes terreiros e representantes da elite baiana concentravam nos pequenos terreiros a repressão policial e a crítica dos jornais. O temido delegado “Pedrito” Gordilho, retratado como uma personagem



Mnemosine Revista

Volume 9, nº. 2, Jul / Dez 2018 ISSN - 2237-3217

jorgeamadiana, famoso pelo comando de incursões punitivas às casas de culto, era membro do terreiro Ogunjá, de Pai Procópio (TALENTO & COUCEIRO, 2009).

A entrevista realizada com Jubiabá, no início de 1936, é considerada um marco na luta pela valorização do culto afro por inaugurar uma postura positiva dos jornais soteropolitanos sobre os candomblés. Também contribuiu para essa mudança a intensa divulgação do II Congresso Afro-Brasileiro. Afinal, Salvador iria receber estudiosos das religiões negras de renome nacional e internacional e não seria adequada uma posição hostil da imprensa aos terreiros, especialmente aos que possuíam prestígio entre os intelectuais locais.

Todas as sessões e eventos do II Congresso foram cobertos e publicados pelo Estado da Bahia. Anteriormente, o jornal publicou uma série de artigos promovendo uma imagem positiva do candomblé, mediante a publicidade dos ritos populares, como a festa dos presentes, até então representados como marginais. Essa série de reportagens foi uma ruptura com as representações anteriores da imprensa. Muitas vezes a visita da imprensa era associada à repercussão de batidas da polícia nos terreiros.

Para os intelectuais baianos, como Carneiro e Amado, o babalaô Bomfim ocupou lugar único como um dos últimos sacerdotes no Brasil que havia vivido na África, tinha senioridade e era letrado em ioruba e inglês. Isso o levou a ser idealizado como porta-voz da autenticidade africana, sendo consultado por todos os pesquisadores estrangeiros do período: Pierson, Robert Park, E. Franklin, Frazer, Lorenzo Turner, R. Lander e M. Herskovits. Muitos deles levados por Carneiro (CASTILLO, 2008).

Os intelectuais ligados ou simpatizantes do Partido Comunista consideravam que o pai-de-santo, perseguido e estigmatizado, representava o proletariado e a sua busca pela sua legitimação social era vista como uma manifestação da luta de classes. Para eles, poder conviver no universo dos terreiros e representá-los na sua produção literária era um marco de seu compromisso político e social. A produção do discurso escrito - jornalístico e etnográfico – era fundamental para construir uma visão positiva pública sobre o candomblé. Para Tanto, os terreiros deveriam acompanhar este processo, tornando-se sujeitos na construção do discurso sobre si. Bomfim era um aliado-chave para o prestígio dos terreiros. Devido sua ligação com Mãe Aninha, a qual havia passado muito do seu conhecimento, o Opô Afonjá começou a ser procurado inclusive pelos pesquisadores estrangeiros.

As informações da sacerdotisa passaram a legitimar as que possuíam validade, as de “dentro”, considerando as demais fontes passíveis de erro. Em um depoimento registrado por Pierson, Mãe Aninha



defende que seu terreiro preservaria com mais rigor as heranças africanas. Segundo Ildázio Tavares, Mãe Senhora, sucessora de Mãe Aninha, dizia: “Casa Branca são as pernas; Gantois, o tronco; Axé Opô Afonjá é a cabeça. A cabeça da mais antiga tradição brasileira” (1996, p. 33).

A instituição dos obás de Xangô se constitui em uma tradição inventada, no sentido de Hobsbawm e Ranger (1984), com a finalidade de construir uma imagem de fidelidade às tradições africanas e, mais especificamente, aos preceitos nagôs com nítida influência do babalô Bomfim. Ele incentivava os pesquisadores a idealizar Mãe Aninha, elogiando-a como única sacerdotisa que buscava estudar a nossa religião e reestabelecer a pureza africana.

Com a morte de Mãe Aninha, em 1938, há um período de transição entre as principais lideranças religiosas. Mãe Menininha, mesmo tendo sido treinada por Pulquéria, não tinha na época a idade necessária para destacar-se, daí inclusive o apelido. Ao mesmo tempo Tia Massi, do Engenho Velho, havia alterado os rituais no culto aos ègùns, o que levou Bomfim a se afastar do terreiro. Ela introduziu as mulheres no culto. De acordo com sua formação africana, essa mudança foi encarada por Bomfim como um sacrilégio. Só os homens deveriam encarar os mortos. (LANDES, 2002).

O prestígio alcançado pelo Opô Afonjá e sua ialorixá foi fundamental para a afirmação social e política dos terreiros perante a sociedade mais ampliada. A influência de Mãe Aninha ultrapassava a comunidade de terreiros, alcançando a esfera política e acadêmica. Carneiro tinha na sua pessoa uma dedicada colaboradora. No período em que deu início aos preparativos do II Congresso Afro-brasileiro, Carneiro escreveu o livro *Religiões negras*, publicado em 1936, com a contribuição da ialorixá. O que foi seguido por outros pesquisadores como Donald Pierson da Universidade de Chicago que, na sua estadia na Bahia entre 1935 e 1937, fez pesquisas com a colaboração de Bomfim e Mãe Aninha (DANTAS, 1988).

O terreiro direcionava todo um esforço para divulgar uma imagem focada no seu tradicionalismo religioso, especialmente em momentos estratégicos. De acordo com Mestre Didi, filho da ialorixá Senhora e um dos mais importantes sacerdotes do terreiro, durante a realização do II Congresso, os participantes “foram festejados no Axé, por ocasião da remodelação da casa de Iyá, numa cerimônia que a todos impressionou, pela pureza e formosura do ritual”. No final de 1937, o escritor e etnógrafo Edison Carneiro, perseguido pelo Estado Novo, veio refugiar-se no terreiro, sob o asilo de Mãe Aninha, que encarregou Senhora de velar por ele e prestar-lhe assistência. “Não só ele, como vários outros intelectuais estavam já



então ligados ao terreiro, frequentando suas festas e privavam da amizade de Mãe Aninha”, entre eles Artur Ramos, Donald Pierson, Aydano do Couto Ferraz e Jorge Amado (SANTOS, 1994, p. 13-14).

Essa relação intrínseca entre os pesquisadores e seu objeto sofreu uma crítica posterior. No período da descolonização, anos 1960-1970, houve uma reavaliação da concepção da Antropologia enquanto ciência do homem sob a influência do pós-estruturalismo que passou a perceber as escritas dos antropólogos como “verdades parciais” ou mesmo “ficções”. Por outro lado, Foucault traz o debate sobre as interpenetrações entre as relações sociais e as práticas discursivas legitimadas pela sociedade (CASTILLO, 2008).

No Brasil aconteceram críticas semelhantes, como as de Beatriz Dantas (1988), que buscaram denunciar o papel da ideologia na construção do discurso sobre o candomblé. Na Bahia, o questionamento sobre a objetividade da etnografia do candomblé foi lida e contestada pelo objeto do seu olhar. Esse contraponto aparece inicialmente na série de entrevistas, organizada por Carneiro em 1936, onde aparece o pensamento crítico de vários sacerdotes a respeito da produção textual sobre os terreiros.

Dez anos depois Bastide (1983), sugeriu que a etnografia poderia influenciar os terreiros como fonte de informações sobre a África. Nos anos 1960, essa questão foi retomada quando Herskovits criticou Verger por ter mostrado suas fotografias dos iorubas na África para o povo-de-santo na Bahia. Para Herskovits, a intervenção de Verger, ao estimular reflexões nos terreiros sobre as continuidades e rupturas entre as práticas afro-baianas e africanas, ultrapassava uma barreira implícita entre o antropólogo e seu objeto (LÜHNING, 1999).

Nesse período, a Antropologia tinha como objeto o estudo das regras “inconscientes” das sociedades humanas, enquanto outras ciências humanas estudavam as regras “conscientes” das culturas civilizadas que perderam o estado original, a “natura”. A reflexão consciente sobre si mesmo transformava a “natura” em cultura, destruindo suas características originais. Verger que se identificava como um “mensageiro” entre a África e a Bahia, posteriormente criticou Juana Elbein dos Santos alegando que o livro *Os nagô e a morte* poderia contaminar a visão do povo-de-santo sobre si mesmo (VERGER, 1982).

Ocorreu uma intervenção dos antropólogos no apagamento do estigma de feitiçaria e na construção de uma imagem social mais favorável, da identidade negra, o que levou os terreiros a valorizar a reafricanização ritual. A etnografia passou a exercer uma influência normalizadora sobre o que deveria ser considerado “autêntico” nas práticas rituais do candomblé.



Ao examinar as percepções da escrita etnográfica nos terreiros é fundamental fazer a crítica à função do discurso como estratégia de poder. Para os terreiros, tornar-se objeto da pesquisa etnográfica trouxe uma nova visibilidade perante a sociedade externa, a qual representava uma ruptura com o passado, quando a sua sobrevivência dependia da invisibilidade social. Houve uma reestruturação nas relações de poder entre os terreiros. O discurso da “pureza” ritual alimentou uma visão hierárquica das diversas práticas religiosas. Os valores vistos como mais puros constituíam uma alta cultura, enquanto outros terreiros possuíam uma prática ritual periférica. A etnografia sobre o candomblé acabou por prestigiar de uma pequena elite de terreiros soteropolitanos. Como já foi dito, desde o começo os estudos da religiosidade afro-brasileira concentraram-se em três terreiros nagôs: o Engenho Velho, o Gantois e o Axé Opô Afonjá.

Eram comuns as críticas à legitimidade de Joãozinho da Goméia, um dos famosos pais-de-santo da Bahia, de nação angola, também conhecido pelo nome de seu caboclo, Pedra Preta. Assim como surgiram inúmeras dúvidas na Bahia sobre sua iniciação. Essas dúvidas e críticas inserem-se num contexto de concorrência para o prestígio, num sistema de valores que privilegia a tradição dos orixás e recusa as práticas envolvendo inquices e caboclos. As dúvidas sobre a iniciação de Joãozinho da Goméia, que assumiu a direção do seu terreiro muito jovem, com menos dos sete anos rituais, deve-se a uma trajetória religiosa e pessoal que fugia do modelo definido pelos terreiros mais influentes.

Outro aspecto da oposição entre Joãozinho e a ortodoxia decorreu da sua aproximação com pesquisadores. Nas décadas de 1930-1940 foi um dos primeiros informantes para Amado, Carneiro, Bastide e Verger, sendo posteriormente descartado quando estes conseguiam se vincular a terreiros mais prestigiados (CASTILLO, 2008). Bastide (1983) se refere ao desdém nos terreiros sobre o fato de Carneiro ter utilizado informações fornecidas por Joãozinho, no que teria sido induzido a erros sobre vários pontos.

As três grandes casas nagôs não permitiam que seus filhos visitassem outros terreiros informalmente, apenas em visitas coletivas. Possivelmente, tal interdição tinha como objetivo impedir o uso de fontes externas de saber religioso que desestabilizassem a hierarquia interna, e proteger o renome da casa, evitando a acusação de práticas de espionagem sobre o segredo dos outros terreiros. O espaço discursivo do segredo, tudo o que podia ser considerado fundamento religioso no candomblé, já foi publicado, deixando apenas “instâncias idiossincráticas de magia individual” as quais não são religiosas, no sentido de um conhecimento sistemático, compartilhado em comum. (JONHSON, 2002).



Na transição do candomblé de uma prática estigmatizada para uma religião pública, o segredo – prática de guardar o acesso a um corpo delimitado de conhecimento – foi transformado em uma ideologia do segredo, o “secretismo”: corpo de discurso que chama a atenção para existência de segredos que já não existem mais. A circulação de inacessibilidade do segredo, faz com que o poder do segredo cresça, independentemente dele existir ou não. O senso de mistério constitui um elemento ritual em si, um significante de fidelidade à tradição, como o uso de colares e a preparação de determinadas comidas.

A nagoização do candomblé: uma imagem desejada

A partir da década de 1950, as viagens de Verger à África estimulam uma retomada dos laços religiosos entre Golfo do Benin e Baía de Todos os Santos. O que beneficiou aos nagôs e ao Opô Afonjá. Em 1952, Verger entregou o título honorífico de Iyá Nassô, o mais alto no culto à Xangô, conferido à Senhora pelo Alafin de Oyó. Em 1959 o terreiro é visitado pelos intelectuais franceses Jean-Paul Sartre e Simone de Beauvoir. O casal foi levado por Jorge Amado que disseminou a imagem do Opô Afonjá como um local de encontro da intelectualidade baiana, “uma casa de cultura baiana” (Diário de Notícias, 30/8/1959).

Todo este contexto faz com que a rejeição da sociedade externa aos candomblés diminua sensivelmente. As batidas policiais, assim como outras formas de repressão vão ser menos frequentes (BRAGA, 1995). Apesar disso, se institucionaliza um tipo de opressão disfarçada sobre os terreiros, obrigando-os a obter licença da Delegacia de Jogos e Costumes, da Secretaria de Segurança Pública (obrigatório durante o governo de Luiz Viana Filho) para a realização das cerimônias religiosas.

Contudo, muitos dos candomblés considerados de grande influência na Bahia não se fichavam na polícia e, de acordo com Braga, se vangloriavam de nunca “terem passado pela humilhação de serem obrigados a tirar uma licença para realizarem suas festas religiosas”. Muitos desses candomblés “já desfrutavam de grande prestígio junto ao poder constituído, com bom trânsito nas classes mais altas e com efetivas alianças com autoridades policiais que os isentavam dessa obrigação”. Segundo Braga, essa situação era ideologicamente trabalhada e usada como um símbolo de prestígio social e de poder, “não somente na comunidade inclusiva dos terreiros, mas também junto à sociedade baiana” (1995, p. 26-27).



Estudos afro-baianos recentes continuam a sustentar um predomínio nagô. Alguns deles foram baseados na pesquisa do jornal oitocentista *O Alabamba*, periódico fundado em Salvador no ano de 1863 por afro descendentes e pró-abolicionistas, que possuíam uma visão do candomblé como expressão do barbarismo, superstição e promiscuidade sexual. Graden (1998), fala das tradições afro-baianas iorubás predominantes em Salvador e do sentido de superioridade nagô nas páginas do jornal, o que antecipava em três décadas as interpretações de Nina. Por sua vez, Reis (2001) faz uma análise linguística dos artigos do jornal e também se refere a uma hegemonia da tradição nagô. Reis utiliza o método da semiologia quantitativa, uma contagem das palavras de origem africanas presentes nas páginas do periódico, em que predominariam as do idioma ioruba.

Parés questiona a visão nagocêntrica decorrente da interpretação de uma supremacia numérica dos terreiros auto identificados como nagôs e da memória histórica preservada pela tradição oral, que considera o Ilê Iyá Nassô como o terreiro mais antigo da Bahia. Pelo prestígio desta casa, do Gantois e do Axé Opô Afonjá, esse mito tem sido aceito sem maior questionamento, e virou hegemônico no discurso do povo-de-santo e dos intelectuais, o que ele chama de processo de “nagoização” (2006, p. 157).

O progressivo desaparecimento dos velhos africanos e a simultânea idealização da África fizeram com que os terreiros, como o Gantois, embora já essencialmente crioulos, passassem a reivindicar a ascendência africana. A africanidade passa a ser um capital simbólico, um fator diferencial, para enfrentar a concorrência das casas mais recentes. O que é pautado na crença de que as práticas africanas possuíam mais “força” do que as práticas crioulas (PARÉS, 2006, p. 159).

Concomitantemente ocorre, na África, a etnogênese iorubá. Entre as décadas de 1880 e 1890, surgiu um movimento conhecido como a renascença de Lagos (Nigéria), promovido pela elite negra da cidade, diante da exclusão social e racial imposta pelo colonialismo. Iniciou-se um processo de “nacionalismo cultural” como forma de resistência. Esse movimento estava baseado em elementos constituintes de uma especificidade cultural, tais como, afirmação da nação e cultivo da língua ioruba; adoção das formas de vestir africanas; estudo dos saberes ancestrais; e criação de narrativas históricas pela tradição oral.

Lagos era o principal destino das embarcações saídas do porto de Salvador em direção ao continente africano. As informações sobre esse movimento podem ter chegado através dos viajantes e comerciantes afro-baianos e influenciado a correspondente identidade nagô em Salvador. A tradicional divisão étnico-



ritual do candomblé pode ter gerado um clima favorável para revivalismos “nacionalistas” (PARÉS, 2006, p. 160).

Entre os principais agentes da ligação entre as cidades de Lagos e do Salvador estão o babalaô Martiniano Eliseu do Bomfim e Joaquim Francisco Devodê Branco, comerciante de Porto Novo residente em Lagos, amigo de Mãe Aninha e padrinho de Mãe Senhora. Lembremos que a viagem à África tinha uma importante função legitimadora de prestígio e de geração de conhecimento e poder econômico pela negociação de mercadorias da Costa e reciclagem de saber religioso.

No final do século XIX estabeleceram-se as bases conceituais para uma noção de África como *locus* original de uma tradição a ser recuperada, reinventando continuidades. A idealização da África se apresentava como reação ao viés da cultura crioula. Sincronizada com a maior visibilidade ioruba no mundo afro-baiano, o processo de reafrikanização consolidou-se como um processo de nagoização. O papel de intelectuais desde Nina, passando por Carneiro, Amado e Ramos, até chegar à Verger, foi fundamental ao prestígio alcançado pelos terreiros nagôs que participaram ativamente no processo de reconhecimento da “pureza” dos seus rituais.

O Gantois era bastante conhecido antes das pesquisas de Nina, sendo uma das razões da sua escolha como fonte de pesquisa. A partir da década de 1930, os intelectuais passaram a reconhecer, em relação à “pureza”, uma dinâmica interna que contribui para reforçá-la. Certos terreiros nagôs passaram a ser reconhecidos como “modelos” ou referências hegemônicas, e outros terreiros menores assumiram progressivamente a identidade “nagô”, numa tentativa de legitimar as suas práticas.

A organização do antropólogo

A concessão do título de ogã à intelectuais e representantes do poder público e privado foi um mecanismo usado pelos terreiros para angariar proteção, prestígio e apoio financeiro às atividades religiosas do terreiro. O convite aos antropólogos é uma extensão dessa política de alianças. Na qual os antropólogos ganham legitimidade e respeito não somente entre o povo-de-santo, como na comunidade acadêmica (BRAGA, 2009).

Nina foi feito ogã de Oxalá por mãe Pulquéria do Gantois, onde Querino também teria ocupado o cargo de ogã. Na década de 1930, período do reinício dos estudos afro-baianos, os médicos e etnógrafos Artur



Ramos, Hosannah de Oliveira e Estácio de Lima, todos pertencentes à Faculdade de Medicina da Bahia foram feitos ogãs no mesmo terreiro (SILVA, 2000, p. 78).

Carneiro dedicou mais espaço ao Engenho Velho. A primazia no discurso etnográfico veio depois da morte de Mãe Aninha e Bomfim (1938 e 1943), anos 1940, sob a liderança de Mãe Senhora. A imagem de seguidora da tradição mais pura era reforçada pelo parentesco religioso com Mãe Aninha e carnal com sua bisavó Obatossi, lendária ialorixá do Engenho Velho. Nesse período começou um novo fluxo de pesquisadores à Bahia predominantemente formado por estrangeiros, entre os quais Roger Bastide e Pierre Verger que se tornaram referenciais no “cânone etnográfico” sobre o candomblé.

Édison Carneiro foi convidado pelos terreiros do Opô Afonjá e Engenho Velho a ocupar o cargo de ogã. Pierson foi feito ogã pelo terreiro de Pai Procópio. Vários artistas e pesquisadores, como Amado, Verger, Costa Lima, Braga e Carybé são obás de Xangô, no Opô Afonjá. Para Tavares, os pesquisadores que não são iniciados “servem apenas para trazer confusão aos estudos da religião negra. Trazem todos os preconceitos oriundos de uma epistemologia branca, europeia” (1996, p. 33).

Bastide, desde sua primeira viagem à Bahia, narrada em *Imagens do Nordeste em preto e branco* (1945), mostrou interesse em se aproximar dos terreiros de candomblé. Ele defendia a observação participante que previa uma relação mais profunda do pesquisador com o universo estudado. Quando Verger chega à Bahia, em 1948, foi Bastide quem indicou os terreiros considerados por ele como os mais importantes. Por sua vez, Verger foi designado “oju obá” no Afonjá e confirmado ogã no Engenho Velho. Bastide e Verger foram os responsáveis pelo desejo de “torna-se nativo” das gerações de antropólogos que pesquisaram os terreiros a partir dos anos 1970, quando essas religiões já possuíam uma aceitação social muito mais ampliada pela divulgação das suas manifestações nos meios artísticos e intelectuais.

Sob a orientação de Bastide, Juana Elbein dos Santos (1986), foi a primeira antropóloga a defender a iniciação do pesquisador como um princípio metodológico legitimador da observação participante. Esse trabalho foi, inclusive, criticado por Verger pela possível interferência da pesquisa na teologia dos terreiros nagôs da Bahia. Para os líderes religiosos, a iniciação do antropólogo é uma estratégia de reciprocidades. A pesquisa traz prestígio para o terreiro e, quanto mais prestígio, mais pesquisas.

A proximidade entre os antropólogos e o povo-de-santo fortaleceu-se na década de 1930. Nesse período haviam surgido os cursos de Ciências Humanas e ocorrido a consolidação dos métodos culturalistas de interpretação social. Os líderes dos terreiros e os estudiosos estabeleceram, publicamente, laços mais



estreitos de alianças e mútua legitimação. A realização dos dois Congressos Afro-Brasileiros realizados em Recife (1934) e Salvador (1937) é um exemplo da natureza dessa aliança entre os mundos acadêmico e religioso.

Os textos acadêmicos passaram a despertar um interesse cada vez maior entre os adeptos do candomblé, especialmente pela percepção da importância dessas no campo religioso ao divulgar informações e legitimar o saber de alguns líderes de terreiro. Eles mesmos passaram a escrever livros dentro do modelo de etnografia acadêmica, segundo certos parâmetros, como: histórico do terreiro, os deuses cultuados, os rituais, calendário das festas, organização espacial do terreiro, entre outros. Os sacerdotes quando escrevem seus livros têm consciência que, além do papel religioso, o livro atua política e ideologicamente no campo das representações culturais (SILVA, 2000, p. 164).

Os livros dos sacerdotes evidenciam também os laços de reciprocidade com os estudiosos, pois os prefácios, notas e apresentações são por estes escritos, num esforço de valorização da “etnografia” realizada pelo povo-de-santo. Os sacerdotes também foram prefaciadores dos livros de antropólogos, emprestando legitimidade ao escrito, como *O segredo das folhas*, de Flávio Barros, prefaciado por Mãe Stella, onde relembra a frase de Mãe Aninha que deseja ver todos os seus filhos com anel de doutor aos pés de Xangô. O povo-de santo ganhou um livro, “fruto de grande pesquisa, dedicação, amor e, sobretudo, pela descoberta da própria identidade” (Santos *apud* Barros, 1993, p. X).

A “história do terreiro” pesquisada pelos antropólogos-ogãs com base na oralidade, aparece como algo dado, sem se atentar para o fato de que aquilo que é retido pela memória e apresentado no discurso como tal, constitui versões que são elaboradas dentro de determinados marcos que induzem e orientam recortes e seleções do que será realçado ou não. Para Dantas, tais recortes se fazem em função dos interesses em jogo e dos objetivos visados, dentro da experiência social dos que contam a “história” visando legitimar ações no presente (1988, p. 59-60).

Obviamente, quando se compara a tradição dos orixás dos terreiros brasileiros com as práticas que ainda hoje existem no continente africano, muitas são as diferenças, como são igualmente diversas as práticas encontradas em Cuba e outros países americanos. Mesmo na África ocidental, a religião dos orixás sofreu transformações que estão diretamente relacionadas com a construção do panteão que mais tarde as Américas herdaram do continente africano (PRANDI, 2005).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nagoização na Etnografia é fruto do preconceito presente nos estudos iniciais sobre as religiões negras na Bahia em relação às práticas não nagôs oriundas do racismo científico e da nostalgia “rousseauiana” do primitivo puro. A autoridade etnográfica era fundamentada na tentativa de convencer o leitor que o texto representa a cultura como ela realmente é, mas por ser construída através do processo interpretativo do autor, é sempre marcada pela subjetividade do mesmo.

A concentração dos estudos etnográficos na área metropolitana de Salvador aponta para a falta de atenção para terreiros de outras regiões. Para além da comentada nagoização no discurso sobre o candomblé, existe também o que pode ser chamado de “soteropolitanismo”, que também precisa ser observado. Os conflitos e alianças dentro e fora dos terreiros fazem com que, na Bahia, os terreiros nagôs mais tradicionais sejam menos atacados pela polícia que os terreiros de caboclo, ou seja, os mais “sincréticos”, já que os primeiros podem contar com o apoio de intelectuais e políticos. Assim, desta constelação de forças, favorece-se um modelo de candomblé que se torna, aos poucos, hegemônico no Brasil: o nagô.

O fato de os terreiros buscarem a África como referência mediante a valorização da identidade nagô está relacionado à estrutura socioeconômica e política baiana pós-abolição. A religião era, para o povo negro, um campo fundamental na busca de espaços na sociedade mais ampliada e os mitos de pureza étnica, passados aos pesquisadores, serviam como ferramenta na disputa pelo poder entre as religiões de matriz africana.

A autoafirmação dos negros baianos como africanos, recebeu estímulo dos políticos, antropólogos e ideólogos locais como forma de afirmação da cultura negra baiana e da singularidade da Bahia em contraste com o resto do Brasil. A valorização da pureza dos candomblés nagôs é elevada à representatividade da resistência que permitiria uma forma de ser na sociedade contemporânea. Buscou-se a África no Brasil pelo modelo nagô com base de pesquisa nos terreiros considerados mais tradicionais terreiros baianos. Modelo ideal transformado em categoria analítica em relação aos candomblés “misturados”. De Nina a Bastide, o grau de integração e resistência cultural dos terreiros baianos seria avaliado pela manutenção dos padrões considerados “puros”.



O modelo nagô puro, buscado pelos antropólogos-ogãs, deixa à margem da organização dos terreiros o contexto histórico da sociedade mais ampla. A busca de africanismo era o objetivo básico dessas pesquisas iniciais. A cultura era entendida como um sistema autônomo, que objetivamente determinava a identidade de terreiros com tradições étnicas africanas, que iam adaptando-se mediante processos de “aculturação”.

Porém, ocorre uma permanente transformação da religião dos orixás no Brasil. Inúmeras mudanças de concepções, valores e práticas rituais e formação sacerdotal vão acontecer ao longo de décadas. A herança africana foi permanentemente reelaborada, assim como práticas foram perdidas. No processo de mudança para sobrevivência houve uma assimilação de práticas e crenças de candomblés de outras nações, de origem étnica diferente.

Os terreiros nagôs foram os que mais teriam se adaptado às circunstâncias históricas, adequando sua imagem à ideia de civilidade. Uma religião “pura”, que haveria superado o animismo e as práticas consideradas perigosas pela sociedade externa, como o curandeirismo e a feitiçaria. Para tanto foi necessário estabelecer a imagem asséptica dos terreiros nagôs, fundados na mais legítima tradição africana e liderados por mulheres negras idosas no santo, caridosas e maternais em contraste com os terreiros de origem banto e de caboclos com seus jovens pais-de-santo de comportamento desviante.

REFERÊNCIAS

BASTIDE, R. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectiva, 1983.

BRAGA, J. **A cadeira de ogã e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

____. **Na gamela do feitiço: repressão e resistência nos candomblés da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 1995.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.



CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. “História e Análise de Textos”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARNEIRO, E. **Candomblés da Bahia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

CASTILLO, L. E. **Entre a escrita e a oralidade: a etnografia dos candomblés da Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2008.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DANTAS, B. G. **Vovô nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GRADEN, D. *So much superstition among these people!:* Candomblé and dilemmas of afro-brazilians intellectuals, 1864-1871. In: KRAAY, H. (Org.). **Afro-brazilian culture and politics**. London: ME Sharpe, 1998, pp. 57-73.

HOBSBAWN, E. & RANGER, T. (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: paz e Terra, 1984.

JONHSON, P. C. **Secrets, gossip and Gods: The transformation of Brazilian Candomblé**. New York: Oxford University Press, 2002

LANDES, R. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

LUCA, Tania Regina de “A história dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2º Ed. São Paulo: Contexto, 2010.



Mnemosine Revista

Volume 9, nº. 2, Jul / Dez 2018 ISSN - 2237-3217

LÜHNING, A. **Pierre Fatumbi Verger e sua obra.** Revista Afro-Ásia, Salvador, n. 21-22, 1998-1999, p. 315-364.

OLIVEIRA, W. F. & COSTA LIMA, V. **Cartas de Édison Carneiro a Artur Ramos:** de 4 de janeiro a 6 de dezembro de 1938. São Paulo: Corrupio, 1987.

PARÉS, N. **A formação do candomblé:** história e ritual na nação jeje na Bahia. Campinas-SP: UNICAMP, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural.** Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SANTOS, D. M. dos (Mestre Didi). **História de um terreiro nagô.** São Paulo: Carthago & Forte, 1994.

SANTOS, J. E. dos. **Os nagô e a morte:** padê, asêse e o culto egun na Bahia. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.

SILVA, V. G. **O antropólogo e sua magia.** São Paulo: EDUSP, 2000.

TALENTO, B. & COUCEIRO, L. A. **Edison Carneiro:** o mestre antigo. Salvador: Assembleia Legislativa da Bahia, 2009.

TAVARES, I. **Nossos colonizadores africanos.** Salvador: EDUFBA, 1996.

VERGER, P. **Fluxo e refluxo:** o tráfico de escravos entre o Golfo de Benin e a Bahia de Todos os Santos. Salvador: Corrupio, 2002.



VIDA E TRABALHO: OS AFRICANOS LIVRES DO ARSENAL DA MARINHA DE PERNAMBUCO NA DÉCADA DE 1850

Life And Work: The Liberated Africans Of Navy's Arsenal of Pernambuco In The 1850s

Tássia Fernandes Carvalho Paris De Lima

Mestranda em História – UFCG; Especialista em História da África pela Fundação de Ensino Superior de Olinda (FUNESO).

Leandro Nascimento De Souza

Doutor em História Social – UFF; Professor Formador I, EaD – UFRPE.

RESUMO

O trabalho aqui apresentado é uma adaptação da monografia de Especialização em História da África e analisa a presença de africanos livres no Arsenal da Marinha de Pernambuco. O objetivo principal é elucidar de que maneira se deu a exploração da força de trabalho africana livre por esta instituição. Abordamos a criação e estruturação do Arsenal da Marinha de Pernambuco e da teia constituída para a apreensão, detenção, distribuição e alocação de africanos livres nesta província, enfocando o papel daquela instituição nesta nova forma de aquisição de trabalhadores. Por fim, examinaremos as funções e condições de trabalho dos africanos livres na instituição em questão. A pesquisa foi realizada mediante revisão bibliográfica e análise documental. Pretendemos corroborar a hipótese de que a legislação antitráfico proporcionou ao Império do Brasil uma oportunidade de formar um novo contingente de trabalhadores compulsórios, ampliando, assim, o leque de superexploração da mão-de-obra negra no Brasil.

Palavras-chave

Africanos livres, Arsenal da Marinha de Pernambuco, Exploração do trabalho, Leis antitráfico, Manutenção da escravidão.

ABSTRACT

This paper is the result of earn a degree in African History and analyzes the presence of Liberated Africans in the Navy's Arsenal of Pernambuco. The main objective is to elucidate how the Liberated African labor force was exploited by this institution. We approached the creation and structuring of the Navy's Arsenal of Pernambuco and the web constituted for the apprehension, detention, distribution and allocation of Liberated Africans in this province, focusing on the role of that institution in this new form of acquisition of workers. Finally, we will examine the working conditions of Liberated Africans. The research was carried out through bibliographic review and documental analysis. We intend to corroborate the hypothesis that the anti-trafficking legislation provided the Brazilian Empire was an opportunity to form a new contingent of compulsory workers, thus broadening the range of overexploitation of black labor in Brazil.

Keywords

Liberated Africans, Navy's Arsenal of Pernambuco, Exploration work, Anti-traffic laws, Slavery maintenance.



AFINAL, QUEM SERIA O AFRICANO LIVRE?

Abolitionist measures created a special category of people whose fates were linked to the century's struggles over freedom and who could be found wherever there were tribunals for the adjudication of ships engaged in the slave trade. In one sense, the "liberated Africans" were symbols of abolitionist's struggle against slave trade, and ultimately, against slavery (MAMIGONIAN, 2002: 1).

No início do século XIX, em plena vigência da escravidão como instituição, havia três classificações jurídicas para os indivíduos negros: livres, escravos ou libertos. A partir da década de 1810, outra condição jurídica foi instaurada, a de "africano livre". Dentre os vários pesquisadores que se dedicaram ao estudo desta condição legal, Adriana Santana (SANTANA, 2007:12) cita três historiadores que conceituaram o termo: João José Reis, Mary Karasch e Beatriz Mamigonian. Para Reis, todos os africanos apreendidos sendo traficados após 1831 e empregados em obras públicas mediante um pequeno salário seriam denominados africanos livres. Karasch corrobora a definição de Reis, divergindo no fato de considerar que os africanos livres seriam, necessariamente, tutelados por particulares.

No entanto, a definição mais concernente com a pesquisa aqui apresentada é a elaborada por Beatriz Mamigonian (2002: 1-4). Para esta historiadora, eram considerados "africanos livres" os africanos apreendidos sendo contrabandeados ou importados para o Brasil após 1831 e que passavam por um regime de tutela do Estado, desempenhando suas funções tanto em instituições ou obras públicas quanto para particulares, mediante leilão. Segundo Mamigonian, esta tutela tinha um objetivo: preparar os africanos, considerados "não civilizados", para viver e trabalhar na condição jurídica de livres, tornando-se pessoas "úteis para a sociedade" (MAMIGONIAN, 2002: 3). A tutela era a condição para que estes indivíduos pudessem gozar de uma liberdade plena (MAMIGONIAN, 2002: 1). Para esta pesquisadora, a criação desta nova condição jurídica foi vista pelos abolicionistas europeus da época como uma conquista, uma forma de transformação da utilização da força de trabalho negra: do trabalho compulsório ao trabalho livre.

A historiadora Adriana Santana (2007: 10-11) ressalta que a presença de africanos livres não é peculiar ao Brasil. Esta condição jurídica foi estabelecida em diversos territórios nos quais houve capturas de navios negreiros que desempenhavam o comércio de escravos ao arpejo da lei. A autora ressalta que houve uma maior concentração de indivíduos designados como "africanos livres" nas regiões-sede dos tribunais e comissões mistas encarregadas de julgar os tripulantes destes navios capturados.



Entretanto, para compreender o contexto no qual essa peculiar condição legal foi instituída, devemos conhecer alguns acontecimentos responsáveis pelo fortalecimento de uma política externa abolicionista do Governo britânico. Esta mudança política britânica foi a grande responsável pela consolidação de leis, tratados e acordos cuja finalidade era a abolição do comércio transatlântico de escravizados africanos e, principalmente, a abolição do uso da mão de obra escravizada, especialmente nos territórios sob o jugo colonial, nos quais este tipo de relação de trabalho era mais proeminente.

O movimento abolicionista já era uma realidade na Grã-Bretanha desde fins do século XVIII. Impulsionada pelos conceitos iluministas e pelo crescimento econômico e industrial do fim do século XVIII e início do século XIX, a defesa das liberdades civis e políticas passaram a fazer parte do ideário burguês europeu. Em 1807, a Grã-Bretanha extinguiu o comércio de escravizados para seus domínios. Foi neste ensejo que se fomentou a política externa abolicionista do Governo britânico. De acordo com o historiador Leslie Bethell (2002: 32), a partir de então, a Grã-Bretanha passou a reivindicar perante as demais metrópoles europeias o fim do comércio transatlântico de escravos e a abolição do uso de mão-de-obra escravizada por estas nações. Aproveitando-se da iminente invasão de Portugal por Napoleão I, no fim do ano de 1807, o Governo britânico propôs um tratado à D. João VI, Príncipe Regente português, no qual, entre outras cláusulas, este se comprometia a abolir o comércio e, posteriormente, a escravidão de suas colônias, em troca da proteção inglesa para a fuga da Corte para o Brasil: o Tratado de Aliança e Amizade, assinado apenas em 1810 (GURGEL, 2008: 2).

Em 21 de janeiro de 1815, durante o Congresso de Viena, Portugal firmou um tratado com a Grã-Bretanha, no qual se comprometeu a extinguir o comércio de escravos realizado ao norte da linha do Equador, em troca de uma vultosa indenização financeira: 300.000 libras, além do perdão de uma dívida portuguesa de 600.000 libras esterlinas, firmada por um acordo assinado no dia posterior (BETHELL, 2002: 34). A compensação financeira foi uma tática bastante utilizada pelo Governo britânico para tentar consolidar a legislação antitráfico.

Após o Congresso de Viena, a Grã-Bretanha conseguiu o comprometimento de diversas nações para a proibição do comércio transatlântico de escravos africanos: Espanha, França, Holanda, Suécia, Estados Unidos e Dinamarca (BETHELL, 2002: 36). Neste ensejo, em 28 de julho de 1817, Portugal e Grã-Bretanha assinaram uma Convenção Adicional ao Tratado de 1815. Esta convenção reforçava a parcela do comércio português de escravos que continuava legal: o comércio praticado em navios portugueses entre portos



dentro do domínio colonial desta mesma Coroa ao sul da linha do Equador (BETHELL, 2002: 39). Por esta nova legislação, tanto a Marinha Portuguesa quanto a Marinha Britânica tinham o direito recíproco de “visita e busca a navios suspeitos de comércio ilícito de escravos” (CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA - **Cadernos do CHDD, ano VII n. 12, 16-19**).

No entanto, a principal contribuição surgida da Convenção de 1817 foi a instituição das Comissões Mistas (BETHELL, 2002: 40), tribunais anglo-portugueses constituídos por um juiz e um secretário de cada uma das duas nações e com duas sedes: uma em Freetown, em Serra Leoa, África Ocidental, território da Grã-Bretanha, e outra no Rio de Janeiro, Brasil, território pertencente a Portugal. O estabelecimento destas comissões, a prática de apreensões de navios negreiros e de julgamentos de traficantes de escravizados ensejavam a criação de uma nova condição jurídica que abarcasse os indivíduos que eram resgatados do tráfico ilegal. Não poderiam ser considerados escravos, pois sua escravização era nula pela ilegalidade do comércio. Logo, não poderiam ser libertos, pois não haviam sido legalmente escravos e, portanto, não poderiam ser alforriados. Por isso, passaram a ser denominados de “africanos livres” ou “liberated africans”. Não apenas “livres”. Eram duas condições diferentes, pois o “livre” não necessitava, em regra, de tutela. Foi com este documento que se estabeleceu o reenvio dos africanos livres para o seu continente de origem.

No entanto, a Convenção de 1817 instituiu que, antes de os africanos serem reenviados, seriam obrigados a prestar serviços no país que os havia capturado por um período de 14 anos (MELLO, 2011: 6), criando, assim, a necessidade de tutelar estes indivíduos. Assim sendo, os africanos livres encontravam-se em um limbo (MAMIGONIAN, 2002:4) entre a liberdade e a escravidão: como os escravizados, também estavam inseridos em uma modalidade de trabalho compulsório; no entanto, não eram considerados propriedade de ninguém – eram juridicamente humanos e não tratados como ser movente.

No que concerne ao Império do Brasil, de acordo com Argemiro Gurgel (2008: 7), após a independência, D. Pedro I viu-se incumbido de assumir o compromisso estabelecido por seu pai com a Coroa britânica. Em 1826, o imperador do Brasil firmou com a nação britânica o Tratado Anglo-Brasileiro de 23 de novembro de 1826 (BETHELL, 2002: 83), o primeiro tratado comercial entre estes países. Com este tratado, foi reiterado que o Brasil, agora independente, honraria os acordos firmados com a Grã-Bretanha por Portugal e que dissessem respeito à nação brasileira. Inclusive, autorizava a Marinha britânica a continuar interceptando navios brasileiros suspeitos de tráfico ilegal, considerado como pirataria por este



tratado. Em troca, a Grã-Bretanha ajudaria no reconhecimento do Brasil como uma nação independente. Este tratado estabeleceu, ainda, uma data-limite para o fim do tráfico: três anos após a sua ratificação por ambas as nações signatárias.

Mas o Brasil não efetivava o fim do seu comércio de escravos, o que criava um mal-estar com o Governo britânico. Em março de 1830, com o término do prazo estipulado para tal fim, deu-se o ultimato: o Brasil tinha que se posicionar contra o comércio de escravos africanos. Em 31 de maio de 1831, o senador Felisberto Caldeira Brant apresentou o projeto que melhor se adequou às expectativas políticas do Império. Com o apoio do então Ministro da Justiça, o padre Diogo Antônio Feijó, a lei foi promulgada em 7 de novembro de 1831, e ficou conhecida como Lei Feijó. Em seu primeiro artigo, a lei afirmava que “Todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres” (LEI FEIJÓ, 1831: 1). Portanto, na legislação brasileira, o conceito jurídico de “africano livre” é inaugurado com a Lei de 1831. Nos demais artigos (no total, eram nove), a lei determinava quem seria culpabilizado juridicamente pelo comércio ilegal: comandantes dos navios negreiros apreendidos, os financiadores das viagens e os compradores dos africanos importados.

Mesmo com o não cumprimento da lei, que passou a ser denominada de lei “para inglês ver”, a elite política e escravista tentou, por duas vezes, em 1834 e em 1848, revogá-la. Isto ocorreu porque, ao determinar que todos os africanos trazidos ao Brasil após novembro de 1831 eram livres, a lei ia de encontro ao direito de propriedade do senhor. Com a aprovação do decreto de 12 de abril de 1832, em que se declarava que qualquer africano que pudesse comprovar que chegara ao Brasil após 1831 poderia entrar na justiça e requerer sua libertação, o direito à propriedade ficou ainda mais ameaçado. Além disto, havia a previsão de penalidades criminais para aqueles que comprassem africanos traficados após novembro de 1831, o que ameaçava diretamente a elite econômica do país. Apesar de todos os esforços, a lei não foi revogada, principalmente devido às pressões inglesas, continuando em vigor até o fim da escravidão.

Quando havia apreensões, os africanos eram encaminhados a depósitos. Destes locais, os africanos eram encaminhados aos estabelecimentos públicos ou aos leilões a particulares, a fim de prestarem os 14 anos de serviço a que eram obrigados. No Recife, os estabelecimentos públicos que recebiam estes trabalhadores eram os seguintes: Santa Casa da Misericórdia, Arsenal da Marinha, Arsenal de Guerra, Hospital Militar, Colégio de Órfãos, Casa de Expostos e Recolhimentos (FERNANDES, 2010:15).



Diante da ineficácia da lei de 1831, a Grã-Bretanha continuou a cobrar o Estado brasileiro por um posicionamento mais efetivo. Com a hesitação do governo brasileiro, os britânicos decidiram promulgar unilateralmente um novo “acordo”, em 8 de agosto de 1845: o Bill Aberdeen. Com esta nova lei, o Governo britânico estava autorizado a julgar os traficantes de navios brasileiros apresados pela Marinha britânica em seus tribunais (RODRIGUES, 2009: 329). Apesar dos protestos formais dos parlamentares brasileiros contra a Aberdeen, esta lei entrou em vigor. Por este motivo, as discussões acerca de uma nova lei antitráfico foram retomadas e intensificadas, o que culminou na promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, em 4 de setembro de 1850. Esta lei visava estabelecer as medidas pelas quais se reprimiria o tráfico de africanos para o Império do Brasil, reafirmando a vigência da Lei Feijó. Previa a apreensão e fiscalização de embarcações suspeitas de serem usadas no tráfico de africanos, considerando este tipo de comércio como pirataria. No entanto, a lei de 1850 descriminalizou a compra de africanos traficados ilegalmente, marcando assim a diferenciação entre o traficante e o comprador de escravos. Assim, os senhores de escravos, que correspondiam a uma boa parcela do Parlamento brasileiro, foram isentos de qualquer responsabilidade criminal pelo contrabando de africanos para o país.

Apesar de a lei de 1850 ter conseguido efetivar o fim do comércio transatlântico de escravizados no Brasil, ainda havia africanos livres sob a tutela do Estado brasileiro. A condição jurídica relacionada aos indivíduos resgatados do tráfico ilegal só foi extinta no Brasil em 1864, com o decreto 3310, de 24 de setembro de 1864. Com este decreto, milhares de trabalhadores africanos puderam ter o direito à liberdade jurídica efetiva, libertando-se de uma tutela que, em muitos casos, ultrapassava em muito os 14 anos estipulados em lei.

Em suma, “africano livre”, no Brasil, foi a condição jurídica atribuída aos africanos resgatados de navios negreiros apresados devido ao descumprimento de alguma norma pertencente à legislação antitráfico, estabelecida durante as primeiras décadas do século XIX. Estes indivíduos não eram reenviados imediatamente ao seu continente de origem. Eles deveriam passar por um período de tutela do Estado pelo qual haviam sido resgatados do tráfico. No Brasil, este período foi estipulado em 14 anos e deveria ser cumprido em serviços prestados em obras e instituições públicas, assim como a particulares. Para alguns abolicionistas europeus, esta emancipação e tutela estatal era vista como uma oportunidade de mudar a forma de utilização da mão de obra africana, em especial nas colônias europeias: de trabalho compulsório para trabalho livre. No entanto, os africanos livres eram obrigados a cumprir esse período de tutela,



portanto, esta era uma forma de trabalho forçado. Longe de serem livres, estes indivíduos estavam em um limbo entre a liberdade e a escravidão.

A teia: o arsenal da marinha e a exploração da mão de obra dos africanos livres em Pernambuco

(...) a opção pela utilização dos africanos livres nas obras insere-se naquele contexto da necessidade de um contingente grande de mão de obra, que fosse produtiva, passível de controle e, ao mesmo tempo, não onerosa (BERTIN, 2006: 53).

De acordo com o historiador José Miguel Arias Neto (2001: 28), a construção naval pode ser considerada a primeira indústria instalada no Brasil, já nas últimas décadas do século XVI. Quanto à estruturação da atividade em torno de um Arsenal da Marinha, esta remonta ao século XVIII. Em 1763, ocorria a transferência da capital da Colônia de Salvador para o Rio de Janeiro. Neste mesmo ano, o recém-nomeado Vice-rei, Antônio Álvares da Cunha, criou, em 29 de dezembro, na nova capital colonial, o Arsenal Real da Marinha. Havia a necessidade de resguardar a Colônia dos ataques navais de países inimigos de Portugal. Portanto, era urgente a criação de um arsenal para que os navios de guerra da metrópole pudessem ser reparados e até mesmo construídos no território colonial.

Contudo, Arias Neto (2001: 28) ressalta que apenas com a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil e com a conseqüente transferência dos principais órgãos e instituições políticas, administrativas e militares para o território brasileiro é que a capacidade de fabricação dos arsenais e estaleiros, sobretudo a do Arsenal Real da Marinha, foi aumentada.

Com a Independência, em 1822, o Brasil precisava resguardar sua unidade territorial e defender seu status de nação independente. Arias Neto ressalta que a primeira esquadra do Império do Brasil foi formada pelo confisco dos navios da Armada portuguesa que se encontravam no Rio de Janeiro e pela aquisição de outros. Tratava-se, portanto, de uma “esquadra improvisada para atender as dificuldades momentâneas então enfrentadas pela instituição” (ARIAS NETO, 2001: 28). Entre 1823 e 1824, foram travadas diversas campanhas navais entre a Marinha brasileira e a Armada portuguesa, principalmente nos mares da Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará e Cisplatina. Logo após estes entraves com Portugal, eclodiu a Confederação do Equador (1824), além da Guerra da Cisplatina (1825-1828). Posteriormente a tantas disputas, as embarcações da Marinha do Império precisavam de urgentes reparos. No entanto, a manutenção de navios



de madeira requeria tempo, muito dinheiro e abundante mão de obra. Portanto, era imperativo que o país organizasse sua Marinha de Guerra Nacional, o que incluía a expansão da frota naval (ARIAS NETO, 2001:1-4).

Outra dificuldade encontrada pela Marinha brasileira foi a criação de uma força de trabalho marítima. De acordo com o pesquisador José Carlos Barreto (2005: 2), na Europa, a formação de trabalhadores voltados para as atividades marítimas foi intensificada no século XVIII. Barreto afirma que a desapropriação de pequenos produtores rurais europeus possibilitou a migração destes trabalhadores para o ambiente urbano e a modificação de sua atividade laboral: antes lavradores, estes indivíduos passaram a desempenhar atividades fabris, dentre elas as atividades marítimas, tanto na produção naval quanto na navegação como tripulantes (BARRETO, 2005: 2). No entanto, o autor defende que, no Brasil Colonial, não houve essa disponibilização de mão de obra do campo para as demais atividades. A pouca mão de obra livre da colônia portuguesa poderia facilmente subsistir através da exploração dos recursos naturais, não necessitando se submeter a uma atividade laboral tão extenuante quanto as atividades marítimas. Portanto, havia uma grande dificuldade em angariar um contingente satisfatório de trabalhadores para estas atividades.

Em concernência a estas necessidades, em 11 de janeiro de 1834, a Regência decretou a reforma da Intendência e dos Arsenais da Marinha do Império. Em seu título III, o decreto tratava dos Arsenais de Pernambuco e do Pará. Neste título, a norma definiu como seria a cadeia de comando dentro destes Arsenais. Na sequência, no dia 13 de janeiro de 1834, promulgou-se um decreto que trazia um novo regulamento para a Intendência e para os Arsenais da Marinha do Brasil. Neste documento, estipulou-se as competências para cada cargo existente nestas complexas instituições, sendo os dois cargos mais importantes eram o de Intendente e o de Inspetor. Ao Intendente, caberia a chefia da Intendência da Marinha, localizada no Rio de Janeiro. Paralelamente, aos Inspetores dos Arsenais da Marinha caberia a chefia de cada unidade. Todos os demais empregados das duas instituições estariam subordinados aos ocupantes destes dois cargos. Portanto, criou-se uma cadeia de comando totalmente verticalizada, com uma hierarquia militar, em que cada cargo está subordinado a um acima, até o cargo máximo. E nenhuma decisão era tomada sem a anuência do Intendente ou do Inspetor.

Desta maneira, durante o Império, os Arsenais da Marinha foram estruturados como conjuntos arquitetônicos construídos com o intuito de recolher, construir e consertar embarcações da Marinha do



Brasil. Em Pernambuco, o Arsenal foi criado pelo Decreto Provincial de 01 de janeiro de 1834. Seu projeto arquitetônico foi elaborado em 1837. O edifício foi construído em um amplo terreno a beira mar, no atual bairro do Recife. Possuía um cais com quase 800 metros, no qual funcionavam a administração, depósitos e galpões, os quais contavam, mesmo antes da sede definitiva estar pronta, com oficinas de carpintaria e profissionais diversos, tais como calafates, ferreiros, tanoeiros, pedreiros, serrador, funileiro, torneiro, pintores, espingardeiro (FERNANDES, 2010: 60).

Os trabalhadores navais do Império do Brasil: funções e atribuições

No que diz respeito a este contingente de trabalhadores do nível operacional da Marinha, o historiador Saulo Álvaro de Mello (2011: 4-5) afirma que, no período imperial, havia uma extrema dificuldade em compor o quadro de marinheiros e soldados do Corpo de Artilharia da Marinha. A maior parte do recrutamento era forçado, sendo composto de trabalhadores escravizados, mendigos, colonos, caboclos e prisioneiros. O autor assevera que estes trabalhadores também compunham o quadro funcional da Marinha Imperial, sendo locados também nos Arsenais da Marinha. Os principais trabalhadores forçados a compor este quadro eram os escravizados. Se antes de 1831 vários regulamentos de arsenais impunham a condição de livres aos trabalhadores de seus quadros – os exemplos citados são o Arsenal da Marinha de Mato Grosso e o Arsenal e Barcas Canhoneiras -, Mello assevera que, após a proibição do tráfico transatlântico de africanos, tornou-se mais significativo o uso do trabalho coercitivo dentro dos arsenais, em especial o dos denominados escravos da nação. De acordo com Alinnie Silvestre Moreira (2005: 28), o escravo da nação era um escravizado cuja propriedade pertencia diretamente ao governo imperial. Portanto, apesar de muitas vezes, até mesmo na documentação da época, os escravos da nação e os africanos livres serem confundidos, os primeiros eram propriedade do Estado e os últimos, pessoas livres sob a tutela do mesmo.

De acordo com a historiadora Cyra de Oliveira Fernandes (2010: 60), no que concerne ao Arsenal da Marinha de Pernambuco, foi nesta instituição, juntamente com o Arsenal de Guerra, que se encontravam o maior quantitativo de trabalhadores africanos livres da província. De acordo com Cyra Fernandes, era para o Arsenal da Marinha que as autoridades destinavam todos os africanos livres apreendidos nos navios envolvidos no tráfico ilegal. E era esta instituição que era responsável pela transferência de parte desta mão



de obra para as demais instituições públicas, em primeiro lugar para o Arsenal de Guerra, seguida das demais. Portanto, quanto ao papel do Arsenal da Marinha de Pernambuco na teia de apreensão e alocação dos africanos livres resgatados do tráfico ilegal na província, o Arsenal era a instituição central, para a qual a maioria dos africanos livres destinados ao trabalho dentro das instituições públicas era enviada. Havia a apreensão, depois o envio para os depósitos e, após os leilões a particulares, o envio dos demais indivíduos para o Arsenal da Marinha. Esta instituição selecionava o contingente que seria empregado em suas atividades e, posteriormente, redistribuía os demais trabalhadores para outras instituições.

Quanto à estrutura do Arsenal da Marinha de Pernambuco (FERNANDES, 2010: 60), ele era composto por diversas oficinas divididas por técnicas de trabalho e cada uma delas com sua organização própria. Em documentação pertencente ao acervo do Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE), tivemos acesso ao resumo das obras realizadas pelo Arsenal da Marinha durante o período de dezembro de 1852 a fevereiro de 1853. Este documento nos traz um panorama de quais as atividades realizadas pela força de trabalho presente nesta instituição.

Os trabalhos listados não são relacionados apenas à produção e manutenção de embarcações, principais atividades desenvolvidas por um arsenal. As atividades relacionadas também diziam respeito à construção e manutenção de estruturas ligadas à Marinha Imperial ou de Guerra. As atividades ligadas à construção civil são: construção de alicerces, construção e manutenção de muralhas e recifes, feitura de reboco, pintura, caiação, escavações, aterros, colocação de grades de ferro, construção de paredes e arcadas.

Quanto às atividades-fim do Arsenal, aquelas ligadas à produção naval, as listadas no documento são: conclusão de duas caldeiras, conclusão da construção de um batelão¹² e de uma canoa; conclusão do conserto de uma lancha¹³ e de um escaler¹⁴; conserto de quatro embarcações de guerra; e, o que parece ser

¹² Embarcação robusta de fundo chato com pequeno calado (profundidade em que a embarcação está submersa na água) de pouco mais de 1 metro, empregada para desembarque, transbordo de carga em portos, por ser propícia para operações em águas rasas. Disponível em: <http://www.brasilmergulho.com.br/port/nafragios/descricao/> Acesso em 27 de junho de 2015.

¹³ Embarcações rápidas de pequeno e médio porte, utilizadas para desembarque de tropas, cargas e armas e também para patrulha (GOULARTI FILHO, 2011, p.13).

¹⁴ Pequena embarcação a remo ou a vela destinada ao serviço de um navio ou de um porto para transporte de pessoas e cargas (embarques ou desembarques). Disponível em: <http://www.naufragiosdobrasil.com.br/guiaembarcacoes.htm>. Acesso em 27 de junho de 2015.



a obra mais importante do arsenal, a conclusão de diversas etapas do Brigue¹⁵ Itamaracá – calafeto, forro de cobre e conclusão da praça de armas.

Por outro lado, o documento denominado “Nota das despesas feitas mensalmente com o pessoal e material da Repartição da Marinha tomando por termo de comparação o mez de Janeiro do corrente anno”(APEJE, AM 10: 147) lista as despesas de janeiro de 1853 das seguintes repartições: Arsenal, Capitania do Porto, Almoxarifado, Farol, Enfermaria da Marinha, Obras e Inválidos. O montante de todas as despesas chega a treze contos e setecentos e noventa e seis mil réis. No que tange ao Arsenal da Marinha, a despesa mensal com o pessoal totalizou dois contos, setecentos e noventa e cinco mil e quinhentos e noventa réis. Com material, o Arsenal gastou, no mês de janeiro de 1853, quatro contos, novecentos e oitenta e seis mil e setecentos e vinte réis. No total, o Arsenal da Marinha somou um custo de sete contos, setecentos e oitenta e dois mil e trezentos e dez réis. A segunda repartição mais onerosa era a de Obras, com gasto mensal totalizado em quatro contos, novecentos e trinta e cinco mil e seiscentos e setenta e nove réis. Portanto, o Arsenal, sozinho, respondia por mais da metade do custo das Repartições da Marinha. Era a repartição para a qual era destinada a maior fatia de recursos financeiros.

Já no relatório intitulado “Classificação das obras por oficinas a que se refere officio desta data” (APEJE, AM 10: 368), datado de vinte e dois de fevereiro de 1853, o Inspetor do Arsenal da Marinha de Pernambuco, João Henrique de Carvalho Mello, lista as funções e os trabalhos realizados pelo quadro funcional do Arsenal da Marinha de Pernambuco. A primeira função referida é a dos carpinteiros. Estes trabalhavam em diversos projetos distintos. Os dois maiores relatados se davam a bordo do Brigue Itamaracá - a “mastração”, atualmente denominada mastreação, a prontificação de seus escaleres e a construção de sua lancha - e do Brigue Escuna Legalidade - a mastreação e os seus escaleres. Havia o conserto de outras embarcações, como a lancha do Arsenal da Marinha e algumas de suas canoas. Havia a construção de escaleres, dentro outros consertos e trabalhos menores.

A segunda função relatada é a de “carpinos”, responsáveis pela câmara do Brigue Itamaracá, pela estacada de uma caldeira, por um assoalho e por obras diversas em dois Brigues, um deles o Escuna Legalidade. Temos também os calafates, responsáveis por trabalhos no Brigue Itamaracá, no Brigue Escuna

¹⁵ Veleiro de casco fino com dois mastros e dois gurupés (mastro de proa). Era muito utilizado para fins comerciais e também como embarcação de guerra. Disponível em: <http://www.brasilmergulho.com.br/port/naufragios/descricao/> e <http://www.naufragiosdobrasil.com.br/guiaembarcacoes.htm> Acesso em 27 de junho de 2015.



Legalidade e na canoa de transporte de água, assim como nas de transporte de pedras. Havia os ferreiros, designados para obras de outras oficinas, nos navios e no melhoramento do porto; os tanoeiros responsáveis por obras nos navios, no Almojarifado (referido acima como uma das Repartições da Marinha) e também no melhoramento do porto. Os “polieiros” ou poleeiros, responsáveis por roldanas e polias, exerciam sua atividade tanto nas obras dos navios quanto no melhoramento do porto. Os “canteiros”, pedreiros encarregados da manutenção dos arrecifes e de lavar pedra de cantaria, pedras muito duras e grandes. Os pedreiros, que se encarregavam de calçadas, muralhas, caiação, da construção de um torreão, assim como da manutenção dos arrecifes.

A lista de atividades e funções continua com a atividade de trosso e velas, que estava relacionada à preparação do pano e do aparelho do Brigue Escuna Legalidade, assim como do aparelho do Brigue Itamaracá. Também constam os serradores, responsáveis por serrar pranchas de madeira para todas as obras em curso, os feitores e os serventes. Estes dois últimos são os que detêm um maior número de atividades. Os feitores eram responsáveis pela supervisão e direção de diversas atividades, especialmente às realizadas pelos serventes. Eram também designados para a guarda de muralhas, portões e entrada para as caldeiras (sempre são designadas duas, uma denominada “do norte” e a outra “do sul”), ronda em terra e no mar, assim como para vigiar a descarga de lastros dos navios mercantes. Alguns eram destacados até mesmo como enfermeiros. Quanto aos serventes, eram designados para as atividades que não necessitavam de especialização. As listadas no ofício aqui utilizado foram: transporte de madeira do Brigue Itamaracá para o armazém; na estacada da caldeira do norte; na obra do cano do Arsenal; na obra da calçada do exterior desta instituição; nas obras de duas oficinas; nas obras de construção de muralhas, de caiação, na construção do torreão do Arsenal, na escavação da caldeira do sul e na manutenção dos arrecifes.

No que concerne a estas funções laborais, de acordo com Cyra Fernandes, era a função de servente que ocupava a maior parte da mão de obra do Arsenal (FERNANDES, 2010: 60). Como referido acima, estes trabalhadores eram responsáveis pelos trabalhos não especializados. Outras atividades referidas pela autora, que diferem das encontradas no documento analisado acima são as de limpeza das galeotas e do transporte de água para o abastecimento dos navios. Segundo Cyra Fernandes, esta era a função exercida pela maioria dos africanos livres presentes no Arsenal da Marinha de Pernambuco. Apesar disto, a autora defende que, de acordo com a documentação por ela analisada, alguns destes africanos livres aprendiam ofícios, tornando-se especializados em uma determinada atividade (FERNANDES, 2010: 61). Podemos



exemplificar esta afirmação com o caso descrito em documento do Arsenal da Marinha de Pernambuco (APEJE, AM 10: 131). O ofício, datado de 19 de fevereiro de 1853, de autoria do Inspetor do Arsenal, João Henrique de Carvalho Mello, é endereçado ao então Presidente da Província, Francisco Antônio Ribeiro. O inspetor Mello faz menção a um requerimento, emitido por Luís e Christóvão, africanos livres pertencentes ao contingente de trabalhadores do Arsenal. De acordo com o ofício, estes indivíduos eram oficiais de cabo[u]queiros, especializados, portanto, em escavações.

Ainda com relação às funções laborais, havia também as atividades ligadas à manutenção dos trabalhadores, tais como o trabalho na cozinha e a lavagem da roupa, sendo esta última atividade exclusivamente feminina (FERNANDES, 2010: 61). Ao abordar a questão da proporção entre homens e mulheres que detinham a condição de africanos livres nas instituições públicas do Império do Brasil, a historiadora Beatriz Mamigonian (2002:108) afirma que a proporção era de 92% de homens para 8% de mulheres. A autora ressalta que muitas instituições sequer possuíam africanas livres em seu contingente de trabalhadores. Nesta perspectiva, Cyra Fernandes (2010: 61) corrobora a informação de Mamigonian ao afirmar que havia uma predominância de mão de obra masculina nos Arsenais da Marinha e de Guerra, devido ao tipo de trabalho desenvolvido nas oficinas, o qual requeria força física. A autora apresenta uma listagem referente aos africanos livres do Arsenal de Guerra de Pernambuco, datada de 1851 (FERNANDES, 2010: 64-66). No total, havia 41 africanos livres nesta instituição: 33 homens, seis mulheres e duas crianças, uma menina e um menino. Por outro lado, em instituições nas quais a força física não era uma prerrogativa para o desempenho das atividades, havia a predominância feminina. Cyra Fernandes (2010: 66) ressalta o exemplo dos recolhimentos, nos quais chegava a não haver trabalhadores do sexo masculino.

Os africanos livres da barca e a luta pela dignidade laboral

Sendo que porem estes affricanos trabalhão extraordinariamente mais do que os serventes livres (...) além de que trabalhão no Arsenal, no melhoramento do Porto, na Barca da Escavação e a todos esses trabalhos acodem ainda mesmo n'aquelles dias a que os de mais serventes não prestão-se (APEJE, AM 10: 105)

Ao analisar a exploração da força de trabalho dos africanos livres pelo Império do Brasil, o historiador Guilherme Babo Sedlacek (2014: 10), afirma que a forma de exploração destes trabalhadores foi modificada ao longo dos trinta e três anos de existência desta condição jurídica na legislação brasileira.



Estas modificações permitiram definir três momentos distintos, os quais foram propiciados pela mudança do discurso político, pautado pelos interesses econômicos da elite política e financeira do país, analisado a partir da documentação proveniente dos ministros da Justiça, discurso este voltado para a questão dos africanos livres e de sua mão de obra: segundo o autor, entre 1831 e 1834, não há grande preocupação dos ministros da Justiça com a situação dos africanos livres – toda a atenção se volta para o problema do combate ao tráfico ilegal de escravos.

No entanto, a partir de 1835, e até o ano de 1849, Sedlacek (2014: 10) defende que houve uma maior preocupação, por parte do Ministério da Justiça e do Estado como um todo, com a exploração econômica dos africanos livres. O autor assevera que, neste período, a lucratividade era gerada principalmente pelo arrendamento dos serviços desta população a particulares. Portanto, o lucro advinha dos valores cobrados pelo Estado para a concessão da mão de obra dos africanos livres a terceiros. O autor defende que, por este motivo, a Casa de Correção da Corte, construída neste período, foi o primeiro depósito de africanos livres do Rio de Janeiro. Neste local, os africanos resgatados se recuperavam das moléstias causadas pela travessia, eram vigiados e aprendiam um novo ofício (SEDLACEK, 2014: 12). Desta maneira, seus arrendamentos gerariam maior lucro ao Estado.

A promulgação da lei Eusébio de Queiroz, em 4 de setembro de 1850, trouxe, além da segunda proibição do comércio transatlântico de escravizados, a restrição do uso da força de trabalho dos africanos livres às instituições públicas. Sob este novo contexto, Sedlacek afirma que houve uma nova mudança de perspectiva: de 1850 a 1855, há um maior interesse na exploração da mão de obra africana livre para a realização de obras e serviços públicos. Neste período, o ganho econômico advém da exploração direta da força de trabalho destes indivíduos, diminuindo custos de produção e aumentando a produtividade. O autor conclui (2014, p.10) afirmando que havia um monopólio por parte do Império do Brasil quanto ao acesso aos africanos livres e que o Estado soube explorar este monopólio tanto para lucrar com o aluguel desta mão de obra quanto para favorecer suas instituições e as concessionárias de obras públicas com os serviços destes trabalhadores.

De acordo com Enidelce Bertin (2006: 53), a opção pela utilização da mão de obra africana livre nas obras e instituições públicas respondeu à necessidade de um grande contingente de mão de obra (em especial nas obras públicas, tais como a construção de estradas, analisadas pela autora). No entanto essa mão de obra deveria obedecer a três critérios fundamentais: deveria ser produtiva, submissa e barata. Bertin



(2006: 57) cita um exemplo contido em um relatório de 1856, elaborado por Carlos Rath, administrador das obras públicas da província de São Paulo: “(...) o serviço destes homens não se pode calcular; eles servem para tudo, na estrada, no mato, na água ou canoa, no lodo e em todos os casos aonde os brancos não querem ir, portanto são muito úteis; são sempre móveis e prontos (...)”.

No que tange à submissão dos africanos livres, Bertin (2006: 62) salienta que a conveniência do emprego da mão de obra destes trabalhadores estava no fato de estarem tutelados pelo Estado. Portanto, dentro deste contexto, os africanos livres eram forçados a cumprir as determinações estabelecidas pela sua tutela, dentre as quais a obrigação de prestar serviços, independentemente de sua natureza ou insalubridade. Como vimos no primeiro capítulo, os africanos livres formavam um contingente de trabalhadores involuntários, isto é, exerciam trabalho compulsório. Como tal, deveriam executar sem questionamentos as atividades que lhes fossem imputadas.

No que concerne aos gastos, dentre os trabalhadores livres das instituições públicas, os africanos livres eram, de longe, os menos onerosos aos cofres públicos. Como foi visto no capítulo anterior, as condições de vida dos africanos livres eram equivalentes às dos escravos da nação. Bertin (2006: 59) afirma que a contenção de despesas com os africanos livres das obras públicas da província de São Paulo fica evidente com as poucas peças de roupa que recebiam anualmente, assim como com a exígua e barata alimentação ofertada, à base de feijão, farinha e toucinho, e a ração mensal reduzida de sabão e fumo a que estes trabalhadores tinham direito.

A remuneração: nova forma e velhas práticas de exploração

Quanto à remuneração destes trabalhadores, Alinnie Moreira (2005:126) afirma que foi a partir da década de 1850 que o governo imperial passou a conceder gratificações diárias aos escravos da nação e aos africanos livres, além do seu sustento. Bertin (2006: 59-60) compara os seus valores aos recebidos por trabalhadores livres que exerciam a mesma função. Um exemplo dado pela autora é o pagamento devido aos trabalhadores das obras públicas paulistas: enquanto os africanos livres recebiam entre 320 e 460 réis por semana, os imigrantes portugueses e alemães recebiam entre 1000 e 1200 réis por dia de serviço. Além disso, a autora ressalva que muitas vezes deste valor pago aos africanos livres por seu trabalho eram descontadas diversas das despesas com sua manutenção, principalmente a alimentação. Portanto, no fim,



muitas vezes, estes africanos não recebiam nada pelo seu trabalho. Vale salientar que a lei de 1850, em seu artigo 6º, preconizava que os próprios africanos custeariam sua repatriação, ou seja, o que restava deste exíguo pagamento deveria ser destinado a um fundo para o custeio de sua viagem de retorno.

Quanto à diferenciação das remunerações, Beatriz Mamigonian (2002: 113) afirma que, no que dizia respeito aos trabalhadores livres do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro, o pagamento variava de acordo com o nível de sua especialização. Em documento elaborado pelo Arsenal da Marinha de Pernambuco e datado de cinco de fevereiro de 1853, apresentou-se a “Relação das Classes dos Operários de Carpinteiro de Machado e Calafates e quanto vencem por dia e suas gratificações” (APEJE, AM, documento avulso). Nesta relação, as duas atividades possuem 10 classes de vencimento, sendo a décima a de menor especialização e, portanto, a que possuía menor vencimento e gratificação. Por conseguinte, a 1ª classe corresponde ao maior grau de especialização e, portanto, era a que recebia maior vencimento e gratificação diários. Enquanto a 10ª classe recebia cem réis por dia, sem direito à gratificação (só a partir da oitava classe é que recebiam gratificações), a 1ª classe de carpinteiros e calafates tinha direito a mil e seiscentos réis diários, somados a uma gratificação de cem réis por dia. Portanto, a gratificação da primeira classe correspondia ao jornal da décima.

De acordo com Alinnie Moreira (2005: 125), nas instituições públicas que concatenavam o trabalho voluntário ao trabalho compulsório, mesmo entre os trabalhadores livres, as remunerações eram consideradas baixas, visto que sempre havia pedido de aumento de vencimentos. Segundo a autora, isso se dava porque esta concomitância depreciava os ganhos dos trabalhadores livres: estes indivíduos sempre ganhavam menos do que outros profissionais de sua área que não exerciam suas atividades para estas instituições.

Apesar da grande depreciação dos valores das remunerações dos trabalhadores compulsórios face aos recebimentos dos trabalhadores livres, além dos muitos gastos descontados de seus jornais, Moreira (2005: 126) defende que a conquista do direito de receber pagamento pelo trabalho exercido significou uma mudança estrutural nas condições de vida dos escravos da nação e dos africanos livres. A partir deste direito, muitos escravos puderam comprar a alforria. E, da mesma forma que os trabalhadores livres reivindicavam aumento, muitos trabalhadores compulsórios também passaram a reivindicar.

Não que a reivindicação advinda dos trabalhadores compulsórios já não fosse uma realidade. Moreira (2005: 122) exemplifica ao apresentar o caso dos 53 escravos da nação, trabalhadores da Fábrica



de Pólvora da Estrela, no Rio de Janeiro, que, em 1833, requisitaram o aumento das rações de alimento diárias, além de uma folga aos domingos. Caso não fossem atendidos, ameaçavam fugir. Receberam do diretor da fábrica a promessa do aumento das refeições, mas a negativa quanto às folgas. Em resposta, no dia seguinte, se rebelaram. Foi necessária a intervenção de um destacamento de onze soldados para que a insurreição tivesse fim. Os líderes foram identificados e punidos com surras públicas.

Outro exemplo de reivindicação, desta vez ligado a um grupo de africanos livres, nos é dado por Afonso Florence (2002: 58). Em 1857, este grupo, formado em sua maioria por mestres e oficiais (isto é, africanos qualificados), protestaram contra o valor de suas remunerações mensais. Afirmavam que os valores, entre três e cinco mil réis, eram irrisórios. Comparavam estes valores aos recebidos por oficiais e mestres que exerciam suas funções fora da instituição: entre trinta e sessenta mil réis mensais. Ou seja, os africanos livres recebiam aproximadamente um décimo do recebido por outros profissionais da mesma categoria. Florence não menciona a condição jurídica destes últimos trabalhadores, mas podemos inferir que se tratava de homens livres ou libertos, pois era comum que os africanos livres recebessem menos para exercerem as mesmas funções.

Além do caso acima, o autor exemplifica essa realidade ao comparar esses valores de remuneração ao valor pago, na Bahia, durante as décadas de 1830 a 1860, por um escravo: entre noventa mil réis e um conto e cento e sessenta e oito mil réis, podendo chegar a um conto e quinhentos e trinta mil réis. Para o autor, ao comparar o preço de um escravo à remuneração paga a um africano livre por sua força de trabalho, podemos antever que o africano livre, na realidade, era visto pela sociedade oitocentista brasileira como um escravizado barato.

Os africanos livres da Barca e a reivindicação de 1853

No que concerne aos africanos livres do Arsenal da Marinha de Pernambuco, podemos identificar esta luta por direitos por meio de dois documentos. O primeiro deles (APEJE, AM 10: 105), datado de catorze de fevereiro de 1853, é um requerimento, endereçado ao Presidente da Província, Francisco Antônio Ribeiro, e assinado pelo Inspetor do Arsenal, João Henrique de Carvalho Mello. Neste documento, o inspetor Mello afirma que, por ordem do presidente da província pernambucana, os africanos livres recolhidos à Barca de escavação do Porto do Recife recebiam oitenta réis diários como remuneração.



Todavia, o inspetor afirma que os africanos livres não só desempenhavam atividades na Barca, mas também na escavação da caldeira do norte do Arsenal, como ainda em outros serviços deste mesmo. Diante do volume do trabalho realizado, o inspetor argumentava que os africanos livres trabalhavam muito mais do que os serventes livres destas repartições. Neste ponto, descobrimos, portanto, a função destes africanos: eles eram serventes.

Pelos motivos destacados, o inspetor Mello defende o aumento da remuneração dos africanos da Barca, que deveriam passar a receber duzentos réis diários. No documento, consta ainda, no cabeçalho, um decreto do presidente da província, datado de dezenove de fevereiro de 1853, no qual pede um informe à Tesouraria da Fazenda de Pernambuco. No verso do documento, há um parecer de um profissional da Contadoria desta instituição, datado de 22 de fevereiro de 1853. Neste, o contador assegurou que a remuneração de oitenta réis se assemelhava ao que era pago na Corte para os mesmos profissionais: cem réis diários. Portanto, o contador da Tesouraria pernambucana deu um parecer desfavorável ao aumento.

Quanto ao valor apresentado como sendo da remuneração inicial dos africanos livres da Barca, como vimos anteriormente, um trabalhador livre de décima classe, isto é, um iniciante em um ofício, recebia, no Arsenal da Marinha de Pernambuco, cem réis de remuneração diária. Portanto, a remuneração de oitenta réis era abaixo do percebido por trabalhadores livres do Arsenal. No entanto, em documento datado de 22 de março de 1853, assinado pelo inspetor do Arsenal, João Mello, e endereçado a Francisco Ribeiro, também foi efetuado um pedido de aumento para os serventes livres do Farol. No entanto, a remuneração inicial destes trabalhadores era de oitocentos réis diários. Isto é, os serventes livres desta instituição recebiam exatamente dez vezes mais do que os africanos livres que desempenhavam a mesma função.

Como vimos anteriormente, o Farol e o Porto eram repartições da Marinha e também estavam, portanto, aos cuidados do Inspetor do Arsenal da Marinha. Desta forma, esta instituição não só era a repartição com maiores recursos, era também aquela que geria as demais. Como verificamos no documento dos africanos livres da Barca, eles também realizavam serviços no Arsenal da Marinha. Portanto, haveria uma coletivização da mão de obra das repartições, as quais poderiam trabalhar em forma de rodízio em diversas obras e atividades.

Retomando a análise documental, ao se deparar com o parecer desfavorável do contador, o inspetor do Arsenal da Marinha insiste; em 26 de fevereiro de 1853, despachou outro requerimento (APEJE, AM 10: 124) ao Presidente Francisco Ribeiro. Desta vez, o inspetor se refere aos africanos da Barca como



“africanos livres em serviço neste Arsenal”. Portanto, seriam pertencentes ao contingente direto do Arsenal da Marinha. Na realidade, eles poderiam ser do Arsenal, desempenhando funções no Porto.

O inspetor alega que este novo requerimento seria uma espécie de recurso, visto que a Tesouraria deu um parecer desfavorável ao aumento das gratificações. O inspetor Mello apresenta uma lista do consumo diário máximo (isto é, estipulava-se um limite máximo para os gastos individuais dos africanos livres) individual destes trabalhadores em itens básicos de sustento: para roupas, sessenta réis (o inspetor não especifica em que período essa roupa era entregue, se anualmente, se mensalmente, dentre outras possibilidades); alimentação: duzentos e sessenta réis. A estes valores, acrescentava-se a gratificação de oitenta réis. O inspetor defendeu que, mesmo que a gratificação fosse acrescida de cento e vinte réis (ou seja, totalizasse duzentos réis), a soma destes gastos seria menor do que os seis contos e quarenta réis recebidos mensalmente pelos serventes livres.

Neste ponto do documento, o inspetor Mello lança mão do que parece ser, para ele, o maior argumento a favor dos africanos da Barca: eles trabalham muito mais do que os serventes livres. O inspetor repete o que foi afirmado no requerimento anterior: além de trabalharem na Barca, os africanos livres trabalhavam no Arsenal, no melhoramento do Porto, dentre outros serviços. Além disto, os africanos livres trabalhavam todos os dias, mesmo quando os trabalhadores livres não trabalhavam. O inspetor sugeriu ainda que o aumento para duzentos réis fosse temporário, só enquanto estes africanos livres desempenhassem atividades no melhoramento do Porto.

Em despacho constante do mesmo documento, o presidente Francisco Ribeiro deferiu um aumento de cento e vinte réis. No entanto, não como valor a ser somado aos oitenta réis de remuneração inicial, como pedia o inspetor, mas como valor total. Parece que o presidente ou não compreendeu o novo pedido, julgando que a referência a este valor era total e não para soma-lo à gratificação já existente, ou então, simplesmente concedeu um aumento que tinha um valor mais próximo ao referido pelo contador da Tesouraria como sendo o utilizado na Corte. De qualquer forma, apesar de ter sido menor do que o esperado, houve uma conquista para os africanos livres da Barca.

Com o aumento para cento e vinte réis de sua gratificação diária, os serventes africanos livres pertencentes ao Arsenal da Marinha de Pernambuco que desempenhavam suas funções principalmente na Barca de escavações do Porto do Recife passaram a receber mais do que os trabalhadores de décima classe dos ofícios de carpinteiro de machado e de calafates desta instituição. Apesar de continuar a receber muito



menos do que os serventes livres do Arsenal, que desconhecemos se conseguiram aumentar ou não seus rendimentos, esta foi uma mudança estrutural na vida destes trabalhadores, pois não eram mais os de menor remuneração da instituição pública em que trabalhavam. Podemos antever o que este fato gerou entre estes trabalhadores livres qualificados, que passaram a ganhar menos do que trabalhadores compulsórios sem qualificação.

Uma questão a ser elucidada é se podemos ligar esta conquista a uma organização por parte dos africanos da Barca. Como visto anteriormente, as reivindicações eram algo corriqueiro dentro das instituições públicas. Havia pressão exercida por parte dos requerentes para que as autoridades atendessem às suas demandas. No entanto, de acordo com Alinnie Moreira (2005: 127), atender a estas reivindicações também foi algo que passou a fazer parte da política do Estado para com os trabalhadores compulsórios.

A autora preconiza que houve uma reformulação, nas décadas de 1850 e 1860, do sistema fabril brasileiro. A partir deste período, a sujeição pela força bruta e delimitação da mobilidade já não era suficiente para a manutenção da obediência desta força de trabalho. Moreira defende que à sujeição somou-se o assalariamento. A concessão de gratificações, assim como o incentivo formal às manumissões dos escravos da nação foram formas de obter um controle social destes indivíduos. A popularização da luta pela liberdade e o eclodir do movimento abolicionista teriam sido importantes fatores para esta reformulação.

Em concernência com esta linha de pensamento, Afonso Florence (2002: 89) afirma que a pluralidade das lutas dos africanos livres, que iam desde reivindicações acerca do aumento da alimentação e outros insumos, às lutas por melhores remunerações, e até aos processos pela emancipação ou pelo direito de “viver sobre si” proporcionou uma grande elasticidade no que tange ao significado da liberdade para este grupo. Apesar de juridicamente livres, os africanos resgatados do tráfico ilegal lutaram diariamente pelo reconhecimento de sua condição jurídica e pela diferenciação entre si e os escravizados. Essa luta, de acordo com Florence, ajudou a esfacelar um conceito muito importante para a manutenção da escravidão e do trabalho compulsório de africanos livres: a sujeição pessoal.

Neste sentido, os africanos livres tiveram que lutar diariamente para romper a sujeição imposta pela tutela. Esta sujeição impunha a obediência e o trabalho em troca da suposta proteção do Estado brasileiro contra a escravização. Para Enidelce Bertin (2006: 65), o trabalho era apresentado pelo Estado como um meio de instrução, controle e utilidade para os africanos resgatados do tráfico ilegal. No entanto, escondiam a verdadeira intenção: a manutenção da escravidão como instituição no Brasil. Bertin (2006: 66) afirma



que, apesar de legalmente diferentes, escravos e africanos livres eram, na prática, tratados e explorados economicamente de forma idêntica pela sociedade oitocentista brasileira. A forma como se deu a utilização da força de trabalho dos africanos livres não demonstrava uma transição para o uso do trabalho voluntário, mas sim uma expansão da utilização da mão de obra compulsória.

Portanto, ao analisarmos conjuntamente a documentação do Arsenal da Marinha de Pernambuco e a historiografia acerca da exploração do trabalho do africano livre no Brasil, pudemos constatar que a hipótese construída preliminarmente pode ser compreendida como correta. Apesar de, posteriormente, a lei de 1831 ter sido muito importante para a emancipação de inúmeros africanos livres e seus descendentes, esta norma, assim como as posteriores que compuseram a legislação antitráfico não foram apenas benéficas aos indivíduos resgatados do comércio ilegal de escravos. A realidade é que a reexportação, presente naquela lei, dificilmente foi cumprida. Até mesmo o período de tutela só foi determinado 19 anos depois da primeira lei antitráfico brasileira.

Mesmo a lei de 1850, mais efetiva para o fim do comércio transatlântico de escravos, trouxe a proibição do arrendamento de africanos livres por particulares. Se, por um lado, esta medida coibiu diversos abusos e fraudes cometidos por estes arrendatários, por outro assegurou que todos os indivíduos resgatados do tráfico ilegal de escravos iriam cumprir o período de tutela dentro das instituições públicas.

Com esta afirmação não queremos defender que todos os passos dados com relação aos africanos livres tenham sido na intenção de formar um novo grupo de trabalhadores forçados para o Império do Brasil. O que afirmamos é que o Estado brasileiro soube utilizar o contexto de pressão e obrigatoriedade do fim do comércio de africanos e, posteriormente, do fim da escravidão como um todo, contexto este imposto pela Grã-Bretanha, a favor de seus interesses. Longe de ser empregado como uma forma de transição do trabalho compulsório para o trabalho livre, o surgimento da nova condição jurídica de africano livre foi utilizado para ampliar o leque de trabalhadores super explorados e maltratados. Os africanos livres nunca foram vistos pela sociedade oitocentista brasileira como homens livres. A tutela a que estavam obrigados estava longe de ser vista como finita e civilizatória. A tutela era vista apenas como uma nova forma para perpetuar velhos grilhões.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES PRIMÁRIAS (DOCUMENTAÇÃO)

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO (APEJE). Arsenal da Marinha. AM 10, p. 105.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO (APEJE). Arsenal da Marinha. AM 10, p. 124.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO (APEJE). Arsenal da Marinha. AM 10, p. 131.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO (APEJE). Arsenal da Marinha. Classificação das obras por oficinas a que se refere officio desta data. AM 10, p. 368.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO (APEJE). Arsenal da Marinha. Nota das despesas feitas mensalmente com o pessoal e material da Repartição da Marinha tomando por termo de comparação o mez de Janeiro do corrente anno. AM 10, p. 147.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO (APEJE). Arsenal da Marinha. Relação das Classes dos Operários de Carpinteiro de Machado e Calafates e quanto vencem por dia e suas gratificações AM 10, documento avulso.

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL JORDÃO EMERENCIANO (APEJE). Arsenal da Marinha. Resumo das obras que se tem feito durante os meses de Dezembro de 1852, Janeiro e Fevereiro de 1853. AM 10, p. 175.



Mnemosine Revista

Volume 9, nº. 2, Jul / Dez 2018 ISSN - 2237-3217

ARSENAL DA MARINHA DO RIO DE JANEIRO. O fundador. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/amrj/>. Acesso em: 10 abr 2013.

BRASIL. Decreto sem número, de 11 de janeiro de 1834. Reforma a Administração das Intendências, e Arsenaes de Marinha do Império. **Coleção de Leis do Império do Brasil -1834**, Brasília, DF, Página 2 Vol. 1 pt II (Publicação Original). Disponível em: < [http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-37094-11-janeiro-1834-563239-publicacaooriginal-87399-pe.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/sn/1824-1899/decreto-37094-11-janeiro-1834-563239-publicacaooriginal-87399-pe.html)>. Acesso em jun 2014.

BRASIL. Decreto sem número, de 13 de janeiro de 1834. Dá regulamento para os Arsenaes da Marinha do Império. **Coleção de Leis do Império do Brasil -1834**, Brasília, DF, Página 8 Vol. 1 pt II (Publicação Original). Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret_sn/1824-1899/decreto-37094-11-janeiro-1834-563239-publicacaooriginal-87399-pe.html>. Acesso em jun 2014.

CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA, CHDD. Grã-Bretanha. **Cadernos do CHDD, ano VII n. 12, p. 16-19.** Disponível em:< http://www.funag.gov.br/chdd/index.php?option=com_content&view=article&id=224:gra-bretanha&catid=57:historico-de-relacoes-bilaterais-do-brasil>. Acesso em: 10 abr 2014.

LEI FEIJÓ. Lei nº, de 7 de Novembro de 1831. [online]. Câmara dos Deputados. Disponível em:< http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html>. Acessado em 10 de fevereiro de 2013.

FUNDARPE. Torre Malakoff. Disponível em: http://www.cultura.pe.gov.br/patrimonio14_malakoff.html>. Acesso em 29 abr 2013.



FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ARIAS NETO, José Miguel. **Em busca da cidadania**: Praças da Armada Nacional. 2001. (1867-1910). Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BARREIRO, José Carlos. Os relatórios do Ministério da Marinha como fontes para a análise da formação da disciplina de trabalho na Marinha do Brasil (1780-1850). **Patrimônio e Memória**: revista do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 2-9, out 2005. Disponível em: <<http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/5>>. Acesso em: mar 2014.

BERTIN, Enidelce. **Os meia-cara**. Africanos Livres em São Paulo no século XIX. 2006. 273 f. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BETHELL, Leslie. **A abolição do comércio brasileiro de escravos**: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869. Tradução de Luís A. P. Souto Maior. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. 478 p. (Coleção biblioteca básica brasileira).

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. 357 p.

FERNANDES, Cyra Luciana Ribeiro de Oliveira. **Os africanos livres em Pernambuco, 1831-1864**. 2010. 121 f. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2010.



FLORENCE, Afonso Bandeira. **Entre o cativoiro e a emancipação:** a liberdade dos africanos livres no Brasil (1818-1864). 2002. 125 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

FLORVIL, Tiffany. Traçando rotas e comunidades da diáspora africana. **Revista Afro-Ásia**, Salvador, v. 46, p. 265-277, 2012.

GURGEL, ARGEMIRO ELOY. *Uma lei para inglês ver: a trajetória da lei de 7 de novembro de 1831. Revista justiça e história*, Porto Alegre, v. 6, n. 12, fev. 2008. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/export/poder_judiciario/historia/memorial_do_poder_judiciario/memorial_judiciario_o_gaucho/revista_justica_e_historia/issn_1677-065x/v6n12/Microsoft_Word-ARTIGO_UMA_LEI_PARA_INGLxS_VER...._Argemiro_gurgel.pdf>. Acesso em: 21 mar 2013.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. **To be a liberated african in Brazil: labour and citizenship in the nineteenth century.** 2002. 337 f. Tese (Doutorado em História). University of Waterloo, Waterloo, Ontario, Canadá. 2002.

MARIA FRÔ, De Ramos a Brown. Disponível em: <<http://mariafro.com/2013/01/13/roquinaldo-ferreira-da-periferia-do-rio-a-professor-da-universidade-brown/>>. Acesso em: 30 mar 2104.

MELLO, Saulo Álvaro de. Eugenia na Marinha Imperial brasileira (1822-1910). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI, 2011. São Paulo. *Anais...*São Paulo: ANPUH, 2011.

MOREIRA, Alinnie Silvestre. **Liberdade tutelada:** os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela/RJ (c. 1831 – c.1870). 2005. 256 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2005.



PAULA, Julio César Silva Góis de; GUIZELIN, Gilberto da Silva. A construção naval na Marinha de Guerra do Brasil (1840-1858). In: Seminário de Pesquisa em ciências Humanas, 7., 2008, Santa Catarina. **Anais...**Santa Catarina: UEL, 2008.

RODRIGUES, Jaime. Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na Fábrica de Ipanema. **História Social**, São Paulo, n.4/5, p. 29-42, 1997.

_____. O fim do tráfico transatlântico de escravos para o Brasil: paradigmas em questão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (Org.). **O Brasil Imperial** (1831-1870). 1ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 2, p.297-337.

SANTANA, Adriana Santos. **Africanos livres na Bahia 1831-1864**. 2007. 180 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Estudos Afro-orientais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

SANTOS, Cleyton Rodrigues dos. Para inglês ver: um estudo sobre a lei de 7 de novembro de 1831. **Revista Intertemas**, Presidente Prudente, v. 15, p. 229, Nov.2010. Disponível em: <<http://intertemas.unitoledo.br/revista/index.php/INTERTEMAS/article/view/2781>>. Acessado em 07 de abril de 2014.

SANTOS, Guilherme de Paula Costa. **A convenção de 1817: debate político e diplomático sobre o tráfico de escravos durante o governo de D. João no Rio de Janeiro**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009, p. 11-12.

SEDLACEK, Guilherme Babo. Uma longa estrada para a liberdade: africanos livres a serviço da presidência da província do Rio de Janeiro, 1831-1864. In: Encontro de Pós-graduação em História Econômica & Conferência Internacional de História Econômica, 7. 5., 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFF, 2014, p. 1-27.



Mnemosine Revista

Volume 9, nº. 2, Jul / Dez 2018 ISSN - 2237-3217

THOMPSON, Edward. P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade.** Trad. Denise Bottmann. São Paulo, Paz e terra, 1987. Vol. I.

_____. **Miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser.** Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1981.